

Casa Fênix

Estruturas de afeto, arquitetura que abraça novas vidas.

*Abrigo para Mulheres em Situação de Violência
Ribeirão Preto – SP*

Fabiana A. Oliveira Salgado

FABIANA A. OLIVEIRA SALGADO

CASA FÊNIX

ABRIGO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Paulista para obtenção do título de
bacharel na graduação de Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora:
Prof. D.^{ra} Valéria Eugênia Garcia

RIBEIRÃO PRETO
2024

CIP - Catalogação na Publicação

Salgado, Fabiana Aparecida Oliveira
Casa Fênix - abrigo para mulher em situação de violência / Fabiana
Aparecida Oliveira Salgado. - 2024.
1430 f. : il. color + Pranchas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado ao Instituto
de Ciência Exatas e Tecnologia da Universidade Paulista, Ribeirão Preto,
2024.

Área de Concentração: Habitação e acolhimento social.
Orientadora: Prof.^a Dra. Valéria Eugênia Garcia.

1. Violência contra a mulher. 2. Casa abrigo. 3. Arquitetura. 4.
Qualidade de vida. I. Garcia, Valéria Eugênia (orientadora). II. Título.

FABIANA OLIVEIRA SALGADO

CASA FÊNIX

ABRIGO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção
do título de graduação em Arquitetura e Urbanis-
mo apresentado à Universidade Paulista - UNIP.

Aprovado em: 12 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dr^a Valéria Eugênia Garcia

Convidado (a) interno (a):

Convidado(a) externo(a):

UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP



UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Curso de Arquitetura e Urbanismo

Trabalho de Curso – 2024-2
Ata da Banca de Avaliação do(a) Aluno(a)

No dia 12 de dezembro de 2024, às 20:50 horas, na sala 314 do Bloco B, onde está instalado o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIP, reuniu-se em Sessão Pública a Comissão Examinadora de Avaliação do (a) graduando:

FABIANA OLIVEIRA SALGADO

Para assistir e avaliar à apresentação de seu Trabalho de Curso intitulado:

CASA FENIX:
Estruturas de afeto, a arquitetura que abraça novas vidas

Nos termos de seu regulamento do TC e do regimento deste curso.

A Comissão Examinadora é constituída pelos seguintes professores membros:

Professor(a) Orientadora Valéria Eugênia Garcia

Professor (a) convidado (a) Tatiana de Souza Gaspar

Convidado (a) externo (a) Natalia Cappellari de Rezende

O ato teve início com a apresentação da Comissão Examinadora pela Professora Valéria Eugênia Garcia que a seguir passou a palavra ao (a) aluno(a) para expor seu trabalho. Na sequência, os componentes da Comissão Examinadora fizeram suas arguições, que foram respondidas pelo (a) aluno (a). Ao término da discussão, a Comissão Examinadora, reunida em sessão sigilosa de deliberação, atribuiu a nota 9,5 ~~noventa~~ ao (a) aluno (a).

Em seguida, a Orientadora convidou os presentes a retornar ao recinto e proclamou publicamente o resultado, considerando o(a) candidato(a) Aprovado.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente sessão da qual, para constar, foi lavrada, em duas vias de igual teor, a presente ata, às 22:00 horas, que vai datada e assinada pelos senhores professores, membros da Comissão Examinadora de Avaliação. Após a entrega da primeira via desta ata ao candidato(a), encerrou-se a Sessão Pública de Avaliação.

Professora Orientadora:

Professor(a) Convidado (a):

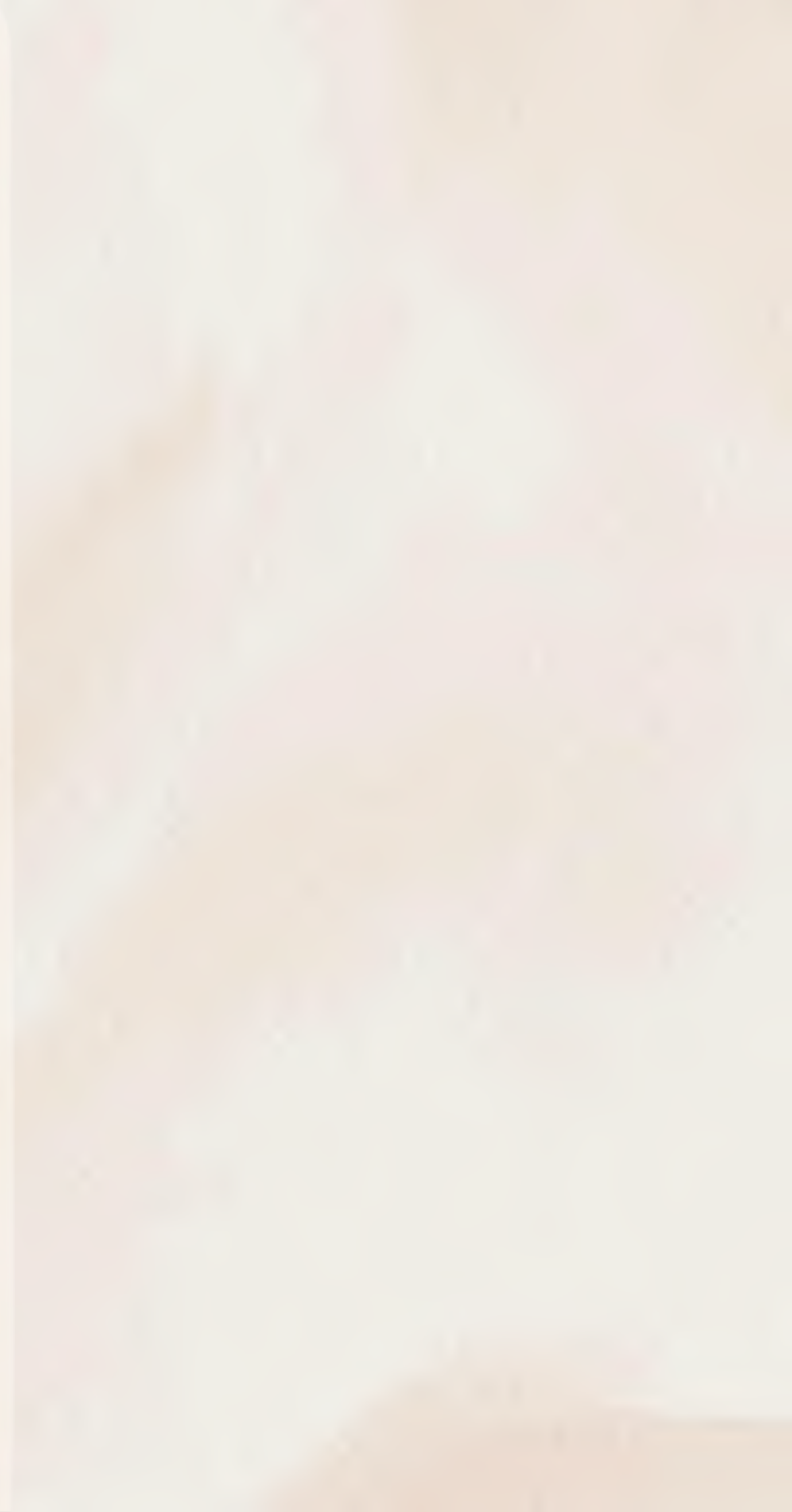
Convidado(a) Externo(a):





Dedicatória

Este trabalho é dedicado a você Mãe, que sempre foi e continua sendo meu maior exemplo de MULHER, força, dedicação e compaixão. Sua vida é um testemunho de coragem e amor, e cada página deste projeto reflete a luz que você trouxe ao meu caminho.



Agradecimentos

À medida que elaboro este trabalho, não posso deixar de expressar minha profunda gratidão às pessoas mais importantes da minha vida, que estiveram ao meu lado em cada momento desta jornada.

Ao meu marido, meu eterno agradecimento pela paciência e compreensão incansáveis. Suas palavras de encorajamento e sua presença tranquila nas longas noites de estudo e trabalho me fortaleceram quando mais precisei. Obrigada por segurar minha mão nos momentos de dúvida e por celebrar comigo cada pequena conquista ao longo deste caminho.

Ao meu querido filho, você é a fonte de todo meu esforço e dedicação. Saber que tenho o privilégio de ser um exemplo para você me motiva a buscar sempre o meu melhor. Cada desafio enfrentado neste projeto foi superado pensando em construir um futuro melhor para você, cheio de possibilidades e aprendizados. Obrigada por ser minha maior inspiração e alegria.

Este trabalho é mais do que um marco acadêmico, é um reflexo do amor e apoio que recebi de vocês. Com todo meu amor e gratidão. Aos meus orientadores, expresso minha gratidão pelo apoio inestimável e pela orientação precisa. Sua sabedoria e paciência foram fundamentais para a realização deste trabalho. Obrigada por compartilharem seu conhecimento e por me incentivarem a crescer academicamente. E sempre, em todos os momentos agradeço imensamente a Deus, por guiar meus passos e iluminar minha jornada com fé e esperança.





“A mulher é violentada toda vez que
algo lhe é imposto.
É violada em sua individualidade e
sua dignidade uma vez que perde
o poder de decisão sobre seu
corpo.”

— Mary Scabora — Psicóloga Clínica





RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo (UNIP) aborda o desenvolvimento projetual de uma Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência em Ribeirão Preto – SP. A pesquisa explora a problemática da violência contra a mulher e busca, por meio de pesquisas e referências teóricas, compreender a interação entre mulheres em situação de violência e a arquitetura, visando a criação de um ambiente seguro, acolhedor e sigiloso. O projeto objetiva oferecer um espaço de apoio para mulheres e seus filhos, proporcionando suporte emocional, orientação jurídica e assistência social, facilitando sua reintegração ao cotidiano. Espera-se que a Casa Abrigo promova a autonomia e a recuperação física, mental, social e financeira das mulheres, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Palavras Chave: Violência contra a mulher; Casa Abrigo; Arquitetura; Ribeirão Preto; Autonomia; Qualidade de vida.

ABSTRACT

This final undergraduate project in Architecture and Urbanism (UNIP) focuses on the design development of a Shelter Home for Women in Situations of Violence in Ribeirão Preto, São Paulo. The research explores the issue of violence against women and seeks, through studies and theoretical references, to understand the interaction between women in situations of violence and architecture, aiming to create a safe, welcoming, and confidential environment. The project aims to provide a supportive space for women and their children, offering emotional support, legal guidance, and social assistance to facilitate their reintegration into daily life. The Shelter Home is expected to promote autonomy and the physical, mental, social, and financial recovery of women, contributing to the improvement of their quality of life.

Keywords: Violence against women; Shelter Home; Architecture; Ribeirão Preto; Autonomy; Quality of life.

Sumário

Introdução

01	MOSÁICO DE REALIDADES: ESTATÍSTICAS E IMPLICAÇÕES	Pag 28
1.1	A MULHER	Pag 30
1.1.1	A violência contra a mulher	Pag 31
1.1.2	A mulher como ator social	Pag 32
1.1.3	A evolução do papel da mulher	Pag 34
1.1.4	Contexto brasileiro	Pag 36
1.2	A MULHER COMO VÍTIMA	Pag 37
1.2.1	Fenômeno complexo	Pag 38
1.2.2	Tipos de violência enfrentadas	Pag 38
1.2.3	Tipos de violência enfrentadas segundo a Lei Maria da Penha	Pag 39
1.2.4	Dados estatísticos	Pag 40
1.3	PROTEÇÃO INTEGRADA	Pag 45
1.3.1	Público Alvo	Pag 46
1.3.2	Redes de proteção integrada e políticas públicas	Pag 46
1.3.3	Políticas públicas no estado de São Paulo	Pag 47
1.3.4	Políticas públicas em Ribeirão Preto	Pag 48
1.3.4	Conquistas femininas no Brasil	Pag 49

1.4	ARQUITETURA E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	Pag 52
1.4.1	Histórico das Casas-Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica	Pag 53
02	REFERÊNCIAS PROJETUAIS	Pag 55
2.1	APRESENTAÇÃO RESUMO	Pag 56
2.2	CENTRO DE OPORTUNIDADE PARA MULHERES/SHARON DAVIS DESIGN	Pag 57
2.3	CASA DA MULHER BRASILEIRA	Pag 65
2.4	THE ADA AND TAMAR HOUSE: ABRIGO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Pag 73
2.5	QUADRO SINTESE	Pag 79
03	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA.....	Pag 80
3.1	LOCALIZAÇÃO	Pag 82
3.2	APROXIMAÇÃO DO LOTE	Pag 83
3.3	LEGISLAÇÃO URBANA	Pag 84
3.4	EQUIPAMENTOS URBANOS	Pag 85
3.5	USO DO SOLO	Pag 86
3.6	OCUPAÇÃO DO SOLO	Pag 87
3.7	GABARITO URBANO.....	Pag 88
3.8	SISTEMA VIÁRIO	Pag 89

3.9	INSOLAÇÃO E VENTOS	Pag 90
3.10	TRAJETÓRIA SOLAR	Pag 91
3.11	CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS	Pag 92
3.12	RESPOSTA ARQUITETÔNICA AO CLIMA	Pag 93
3.13	ANÁLISE DA POSIÇÃO - FACHADAS	Pag 94
3.14	ANÁLISE DA INSOLAÇÃO - CORTES	Pag 99
3.15	ANÁLISE CARTA SOLAR	Pag 101
3.16	TOPOGRAFIA	Pag 102

04	ESTUDOS PRELIMINARES	Pag 105
4.1	ESTUDOS PRELIMINARES	Pag 106
4.2	CONCEITO	Pag 106
4.3	PARTIDO	Pag 107
4.4	PROGRAMA DE NECESSIDADES	Pag 108
4.5	SETORIZAÇÃO	Pag 108
4.6	AMBIENTES, ATIVIDADES E DEMANDAS	Pag 109
4.7	ORGANOGRAMA	Pag 112
4.8	FLUXOGRAMA	Pag 114

05	PROJETO CASA FENIX	Pag 117
5.1	PLANO DE MASSAS	Pag 118
5.2	IMPLANTAÇÃO	Pag 118
5.3	SETORIZAÇÃO	Pag 120
5.4	CORTE AA	Pag 128
5.5	CORTE BB	Pag 130
5.6	CORTE CC	Pag 132
5.7	ELEVAÇÕES	Pag 136
5.8	ESTRUTURA	Pag 134
5.9	PERSPECTIVAS	Pag 138
5.10	MAQUETE FÍSICA	Pag 139
5.11	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	Pag 141
06	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Pag 142
07	APÊNDICE.....	Pag 147

Lista de ilustrações

Figuras

01	Constução da identidade feminina	Pag 35
02	Gráfico da evolução dos níveis de vitimização entre mulheres no Brasil. Série histórica, 2017 - 2023	Pag 41
03	Diagrama das causas do aumento da violência contra as mulheres	Pag 41
04	Gráfico da evolução da taxa de homicídios de mulheres por 100 mil/hab. do sexo feminino nas três unidades federativas	Pag 41
05	Gráfico da evolução da taxa de homicídios de mulheres por 100 mil/hab. do sexo feminino nas três unidades federativas	Pag 41
06	Gráfico da evolução da taxa de homicídios femininos, por raça/cor – Brasil (2011-2021) A violência contra a mulher	Pag 42
07	Gráfico de homicídios de mulheres registrados versus estimados – Brasil – (2011 - 2021)	Pag 47
08	Evolução das legislações brasileiras para proteção das mulheres.....	Pag 47
09	Conquistas Femininas no Brasil	Pag 50
10	Centro de Oportunidade para Mulheres - Ruanda	Pag 56
11	Casa da Mulher Brasileira - Campo Grande, Brasil	Pag 56
12	Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica - Israel	Pag 56
13	Centro de Oportunidade para Mulheres - Ruanda	Pag 58
14	Localização país Ruanda	Pag 58
15	Posição de Kayonza em relação à capital Kigali	Pag 58
16	Mapa de ocupação territorial geral do entorno	Pag 59
17	Vista aérea entorno	Pag 59
18	Construção da sala com tijolos produzidos local	Pag 59
19	Processo preparação tijolos	Pag 59
20	Corte transversal no bloco de abrigos	Pag 60
21	Implantação horta e blocos acompanhando o desnível da topografia	Pag 60
22	Planta baixa setorizada	Pag 61

23	Planta baixa acessos e circulação	Pag 61
24	Materialidade aparente	Pag 62
25	Sala de aula evidencia estudo disposição tijolos	Pag 62
26	Estudo sistema construtivo salas para disposição tijolos	Pag 62
27	Estudo sistema construtivo cobertura	Pag 63
28	Simulação ventilação	Pag 63
29	Sala de aula inclinação telhado	Pag 63
30	Sala de aula inclinação telhado, captura agua	Pag 64
31	Corte esquemático banheiro compostagem	Pag 64
32	Processo captura agua	Pag 64
33	A Casa da Mulher Brasileira - Campo Grande/MS	Pag 66
34	A Casa da Mulher Brasileira - Campo Grande/MS	Pag 66
35	Localização Cidade de Campo Grande/MS	Pag 66
36	Entorno próximo	Pag 67
37	Análise carta solar da unidade CMB Campo Grande	Pag 67
38	Carta solar da unidade CMB Campo Grande - MS	Pag 67
39	Planta Baixa disposição dos módulos - setorização do projeto	Pag 68
40	Pátio Interno CMB	Pag 68
41	Planta Baixa – Circulação e acessos	Pag 69
42	Fachada CMB Campo Grande - MS	Pag 69
43	Fachada CMB Campo Grande - MS	Pag 70
44	Fachada CMB Campo Grande - MS	Pag 70
45	Fachada CMB Campo Grande - MS	Pag 71
46	Cobertura CMB Campo Grande - MS	Pag 72
47	Cobertura CMB Campo Grande - MS	Pag 72
48	The Ada And Tamar House - Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica	Pag 74

49	The Ada And Tamar House - Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica	Pag 74
50	Localização Cidade de Campo Grande/MS - Brasil	Pag 74
51	Mapa localização Centro Comunitário no pais	Pag 75
52	Planta Baixa Térreo - setorização do projeto	Pag 76
53	Planta Baixa 1º Pavimento - setorização do projeto	Pag 76
54	Planta Baixa Térreo - Acessos	Pag 77
55	Planta 1º Pavimento - Acessos	Pag 77
56	Materialidades	Pag 78
57	Imagem aérea abrigo para mulheres	Pag 78
58	Blocos alojamentos	Pag 78
59	Localização estado de São Paulo	Pag 82
60	Localização Ribrão Preto	Pag 82
61	Delimitação do bairro de inserção	Pag 82
62	Terreno de inserção	Pag 83
63	Mapa de aproximação do lote	Pag 83
64	Mapa zoneamento urbano - aproximado	Pag 84
65	Mapa de uso do solo	Pag 84
66	Mapa de equipamentos urbanos do entorno	Pag 85
67	Mapa de uso do solo	Pag 86
68	Mapa de cheios e vazios	Pag 87
69	Mapa de gabaritos urbanos	Pag 88
70	Mapa de Sistema Viário	Pag 89
71	Análise climática	Pag 90
72	Mapa de Insolação e Ventos	Pag 90
73	Fachada Oeste	Pag 91
74	Fachada Noroeste	Pag 91

75	Fachada Norte	Pag 91
76	Fachada Nordeste	Pag 91
77	Fachada Leste	Pag 91
78	Fachada Sudeste	Pag 91
79	Fachada Sul	Pag 91
80	Fachada Sudoeste	Pag 91
82	Análise por estação	Pag 92
83	Implantação - estudo de ventilação	Pag 93
84	Planta baixa - estudo de ventilação	Pag 93
85	Fachada frontal - Rua Afonso Taranto	Pag 94
86	Planta de incidência solar nas fachadas	Pag 94
87	Fachada posterior - Rua Aurelino Garcia de Oliveira	Pag 95
88	Planta de incidência solar nas fachadas	Pag 95
89	Perspectiva 3D - pav. térreo	Pag 96
90	Planta baixa - pav térreo - aproximação	Pag 96
91	Implantação térreo	Pag 96
92	Planta baixa - 1º pav. - aproximação	Pag 97
93	Perspectiva 3D - 1º pav	Pag 97
94	Perspectiva 3D - pav. térreo	Pag 98
95	Planta baixa - pav térreo - aproximação	Pag 98
96	Implantação térreo	Pag 96
97	Planta baixa - corte	Pag 99
98	Corte esquemático - Incidência solar	Pag 99
99	Planta baixa - corte	Pag 100
100	Corte esquemático - Incidência solar	Pag 100
101	Carta solar	Pag 101

I02	Altimetria	Pag 102
I03	Mapa topográfico da área de intervenção	Pag 102
I04	Setores e atividades - Casa Fenix	Pag 108
I05	Organograma geral - Casa Fenix	Pag 112
I06	Organograma específico - Casa Fenix	Pag 113
I07	Fluxograma - Casa Fenix	Pag 114
I08	Plano de massas 2D	Pag 118
I09	Planta Implantação s/ escala.....	Pag 118
I10	Implatação - Acessos e circulação.....	Pag 119
I11	Planta baixa Pav. Térreo - bloco A.....	Pag 120
I12	Perspectiva fachada frontal	Pag 120
I13	Planta baixa Pav. Térreo - bloco B	Pag 121
I14	Render circulação interna bloco B	Pag 121
I15	Planta baixa Pav. Térreo - bloco C	Pag 122
I16	Perspectiva pátio	Pag 122
I17	Planta baixa 1º Pav. - bloco A	Pag 123
I18	Perspectiva terraço	Pag 123
I19	Planta baixa 1º Pav. - bloco B	Pag 124
I20	Perspectiva 1º pav. bloco B	Pag 124
I21	Planta baixa térreo - bloco C	Pag 125
I22	Perspectiva pátio central (anfiteatro)	Pag 125
I23	Planta cobertura	Pag 127
I24	Cobertura 3D	Pag 127
I25	Implantação - demarcação dos cortes	Pag 128
I26	Detalhe 01- Brise de Maderia	Pag 129
I27	Implantação - demarcação dos cortes	Pag 130

128	Setor de convivencia - pav térreo bloco A e B	Pag 131
129	Implantação - demarcação dos cortes	Pag 132
130	Fachada acesso Rua Afonso Taranto	Pag 134
131	Vista 01	Pag 134
132	Vista 02	Pag 135
133	Vista 03	Pag 135
134	Vista 04	Pag 135
135	Esquema estrutural sem escala	Pag 136
136	Estrutural 3D	Pag 136
137	Perspectiva terraço bloco A	Pag 138
138	Perspectiva fachada - brises	Pag 138
139	Perspectiva pátio	Pag 138
140	Perspectiva anfiteatro	Pag 138
141	Maquete 1ª versão	Pag 139
142	Maquete 2ª versão	Pag 139

Lista de ilustrações

Tabelas

01	Instituições e serviços previstos pela Lei Maria da Penha	Pag 33
02	Vitimização nos últimos 12 meses – Série histórica (2017 – 2023)	Pag 40
03	Quadro resumo de referências projetuais utilizadas	Pag 79
04	Incidência solar por dia/hora	Pag 99
05	Incidência solar por dia/hora	Pag 100
06	Detalhamento programa de necessidades bloco A.....	Pag 109
06.1	Detalhamento programa de necessidades bloco B.....	Pag 110
06.2	Detalhamento programa de necessidades bloco C.....	Pag 111



Introdução

O presente estudo aborda a temática da Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência no contexto da arquitetura, com o propósito de oferecer acolhimento eficiente e de qualidade a mulheres em situação de vulnerabilidade social e familiar. Esta abordagem busca compreender os parâmetros, as particularidades, padrões e capacidades das condições habitacionais de emergência para este público. Além de construir um desenvolver teórico acerca do contexto local e social que impacta na existência da problemática, e como a arquitetura pode influenciar na construção de ambientes seguros.

O instrumento primordial desta monografia fundamenta-se na criação do projeto arquitetônico de uma Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência, localizado no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, que se trata de um serviço institucional de abrigamento provisório, destinado ao acolhimento de mulheres que se encontram sob a ameaça ou iminência de morte, incluindo também seus filhos. Tendo no contexto urbano, sua localização sigilosa por motivo de segurança, dando a possibilidade de refugiar-se de seu agressor.

A violência contra a mulher é um problema social grave e persistente que afeta milhares de pessoas em todo o mundo, incluindo o Brasil, conforme destacado por Guimarães e Pedrosa (2015). Essa forma de violência, muitas vezes cometida dentro dos próprios lares, constitui uma violação dos direitos humanos fundamentais e tem efeitos destrutivos sobre as vítimas, suas famílias e a sociedade como um todo.

A violência contra as mulheres é a forma mais comum e aceita de violação dos direitos humanos no mundo atual de acordo com a diretora executiva da ONU Mulheres, Mlambo-Ngcuka (2015). Ela ressalta que essa violência é perpetuada pela desigualdade social e que é necessário um conjunto de ações diversas para solucionar o problema. Nesse contexto, a existência de espaços seguros e acolhedores urge em meio a esse problema iminente.



01

Mosaico de Realidades: Estatísticas e Implicações





1.1 A MULHER

1.1.1 - A Violência contra mulher

O presente estudo aborda a temática da Casa Abrigo para mulheres em situação da mulher vítima de violência hoje no Brasil é grave e preocupante. De acordo com o último levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) que monitora os índices de violência no país, os números são alarmantes.

Os dados mais recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) revelam um cenário preocupante. Em 2022, 1.437 mulheres foram vítimas de feminicídio. Representando um aumento de 6,1% em relação ao ano anterior. Além disso, os homicídios dolosos de mulheres também apresentaram um aumento de 1,2%, totalizando 4.034 vítimas no mesmo período.

Cabe ressaltar que o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, aponta um aumento relevante no ano de 2022, a violência contra as mulheres, incluindo ataques físicos, sexuais e psicológicos, está aumentando no Brasil, de acordo com a pesquisa Visível e Invisível realizado pelo instituto. Este aumento pode ser atribuído a uma série de fatores, incluindo cortes no financiamento da política de defesa e o impacto da pandemia de COVID-19 no apoio às vítimas.

Além disso, o impulso do movimento ultraconservador pela igualdade de gênero contribuiu para criar um ambiente mais hostil. Esse panorama complexo revela um aumento assustador da ansiedade entre as mulheres no país como evidencia o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020).

Diante desse cenário, a temática abordada no presente documento é uma resposta à urgência em proteger e apoiar estas mulheres, com o intuito de auxiliar na mitigação do problema, dentro do contexto social onde será implantado, sendo este recorte espacial à cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, cujos dados indicam a necessidade de um olhar atento ao público-alvo.

Assim sendo, o alicerce teórico deste trabalho, visa identificar as variáveis sociais, políticas, econômicas, psicológicas, e os impactos provocados pelo tema em questão, apesar da relevância dessas instituições, há uma lacuna significativa no conhecimento existente sobre sua eficácia, funcionamento e impacto na vida das mulheres que delas necessitam.

Os tópicos 1.2. e 1.3., “A mulher como a vítima” e “Proteção integrada”, respectivamente, trazem à luz do conhecimento o perfil do usuário, sendo a mulher um ator social, que ao longo dos anos foi entendida e submetida a locais e funções diversas, sendo ainda compreendidas de diferentes formas

em cada grupo social. Dessa forma, o texto apresenta o público-alvo e as variantes que implicam seu lugar dentro da sociedade, considerar a mulher como vítima no contexto sociocultural, compondo assim, os cenários de risco, os tipos de violência cometidas, e os dados estatísticos brasileiros e no recorte local do estado de São Paulo e da cidade de Ribeirão Preto. Identificando, portanto, dados reais e atuais da violência contra a mulher no país, evidenciando a urgência em se tratar o tema.

Redes de proteção e políticas públicas, observa as redes de proteção e as políticas públicas construídas ao longo dos anos, traçando um panorama dessa evolução e conquistas obtidas pelos movimentos feministas e de acolhimento. Em conclusão da fundamentação textual, o tópico 1.4., “Arquitetura e o enfrentamento à violência contra a mulher”, examina acerca do papel da arquitetura no enfrentamento à violência contra as mulheres, apresentando o histórico da tipologia arquitetônica de casas-abrigo, bem como a arquitetura como agente promotor de acolhimento, abordando o conceito da psicologia do espaço construído, e a rede de apoio existente na cidade de implantação do projeto.

Em seguida, o “Estudo de Casos” dedica-se a analisar referências projetuais que servirão como exemplos a serem seguidos para o desenvolvimento do projeto pretendido. Apresentando nestes, características relevantes a serem ponderadas para a execução projetual. Tais quais: tipologia e layout, volumes, contexto urbano de inserção, aspectos de adequação climática e topográfica, plasticidade, materialidade, programa de necessidades, tipo de estrutura e outros elucidando sobre a importância e os déficits ainda enfrentados. aspectos pertinentes.

Inclusive, em momento posterior, propõe as análises urbanas da área de implantação do projeto, e os estudos preliminares de composição volumétrica, disposição e organização projetual. As análises urbanas referem-se à justificativa e à observância quanto às características inerentes ao raio próximo do terreno urbano selecionado para o trabalho. Dentre estas análises, destacam-se: uso e ocupação do solo, gabaritos, cheios e vazios, aspectos topográficos e de adequação climática, serviços e proximidades úteis.

Ademais, os estudos preliminares, baseados nas análises anteriormente realizadas, concentram-se em determinar as bases do desenvolvimento projetual, definindo programa de necessidades, acessos, melhores posicionamentos em relação ao trajeto solar, incidência de ventos e paisagens atrativas. Bem como, composição de volumes e outros itens importantes.

1.1.2 - A mulher como ator social

Em conclusão, contempla a elaboração de um projeto arquitetônico de uma casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica que priorize a segurança, privacidade, o acolhimento e o bem-estar das ocupantes. Serão considerados aspectos como a localização, a disposição dos espaços, a acessibilidade e a funcionalidade das áreas comuns e privadas. Paralelamente, será desenvolvido um programa de atendimento que inclua serviços de assistência psicológica, jurídica e de reinserção social, fundamentais para o processo de empoderamento e independência das pessoas abrigadas.

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ ressalta que a casa abrigo representa um compromisso com a proteção, recuperação e a transformação das vidas das mulheres vulneráveis. Sua relevância transcende o âmbito arquitetônico, refletindo a responsabilidade social e a busca por um país mais seguro e acolhedor, a conscientização e ações efetivas são essenciais para transformar essa realidade e promover uma sociedade mais justa e igualitária (Conselho Nacional de Justiça, 2018).

Portanto, se concentra em um estudo da arquitetura das casas-abrigo destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica. Ainda em investigar como esses espaços são projetados para atender às necessidades específicas do público atingido. E como tais iniciativas auxiliam na construção de uma rede de proteção eficiente.

A violência contra mulheres no ambiente doméstico é um problema global persistente que continua sendo uma das mais sérias violações dos direitos humanos na atualidade. De acordo com informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada três mulheres ao redor do mundo já enfrentou violência física ou sexual perpetrada por um parceiro íntimo em algum momento de suas vidas (OPAS, 2021).

Mulheres que sofrem com a violência doméstica constituem um grupo vulnerável que encara desafios diversos e complexos. Conforme Guimarães e Pedrosa (2015), a questão da violência doméstica é algo intrincado que ultrapassa fronteiras geográficas, demográficas e socioeconômicas, impactando mulheres de diferentes idades, etnias, crenças religiosas e classes sociais. Essas pessoas em situação de extrema vulnerabilidade frequentemente encontram barreiras significativas ao buscar auxílio e proteção.

Araújo (2008) aponta que, por se sentirem amedrontadas, envergonhadas ou por falta de recursos, muitas mulheres permanecem em ambientes hostis e perigosos. Adicionalmente, é relevante considerar a condição financeira dessas mulheres. Na maioria dos casos, elas podem ser economicamente dependentes de seus agressores e não possuir recursos próprios nem um local seguro para se abrigar (Araújo, 2008).

As vítimas que buscam abrigo em casas de acolhimento, por meio de redes de apoio, serviços de assistência social e organizações governamentais e não governamentais, geralmente estão em uma situação extremamente vulnerável. Elas podem ter sido alvo de abusos físicos, emocionais ou sexuais e frequentemente estão sob risco iminente. Além disso, diversas dessas mulheres têm crianças que também precisam de cuidados e assistência. Por isso, é fundamental que iniciativas desse tipo sejam planejadas para proporcionar um ambiente seguro e acolhedor que atenda tanto às necessidades físicas quanto emocionais dessas famílias (Tavares e Pereira, 2007).

Para abordar esta temática é crucial reconhecer que cada mulher é única e traz consigo suas próprias experiências e desafios. Portanto, segundo as “Diretrizes Nacionais para Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência”, a casa abrigo deve ser capaz de fornecer uma variedade de serviços e recursos para atender a uma ampla gama de necessidades.

Dessa forma, a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, elenca a obrigatoriedade da oferta de serviços de aconselhamento, assistência jurídica, programas de treinamento de habilidades e muito mais. Ao identificar e entender claramente o público-alvo, é possível garantir um refúgio seguro e de apoio para todas as mulheres que necessitam.

A Lei Maria da Penha estabelece ainda uma série de direitos para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, visando proteger sua integridade e promover sua recuperação e bem-estar. Alguns dos direitos fundamentais garantidos pela lei:

- **Direito à Vida e à Segurança:** A lei assegura às mulheres o direito à vida, à segurança e à liberdade, protegendo-as de qualquer forma de violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral;
- **Direito à Saúde:** Inclui o acesso a serviços de saúde e assistência psicológica, essenciais para a recuperação de traumas relacionados à violência;
- **Direito à Moradia e à Assistência Social:** A lei prevê medidas de proteção que incluem a possibilidade de afastamento do agressor do lar, garantindo a segurança da mulher e de seus dependentes;
- **Direito ao Acesso à Justiça:** Inclui medidas protetivas de urgência, atendimento especializado pela polícia e pelo sistema judiciário, e representação legal por meio de defensoria pública ou assistência jurídica gratuita;
- **Direito à Educação e à Informação:** A lei também promove campanhas de conscientização e educação, voltadas tanto para a sociedade em geral quanto para profissionais de áreas-chave como saúde, educação e segurança pública, sobre as questões de violência contra a mulher;
- **Direito ao Trabalho:** A lei prevê a possibilidade de manutenção do vínculo empregatício e afastamento do local de trabalho, quando necessário, para a segurança da mulher.

Estes direitos visam não apenas interromper ciclos de violência, mas também empoderar mulheres para reconstruírem suas vidas em um ambiente seguro e respeitoso. A lei estabelece uma rede de apoio que envolve diversas instituições e serviços, garantindo uma abordagem integrada e multidisciplinar para a questão da violência doméstica e familiar

A figura/tabela a seguir apresenta detalhadamente os serviços e instituições de apoio e acolhimento previstos na Lei Maria da Penha, bem como a função exercida por cada um deles.

Tabela 1 - Instituições e serviços previstos pela Lei Maria da Penha

Instituições/serviços	Função
Juizado de Violência Doméstica Familiar	Tribunais especializados com competência cível e criminal para tratar casos de violência contra mulheres
Delegacias Especializadas (DEAMs)	Atendimento policial especializado e humanizado para mulheres vítimas de violência.
Defensoria Pública e Assistência Jurídica	Garantia de representação legal gratuita e apoio jurídico para mulheres em situação de violência.
Serviços de Saúde	Atendimento médico e psicológico para vítimas de violência doméstica e familiar.
Centros de Atendimento Multidisciplinar	Apoio psicossocial e jurídico através de equipes multidisciplinares para vítimas e, ocasionalmente, agressores.
Sistema Único de Segurança Pública	Coordenação de esforços entre diversas forças policiais para proteger mulheres em situação de violência.
Casas-Abrigo	Oferecem refúgio seguro para mulheres e dependentes em situação de risco elevado de violência.
Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Rede de assistência social para oferecer suporte necessário às mulheres em situação de violência.
Campanhas Educativas e de Conscientização	Campanhas de educação sobre violência contra mulheres e promoção de uma cultura de não violência.

Fonte: Brasil, Lei Maria da Penha, nº 11.340, 07 de agosto de 2006. Adaptado pela autora, 2024.

1.1.3 - A evolução do papel da mulher

A história da humanidade é marcada por uma interação complexa entre as relações de gênero, cultura e poder, refletindo-se nas diversas formas como as mulheres foram e são percebidas e valorizadas ao longo do tempo, conforme destacados pelos estudiosos Borges, Lapolli e Amaral (2020). Desde os primeiros séculos da civilização, as mulheres desempenharam uma série de papéis, frequentemente influenciados e definidos pelas normas culturais, religiosas e políticas da época, variando conforme as distintas culturas, etnias e raças.

Amaral (2019, p. 4) alude que “a luta da mulher brasileira, durante todos esses anos, está na busca da sua identidade e da sua afirmação social”. Essa luta reflete a conquista feminina do espaço político-social dentro da sociedade brasileira, o que modifica a percepção da noção do “ser mulher”, de acordo com o período histórico. Na época da colonização do Brasil, segundo Silva et al. (2005), as mulheres nativas eram percebidas pelo olhar europeu e colonizador de forma tríplice: como exóticas, indignas e inumanas. Nesta última percepção, elas eram vistas como algo bárbaro que deveria ser ostracizado e até erradicado, desempenhando uma não-função.

Em oposição, segundo Oliveira (2012), desde o século XVI até o XVIII, as filhas dos proprietários de engenho, dos nobres, dos capitães-mores e dos marechais de campo eram alfabetizadas nos conventos de Portugal. Tal conhecimento limitava-se à economia doméstica, em nome do “bem do lar”, onde se considerava suficiente saber ler, escrever e contar, além de realizar atividades como costurar e bordar.

Oliveira (2012) afirma que, durante o século XIX, a mulher brasileira começou a ganhar alcance social fora do cenário doméstico ao exercer as carreiras de professora ou escritora, além de trabalhar nas fábricas, graças à Revolução Industrial, apesar da sacralização da figura feminina ainda perpetuada na sociedade brasileira. Em virtude do surgimento da noção da mulher trabalhadora, surgiu a luta por melhores condições de trabalho, pela igualdade de direitos, pela jornada de trabalho e pelo sufrágio feminino.

Segundo Marques (2019), foi somente no primeiro governo Vargas que a luta sufragista brasileira ganhou espaço dentro da proposta do novo governo de reformulação eleitoral, embora com limitações.

“ouvindo o apelo das mulheres a essas restrições, Vargas revisou pessoalmente o texto da comissão, e o decreto do novo Código Eleitoral, publicado em 24 de fevereiro de 1932, acolheu o voto feminino sem condições excepcionais. As mulheres poderiam votar e ser votadas.” (Marques, 2019, p. 108-109).

Na década de 1940, houve a inserção da mulher no mercado de trabalho; todavia, somente nos anos de 1970 ocorreu realmente a consolidação da mão de obra feminina e de sua força de trabalho (Oliveira, 2012). No final da década de 1970, de acordo com o autor, os movimentos sociais, tanto sindical quanto feminista, ganharam força no cenário político e social do Brasil.

No século XX, o movimento feminista ganhou ímpeto, alcançando avanços legais e sociais significativos em várias regiões do globo. De acordo com Amaral (2019), o direito ao voto, acesso à educação e ao mercado de trabalho, bem como a luta contra a violência de gênero, tornaram-se temas centrais do movimento feminista, fomentando a reconfiguração das relações e a redefinição dos papéis das mulheres na sociedade.

Atualmente, embora tenham sido alcançados progressos notáveis em termos de igualdade de gênero e empoderamento, persistem desafios e desigualdades estruturais em diversos setores, como política, economia, educação e saúde (Borges; Lapolli; Amaral, 2020). Conforme destacado por Silva et. al. (2005), a percepção das mulheres nas sociedades contemporâneas ainda é moldada por uma diversidade de fatores culturais, sociais e econômicos, demandando um comprometimento contínuo com a promoção da igualdade e o respeito aos seus direitos.

A evolução da compreensão sobre as mulheres ao longo dos anos é um processo dinâmico e multifacetado, marcado por avanços, retrocessos e contínuas lutas por justiça e equidade. De acordo com Bonfim e Brito (2012), a evolução do papel da mulher na sociedade pode ser interpretada ao longo dos anos da seguinte maneira:

Construção da Identidade Feminina

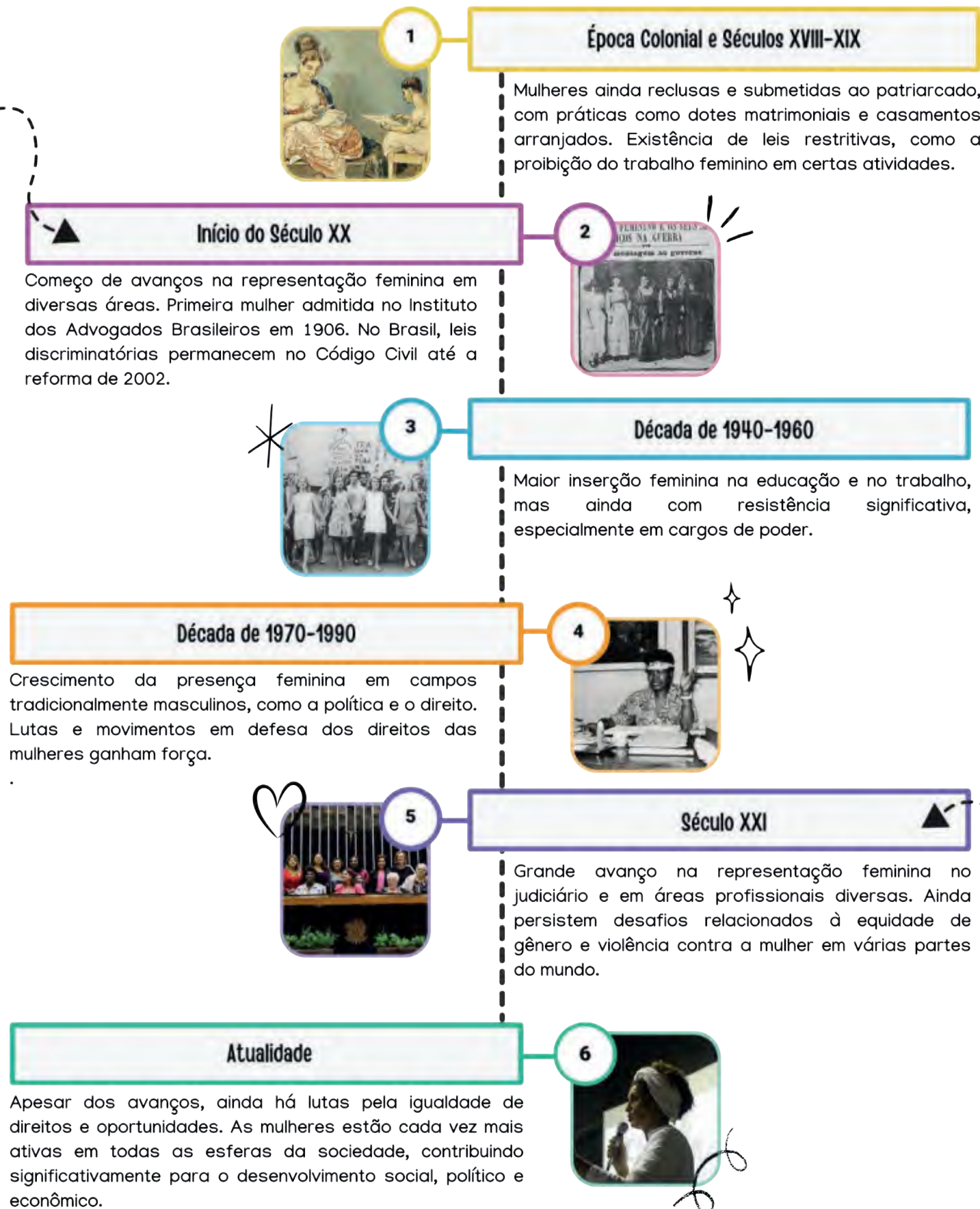


Figura 1 - Constução da identidade Feminina
Fonte: Infográfico realizado pela autora, 2024.



1.1.4 - Contexto brasileiro

No contexto brasileiro, ao longo dos anos, a compreensão e o tratamento das mulheres foram influenciados por fatores históricos, culturais e sociais. Desde a era colonial, segundo Bonfim e Brito (2012), as mulheres no Brasil foram muitas vezes subjugadas a uma estrutura patriarcal, que as limitava a funções tradicionalmente ligadas à maternidade, ao cuidado doméstico e à submissão ao controle masculino.

Durante o período colonial, mulheres indígenas e negras foram marginalizadas, enfrentando não apenas a opressão de gênero, mas também o racismo e a exploração econômica, de acordo com Cisne e Santos (2018). Mesmo assim, desempenharam papéis essenciais na resistência e sobrevivência de suas comunidades, contribuindo para a diversidade e resiliência cultural. Além disso, foram fundamentais na procriação e continuidade das famílias (Priore, 2004).

Com a independência do Brasil e o fim da escravidão, surgiram novas dinâmicas sociais, impulsionadas por movimentos de libertação e mudanças legais. No entanto, segundo Oliveira (2012), a mentalidade patriarcal persistiu, refletindo-se em normas e práticas que restringiram os direitos civis, políticos e econômicos das mulheres, como a negação do direito ao voto, acesso à educação e ao emprego remunerado.

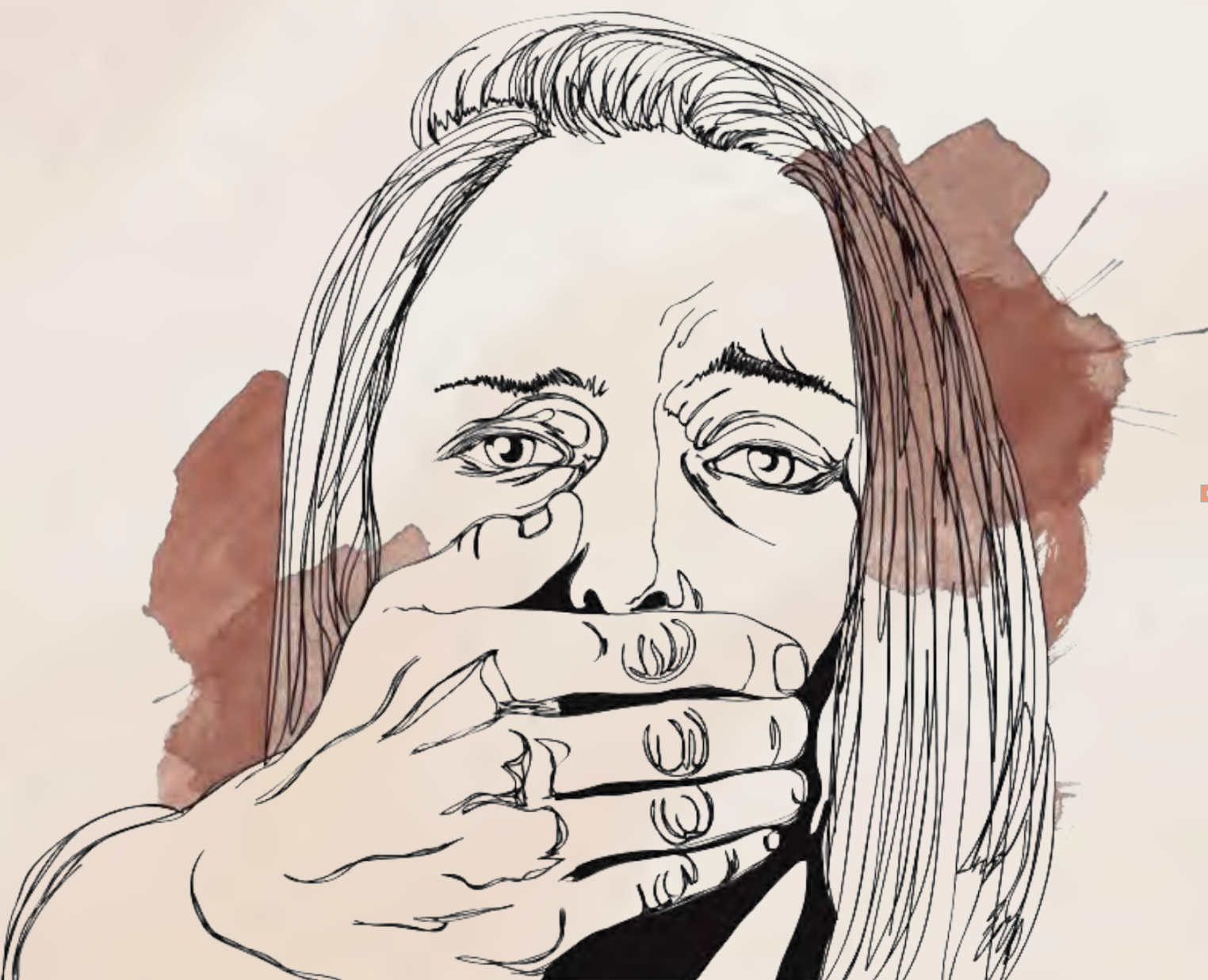
Ainda segundo Priore, no século XX, movimentos políticos e sociais desafiaram essas estruturas de poder, resultando no crescimento do feminismo no Brasil. Ativistas lutaram por direitos básicos, como voto, educação, participação política, além de denunciar a violência de gênero e a discriminação no mercado de trabalho e na esfera pública.

Na segunda metade do século XX, o Brasil viu avanços na legislação e políticas em prol da igualdade de gênero e combate à violência contra as mulheres. A Constituição de 1988 e a Lei Maria da Penha em 2006 representaram marcos na garantia dos direitos e na responsabilização por crimes de gênero.

Atualmente, apesar dos avanços na legislação e políticas de igualdade de gênero, o Brasil ainda enfrenta desafios como violência doméstica, disparidade salarial, representatividade política e segurança, segundo Silva et. al. (2005). A persistência de estereótipos de gênero e estruturas patriarcais contribui para a perpetuação de desigualdades e violações dos direitos das mulheres brasileiras.

A Carta das Nações Unidas de 1945, ratificada pelo Brasil no mesmo ano, estabelece os princípios da igualdade de direitos entre homens e mulheres, além da obrigação dos signatários em garantir “a igualdade de desfrute de todos os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos” para ambos os gêneros. Por sua vez, a Organização dos Estados Americanos aprovou a Convenção

Interamericana Para Erradicar a Violência contra a Mulher. A Convenção sobre a Igualdade de Remuneração (Homens e Mulheres) foi ratificada pelo Brasil em 1957.



1.2 A MULHER COMO VÍTIMA

1.2.1 - Fenômeno complexo

A violência doméstica contra mulheres é entendida como um fenômeno complexo que permeia as estruturas sociais e familiares. Essa forma de violência tem suas raízes em uma ideologia baseada na supremacia masculina, que é sustentada pelas desigualdades de gênero historicamente perpetuadas. Esta, não se restringe ao âmbito familiar, mas se estende para a sociedade em geral, causando impactos significativos na esfera socioeconômica (Tavares; Pereira, 2007).

Essa violência se manifesta de várias maneiras, desde abusos físicos e psicológicos até a privação de recursos e direitos básicos. Mulheres são colocadas em situações de submissão e domínio, que frequentemente fazem parte das relações afetivas e de poder na família, de acordo com as pesquisadoras Fonseca, Ribeiro e Leal (2012). Isso não só afeta a integridade física e emocional das vítimas, mas também prejudica a saúde mental e o bem-estar familiar como um todo.

É crucial destacar que esse tipo de violência não está limitado a uma classe social específica ou grupo demográfico, em conformidade com Domingues, Meceneiro e Quintana (2020). Pelo contrário, é um fenômeno presente em todas as camadas da sociedade. Essa realidade é alimentada por ideias enraizadas, como a crença na superioridade masculina e na necessidade de controle sobre as mulheres. No entanto, apesar da disseminação ampla desse fenômeno, as mulheres mais vulneráveis e com menos recursos continuam sendo as mais afetadas (Fonseca; Ribeiro; Leal, 2012).

No contexto brasileiro, a violência doméstica contra mulheres é uma questão urgente que requer ações imediatas e eficazes. É fundamental promover a conscientização sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero, fortalecendo as políticas públicas de prevenção e proteção (Fonseca; Ribeiro; Leal, 2012).

1.2.2 - Tipos de violência enfrentadas

A Organização das Nações Unidas da América define, no artigo 1º da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres que a violência contra as mulheres como:

“Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada” (ONU, 1993, Pag. 3).

Uma das formas mais comuns de violência contra as mulheres é a física, que envolve agressões, espancamentos, mutilações e até mesmos homicídios. Homicídios esses, classificados atualmente pelo Código Penal como feminicídios, quando ocorridos em razão ou função do gênero feminino (Brasil, 1940). Essa forma de violência é frequentemente utilizada como meio de controle e dominação, perpetuando assim relações de poderes desiguais dentro do ambiente doméstico e social.

A violência sexual é uma das mais comuns e cruéis violências acometidas a mulheres, inclui uma gama de atos, desde assédio sexual e estupro até casamento forçado e mutilação genital feminina, conforme definido pela OMS (2018). Esses atos, também são usados para afirmar poder e controle e são frequentemente enraizados a depender do contexto cultural inserido (Guimarães e Pedrosa, 2015).

O público feminino também enfrenta violência psicológica e emocional, que podem incluir ameaças, intimidação, humilhação e manipulação (Fonseca, Ribeiro e Leal, 2012).

Esse tipo de violência pode ter impactos devastadores na autoestima e na saúde mental, conforme exposto pela Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), muitas vezes deixando cicatrizes emocionais profundas que perduram por toda a vida. Comumente envolve o uso de palavras, gestos ou ações para manipular, controlar, rebaixar e humilhar (Brasil, 2006). E pode ainda incluir isolamento social, ameaças, intimidação e privação de recursos básicos à sobrevivência, como alimentação e higiene, conforme demonstrado na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

Além destas mais evidentes, há também formas mais sutis de violência, como a econômica e patrimonial, que envolve o controle financeiro e o acesso aos recursos por parte do parceiro ou familiar (Brasil, 2006). Essa forma de agressão pode impedir as mulheres de buscar ajuda e sair de situações de subalternização, perpetuando assim o ciclo de abuso (Fonseca; Ribeiro; Leal, 2012).

Ademais, existe ainda a violência institucional, que ocorre quando as instituições falham em proteger as mulheres vítimas de violência ou contribuem para a sua vitimização (ONU, 1993;1994). Isso pode incluir a falta de acesso a serviços de justiça e saúde, discriminação no local de trabalho, leis e políticas discriminatórias, entre outros aspectos, segundo Guimarães e Pedrosa (2015).

1.2.3 - Tipos de violência segundo a Lei Maria da Penha



Uma das formas mais comuns de violência contra as mulheres é a física, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, caracteriza a violência contra a mulher como doméstica ou familiar, segundo esta legislação, a violência no ambiente doméstico é tipificada em seu artigo 5º da seguinte forma:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Configura violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do artigo 5º, incisos I, II e III. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

Art. 6º. A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos, (Brasil, 2006).

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher e no artigo 7º elucida ainda sobre os tipos de violência classificados na legislação, são eles: Violência física, patrimonial, psicológica, sexual e moral, (Brasil 2006).

1.2.4 - Dados estatísticos

No Brasil, a violência contra a mulher é uma realidade alarmante e persistente. A exemplo disso, a Pesquisa Nacional de Saúde, do ano de 2019, estima que a cada ano ocorrem cerca de 822 mil estupros no Brasil, sendo que apenas 8,2% destes casos chegam ao conhecimento das autoridades policiais (IBGE, 2019).

De acordo com a pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, cerca de 30% da população de mulheres brasileiras sofreu algum tipo de violência ou agressão durante o ano de 2022. Quando se comparam os níveis e os tipos de vitimização das mulheres brasileiras, registrados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, nos anos de 2017 a 2023, observa-se um aumento exponencial de diferentes formas de agressão e violência em 2023, principalmente de perseguições e agressões físicas.

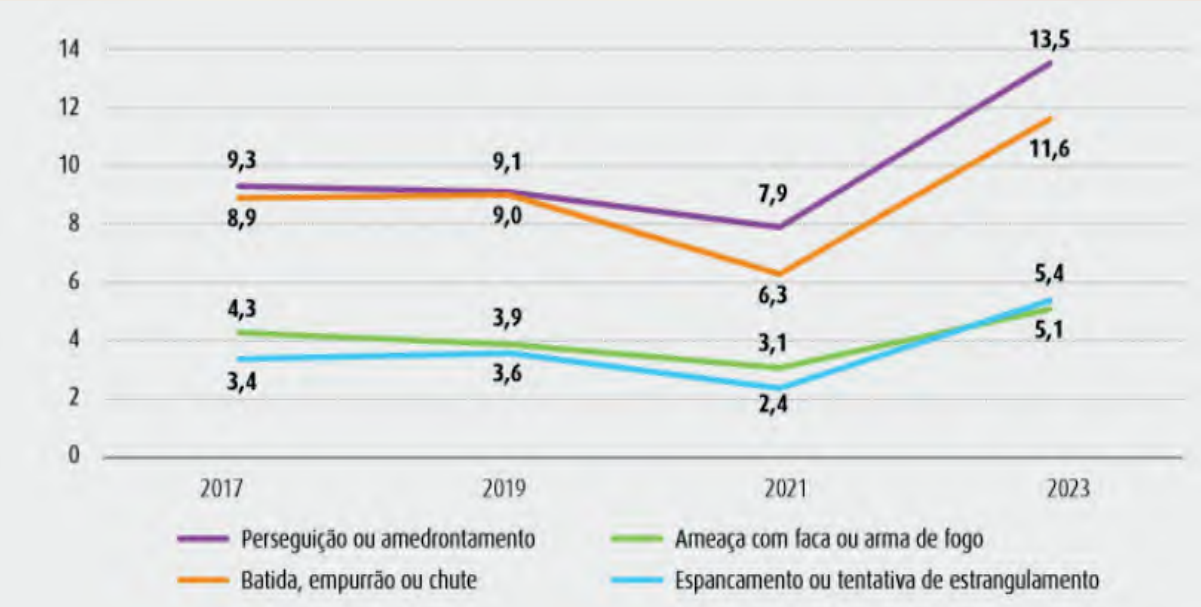
As figuras a seguir apresentam os resultados observados ao longo dos 4 anos nos quais foram realizados a pesquisa em questão, classificando os tipos de violência mais enfrentados pelo público alvo.

Tabela 2 - Vitimização nos últimos 12 meses – Série histórica (2017 – 2023)

	PESQUISA 2017	PESQUISA 2019	PESQUISA 2021	PESQUISA 2023
SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU AGRASSÃO	28,6	27,4	24,4	28,9
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	22,2	21,8	18,6	23,1
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	10,0	9,5	8,5	12,4
Amedrontamento ou perseguição	9,3	9,1	7,9	13,5
Batida, empurrão ou chute	8,9	9,0	6,3	9,0
Ofensa sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agridem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	8,1	8,9	5,4	9,0
Ameaça com faca ou arma de fogo	4,3	3,9	3,1	5,1
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	4,0	3,9	2,6	4,2
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	3,4	3,6	2,4	5,4
Tiro ou esfaqueamento	1,9	1,7	1,5	1,6
Outras respostas	0,1	0,7	1,5	0,5

Fonte Instituto Datafolha, 2023. Adaptado pela autora, 2024.

Figura 2 - Gráfico da evolução dos níveis de vitimização entre mulheres no Brasil. Série histórica, 2017 - 2023



Fonte Instituto Datafolha, 2023.

Segundo o Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2023), o aumento dos casos de violência contra mulheres no país pode ser atribuído a três principais fatores que se desencadearam nos últimos anos:

Figura 3 - Diagrama das causas do aumento da violência contra as mulheres.

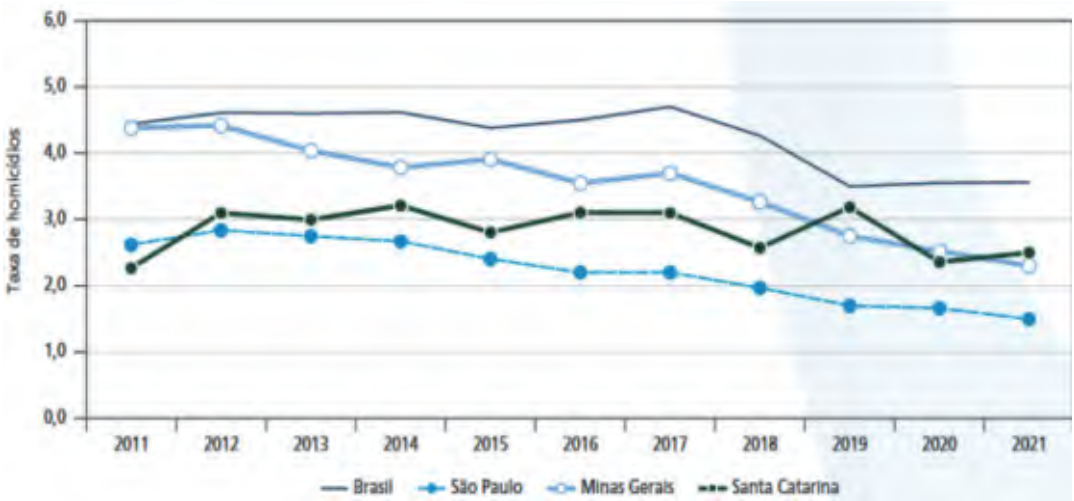


Fonte Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, 2023. Adaptado pela autora, 2024.

No tocante à violência letal, isto é, os feminicídios, entre 2011 e 2021, houve 49 mil assassinatos de mulheres no país, de acordo com os dados disponibilizados por Cerqueira e Bueno (2023). Esses números refletem a urgência de políticas públicas eficazes para combater essa grave violação dos direitos humanos e promover a igualdade de gênero.

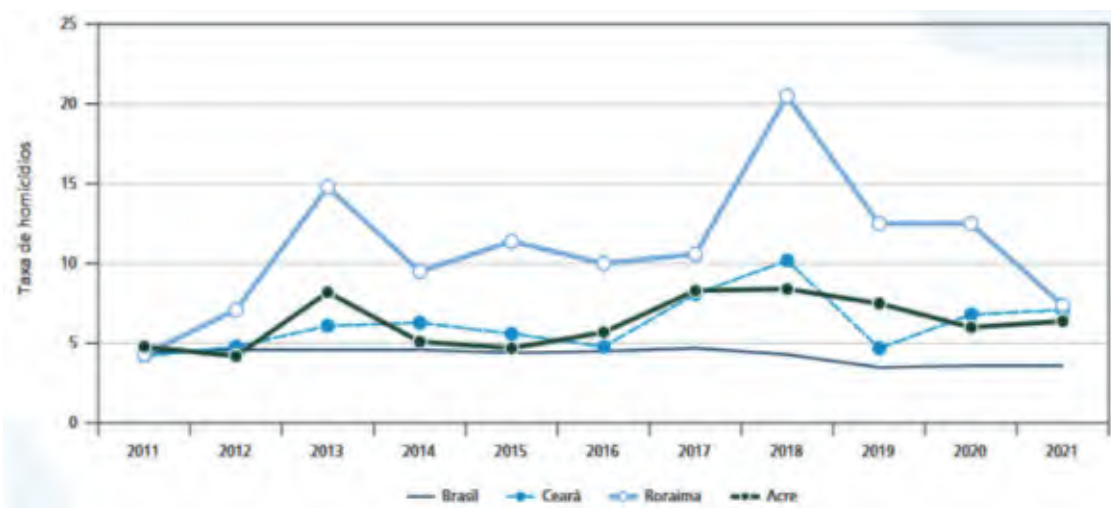
De acordo com Cerqueira e Bueno (2023), São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina apresentam as menores taxas de homicídios de mulheres entre 2011 e 2021, enquanto as unidades federativas do Ceará, Roraima e Acre apresentam as maiores taxas

Figura 4 - gráfico da evolução da taxa de homicídios de mulheres por 100 mil/hab. do sexo feminino nas três unidades federativas com as menores taxas em 2021 - Brasil (2011 – 2021).



Fonte: GEAD/COPIS/DPE/IBGE e SIM/CGIAE/SVSA/MS. Elaborado por IPEA, 2023.

Figura 5 - Gráfico da evolução da taxa de homicídios de mulheres por 100 mil/hab. do sexo feminino nas três unidades federativas com as maiores taxas em 2021 - Brasil (2011 – 2021).



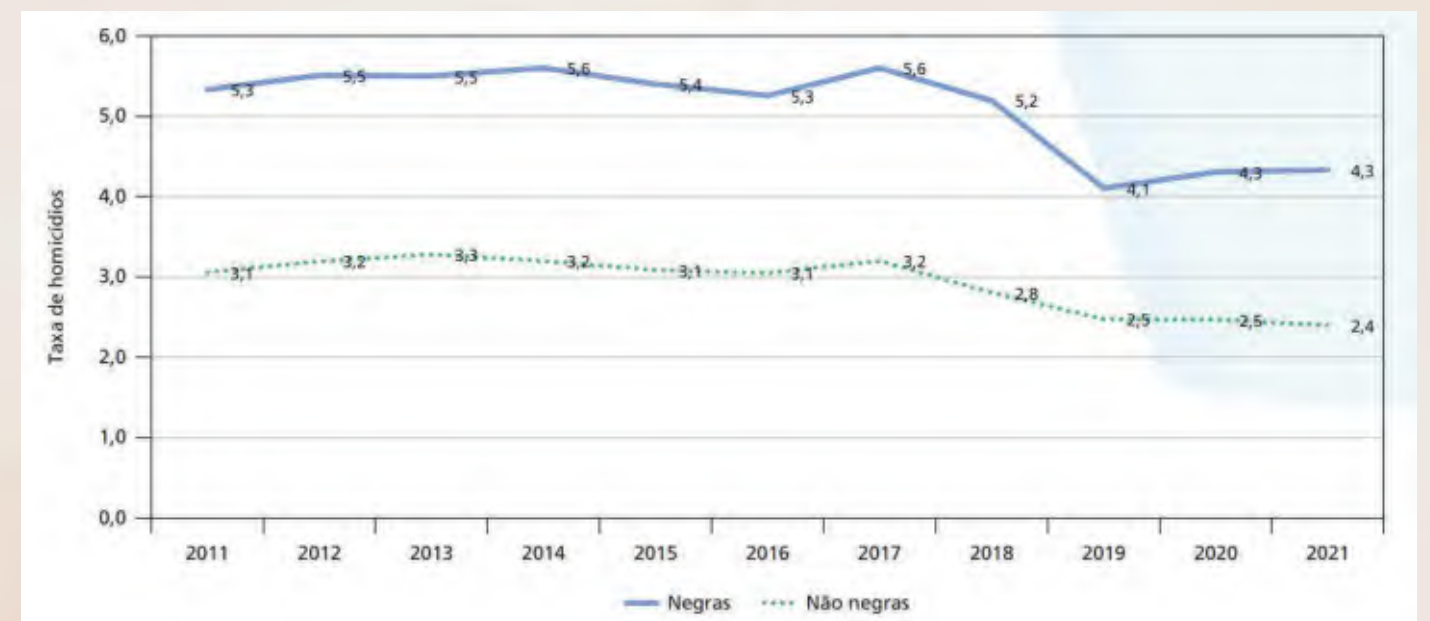
Fonte: GEAD/COPIS/DPE/IBGE e SIM/CGIAE/SVSA/MS. Elaborado por IPEA, 2023.



Em relação aos feminicídios cometidos contra mulheres negras, Cerqueira e Bueno (2023) evidenciam que elas representam as maiores vítimas dessa violência. Somente em 2021, 2.601 mulheres negras foram mortas (Cerqueira; Bueno, 2023).

Tal quadro de diferença na letalidade entre mulheres negras e não negras é causado pela perpetuação dos valores do patriarcado e pelo racismo estrutural, conforme percebido na figura/gráfico abaixo:

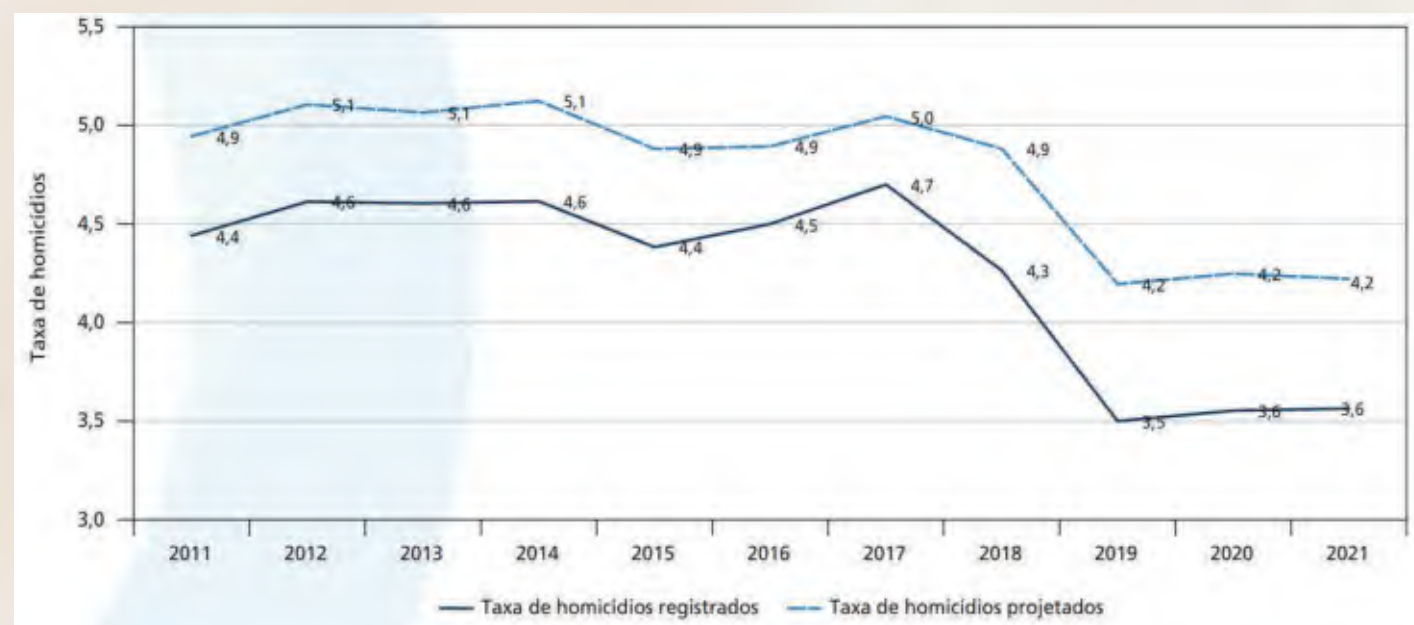
Figura 6 - Gráfico da evolução da taxa de homicídios femininos, por raça/cor – Brasil (2011-2021)



Fonte: GEAD/COPIS/DPE/IBGE e SIM/CGIAE/SVSA/MS. Elaborado por IPEA, 2023.

Ressalta-se que esses dados não refletem a totalidade dos crimes de feminicídios cometidos no Brasil. Em vista disso, os autores Cerqueira e Lins (2023 apud Cerqueira; Bueno, 2023) estimam que os dados reais dos feminicídios no país se apresentam de forma oculta, ao considerar os casos de MVCI (Morte Violenta por Causa Indeterminada) como homicídios mal registrados. A figura a seguir apresenta uma estimativa levantada quanto às reais taxas e as taxas documentadas.

Figura 7 - Gráfico de homicídios de mulheres registrados versus estimados – Brasil – (2011 - 2021)



Fonte: Cerqueira e Lins, 2023.

Em relação aos feminicídios cometidos contra mulheres negras, Cerqueira e Bueno (2023) evidenciam que elas representam as maiores vítimas dessa violência. Somente em 2021, 2.601 mulheres negras foram mortas (Cerqueira; Bueno, 2023).

Tal quadro de diferença na letalidade entre mulheres negras e não negras é causado pela perpetuação dos valores do patriarcado e pelo racismo estrutural, conforme percebido na figura/gráfico abaixo:

1.2.4.1 - A violência contra a mulher paulista

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) informa que, em 2023, o estado paulista registrou um aumento preocupante no número de feminicídios, alcançando o maior índice desde 2018, quando as estatísticas passaram a ser registradas separadamente dos demais homicídios (G1 São Paulo, 2024).

Foram reportadas 221 mortes de mulheres como feminicídios em 2023, de acordo com Ferreira (2024), um aumento em relação aos 195 casos registrados em 2022 e aos 140 computados em 2021, enquanto, em 2018, o primeiro ano de diferenciação nos registros, foram contabilizados 136 casos.

A análise dos casos de feminicídio em 2023 revelou que em 83,2% das situações, as vítimas já haviam sofrido violência doméstica anteriormente, segundo Ferreira (2024). Além disso, conforme relatado pelo SSP, em 56,1% dos casos, havia uma relação de afeto entre a vítima e o agressor, enquanto em 39,3% das ocorrências, existia uma ligação familiar ou de amizade.

Diante do aumento alarmante desses crimes, a SSP implementou medidas para enfrentar a violência doméstica, incluindo o uso de tornozeleiras eletrônicas para monitorar agressores liberados durante audiências de custódia (São Paulo, 2024). Desde setembro até 15 de abril de 2024, conforme informado pelo Portal do Governo de São Paulo (2024), 240 agressores foram equipados com tornozeleiras, permitindo um monitoramento contínuo.

Além dos dados relacionados ao feminicídio, o Portal da Secretaria da Segurança Pública do estado apresenta que, em janeiro de 2023, houve ainda 4.968 registros de lesão corporal dolosa contra mulheres, bem como 47 denúncias de maus-tratos, 8.501 ameaças, 195 invasões de domicílio, 303 estupros consumados, 47 estupros tentados, 798 estupros de meninas vulneráveis consumados, 17 estupros de meninas vulneráveis tentados, e 236 outros crimes de natureza.

Vale ressaltar que a grande maioria das denúncias registradas se concentram em delegacias das cidades interioranas. Estes resultados alarmantes evidenciam a urgência em proteger as mulheres neste estado, em virtude do grande número ainda existente anualmente de crimes atentados contra este público.

1.2.4.2 - A violência contra a mulher Ribeirão Pretana

No contexto local da região de Ribeirão Preto, Carolli (2021) aponta que os dados relativos a violência contra a mulher evidenciam o déficit de ações de combate a estes crimes, deixando claro a necessidade de investimento e do olhar crítico para a pauta no município.

Em 2022, segundo Tiengro (2023), houve um total de 121 casos em Ribeirão Preto, correspondendo a uma média de dois estupros a cada 10 mil habitantes, sendo as maiores vítimas, mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Em vista do cenário exposto neste capítulo, que evidenciou a crescente demanda por acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência na região, somado à insuficiência e inadequação dos equipamentos públicos existentes, torna-se evidente o desenvolvimento de um projeto arquitetônico que não apenas atenda, mas que também priorize as necessidades específicas dessa população vulnerável.

Em meio a uma realidade onde muitas mulheres se encontram em situações de risco iminente, é crucial que o projeto seja concebido de forma a proporcionar não apenas abrigo físico, mas também um ambiente seguro e acolhedor que respeite sua integridade, promova sua autonomia e assegure seu bem-estar emocional e psicológico (Silva; Ferreira, 2022, 2023).

Dessa forma o projeto emerge não apenas como um abrigo físico às necessidades urgentes, mas também atua sendo um compromisso ético e moral com a proteção dos direitos humanos das mulheres ribeirã pretana e da região. Bem como, auxilia na promoção da igualdade de gênero na sociedade local e atua como um meio de reparo social aos déficits políticos, econômicos e de segurança existentes.

1.3 PROTEÇÃO INTEGRADA: PÚBLICO-ALVO E POLÍTICAS DE APOIO

1.3.1 - Público-Alvo

O público-alvo desse Serviço são mulheres maiores de 18 anos com ou sem filhos que são encaminhadas pela DDM (Delegacia da Mulher) ou por órgãos de proteção à mulher vítima de violência. A Casa Abrigo oferece local seguro e sigiloso, tem como diretrizes ações que incentivem o protagonismo e autonomia das usuárias, buscando trabalhar de forma articulada com a rede de Serviços, de forma a atendê-la em sua totalidade.

As pessoas atendidas são em maioria mulheres em situação de violência doméstica e familiar, muitas vezes acompanhadas de seus filhos menores de idade e que enfrentam risco de morte ou ameaça à sua integridade física. O perfil é dos mais variados, atingindo todas os níveis escolares e classes sociais e tem o objetivo de oferecer segurança e oportunidade para essas mulheres reorganizarem suas vidas.



1.3.2 - Redes de proteção e políticas públicas

A problemática da violência contra mulheres tem sido uma preocupação crescente em todo o mundo e no Brasil não é diferente. Segundo Guimarães e Pedrosa (2015), ao longo das últimas décadas, o país passou por uma evolução das políticas públicas e legislações para proteção principalmente das que sofrem com violência familiar. No decorrer da história, as mulheres enfrentaram inúmeras lutas para alcançar a igualdade de gênero e garantir seus direitos.

Neste contexto, as políticas públicas existentes assumem um papel fundamental na busca por um futuro mais justo, seguro e igualitário. Tais políticas abrangem um conjunto de leis, programas e ações governamentais que visam promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em diversos setores, como: Educação, Saúde, Trabalho e Segurança.

A expressão mais relevante desta luta no país foi a promulgação da Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), representando um marco legal fundamental no combate à violência contra mulheres. Esta lei estabeleceu medidas protetivas e a criação de serviços especializados, incluindo abrigos de proteção, para mulheres em situação de violência (Brasil, 2006).

Nos anos seguintes à sua promulgação, houve uma expansão significativa de ações, medidas e legislações relacionadas a essa proteção. Como demonstrado pelo infográfico a diante, que elucida a evolução cronológica da criação de leis nacionais voltadas à proteção e garantia de direitos das mulheres no país.

Isso incluiu a criação de abrigos de acolhimento e refúgio por todos os estados do país, que possuem base de financiamento tanto pelo governo federal quanto por governos estaduais e gestões municipais (Brasil, 2015). Estes locais oferecem não apenas segurança física, mas também apoio psicossocial e jurídico para as mulheres e seus filhos em situação de vulnerabilidade.

Figura 8 - Evolução das legislações brasileiras para proteção das mulheres desde a criação da Lei Maria da Penha



Fonte: Infográfico elaborado pela autora, 2024.

Embora os avanços alcançados, dados já apresentados no capítulo anterior revelam que os desafios a serem enfrentados para a efetiva implementação destas políticas ainda são consideráveis, visto que a cada ano muitas mulheres sofrem sendo vítimas de agressões físicas, psicológicas, morais, patrimoniais, sexuais, financeiras, entre outras. Para os autores Guimarães e Pedrosa (2015), as estatísticas evidenciam que apesar da implementação de medidas protetivas, somente sua promulgação/criação de fato não são capazes de erradicar a problemática.

Os mesmos ainda explicam que a falta de recursos financeiros, a capacitação insuficiente de profissionais e a necessidade de uma abordagem melhor e mais integrada entre os diferentes setores continuam sendo grandes obstáculos. Além disso, a fundamentação da ideologia patriarcal, base em que o Brasil foi historicamente construído, ainda perpetua na sociedade referenciais machistas e discriminatórios, que freiam o caminhar deste enfrentamento (Guimarães; Pedrosa, 2015).

Apesar deste cenário, iniciativas como a criação da “Casa da Mulher Brasileira” em diversas cidades, demonstram um compromisso por parte do governo em fortalecer a rede de proteção. A constante evolução das políticas públicas significa um progresso na garantia dos direitos e da segurança das mulheres vítimas de violência familiar. A criação e manutenção de abrigos de proteção são fundamentais para prosseguir garantindo um espaço seguro e acolhedor.

1.3.3 - Políticas públicas no Estado de São Paulo

A violência contra a mulher no estado de São Paulo, como em todo o Brasil, configura-se como um problema social grave, exigindo medidas para combatê-la. Diante dessa realidade, algumas políticas públicas e ações foram desenvolvidas ao longo dos anos com o objetivo de proteger as mulheres paulistas e residentes no estado e garantir seus direitos (SJC, 2021).

Com relação à estrutura institucional do estado, o principal órgão responsável pela articulação e implementação das políticas para o enfrentamento, é a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher. Que atuam em conjunto com demais órgãos de gestão, justiça e administração pública, que têm a cada umas suas devidas atividades e competências atribuídas, dentre os principais que fazem parte deste sistema estão:

- Polícia Civil: Delegacias de Defesa da Mulher (DDM).
- Polícia Militar: Ronda Maria da Penha, criada em 2015.
- Poder Judiciário: Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- Ministério Público: Promotorias de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- Defensoria Pública: Núcleos de Defesa da Mulher (NUDEM)

Além destes entes, ainda atuam no estado inúmeras instituições gratuitas de apoio, tais quais:

- CRM: Centros de Referência e Cidadania da Mulher;
- CDCM: Centro de Defesa e de Convivência da Mulher;
- CEAM: Centro Especializado de Atendimento à Mulher;
- CAM: Centro de Auxílio à Mulher;
- CRAM: Centro de Referência e Atendimento à Mulher;
- CIAM: Centro Integrado de Atendimento à Mulher

No Estado de São Paulo, a batalha contra a violência direcionada às mulheres é uma questão que vem sendo enfrentada ao longo dos anos, também com legislações que visam proteger este público, a vista disso, a Lei Estadual nº 17.431/2021, representa um passo fundamental ao passo que ela estabelece medidas essenciais de prevenção e combate à violência doméstica e familiar, e também sinaliza um compromisso estadual em proteger os direitos das mulheres em situações vulneráveis (São Paulo, 2021).

Dentre as mais conhecidas e relevantes políticas, ações e legislações que compõem essa estrutura de combate estão:

- Lei Estadual nº 17.431/2021: Dispõe sobre medidas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito do Estado de São Paulo;
- Observatório da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: responsável por monitorar e avaliar as ações de combate à violência contra a mulher;
- Apoio à criação de Casas Abrigo: oferecem acolhimento e proteção para mulheres em situação de risco iminente de morte;
- Implementação do SP Mulher: aplicativo que permite acionar a Polícia Militar em caso de emergência;
- Pacto Paulista pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: firmado em 2018 entre o Governo do Estado, o Tribunal de Justiça de São Paulo, o Ministério Público do Estado de São Paulo e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Estabelece metas e ações para o combate à violência contra a mulher: como a ampliação da rede de atendimento, a qualificação dos profissionais e a agilização dos processos judiciais;
- Programa Ronda Maria da Penha: criado em 2006 pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Realiza rondas ostensivas e visitas domiciliares às mulheres em situação de risco, com o objetivo de prevenir novos episódios de violência;
- Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência: Oferece atendimento multidisciplinar, incluindo acompanhamento psicológico, social e jurídico;

- Casa da Mulher Brasileira: Espaço integrado de atendimento à mulher em situação de violência, que oferece diversos serviços como: acolhimento, apoio psicológico, orientação jurídica e capacitação profissional.

1.3.4 - Políticas públicas em Ribeirão Preto

Em Ribeirão Preto, assim como em diversas outras cidades brasileiras, existem políticas públicas voltadas para este enfrentamento. Estas políticas têm como objetivo oferecer apoio, proteção e assistência às vítimas de violência, além de promover a conscientização e prevenção desse tipo de violência na comunidade.

Como órgão estruturador do conjunto de atores que fazem este trabalho no município, tem-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que faz parte da Secretaria de Assistência Social da cidade e foi criado por Lei Complementar, nº 2.512, em 16 de março de 2012 (Ribeirão Preto, 2012).

Este conselho deliberativo tem como objetivo a formulação e a proposição de diretrizes/ações de governo para a promoção do direito das mulheres, visando mitigar a violência contra este público, segundo a descrição do próprio conselho, sua atuação é fundamentada nos princípios da igualdade, respeito, diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social (Ribeirão Preto, 2012).

Também como parte integrante da Secretaria Municipal de Assistência Social, O NAEM, Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher é uma organização que atua acompanhando mulheres vítimas de violência doméstica na cidade, além disso oferece atendimento psicossocial tanto para as que já possuem boletim de ocorrência e medidas protetivas, mas também para as que ainda não deram esse passo.

Segundo a fonoaudióloga Maria Patrícia Tedeschi (2023), chefe de seção do serviço, a natureza multidisciplinar do serviço apresenta-se algo inerente e necessário para o funcionamento: “Hoje, a rede protetiva é um organismo composto de diversos serviços e entidades que realizam atendimento às mulheres, como saúde, assistência social, segurança pública, justiça, educação e organizações da sociedade civil”

O NAEM, realiza ainda orientação jurídica, campanhas de orientação e sensibilização como: Outubro Rosa, Mulheres que transformam, Maria da Penha nos Bairros, Conversas de Marias, 16 Dias de Ativismo, Roda de conversa sobre violência contra a Mulher Hospital Dia HC, etc (Prefeitura Ribeirão Preto, 2019).

Outra atividade essencial desenvolvida é o programa SERAVIG, Serviço de Reeducação do Autor de Violência de Gênero, que consiste em atendimento psicológico exclusivo aos autores das violências, sob determinação da justiça (Ribeirão Preto, 2024). Este programa é uma determinação regulamentada pela Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

Ademais, o núcleo realiza capacitações com profissionais da saúde para lidar com atendimentos de mulheres vítimas de violência, conforme explicado pela “O objetivo é promover o enfrentamento da vivência de violência doméstica, bem como desenvolver recursos para que essas mulheres possam transcender a situação vivida” (Prefeitura Ribeirão Preto, 2019).

Além destes, em 2021, o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo implementou no município a primeira Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da região, sendo está um marco importante para o combate, visto que até então os casos ocorridos na comarca de Ribeirão eram levados e julgados em outros municípios de maior porte, tal implantação possibilitou e facilitou a busca por justiça contra agressores e criminosos neste sentido (TJSP, 2021).

Diante destas iniciativas expostas, percebe-se que em Ribeirão, há um conjunto de políticas públicas em vigores destinados a enfrentar e mitigar a violência contra as mulheres (Luque, 2023). Essas políticas não só visam oferecer apoio, proteção e assistência às vítimas, mas também trabalham na conscientização e prevenção da comunidade feminina (Prefeitura Ribeirão Preto, 2012).

Apesar disso, os esforços ainda são poucos, visto que, na região, a cidade é ainda a que mais possui registros e denúncias de casos de violência e estupros na região (Carolli, 2021). Assim sendo, apesar de reconhecer as iniciativas governamentais atuantes, é preciso evidenciar a necessidade do esforço contínuo destes órgãos, buscando mitigar o problema existente e para que as políticas sejam continuamente avaliadas, aprimoradas e expandidas. Bem como, para promover uma cultura de respeito, igualdade e não violência em todas as esferas da sociedade

1.3.5 - Conquistas femininas no Brasil

O infográfico a seguir apresenta de forma cronológica as principais conquistas do movimento feminista no Brasil, por meio dele é possível observar graficamente os passos e avanços alcançados ao longos dos anos no país, desde o ano de 1827 até o ano de 2023,

CONQUISTAS FEMININAS NO BRASIL

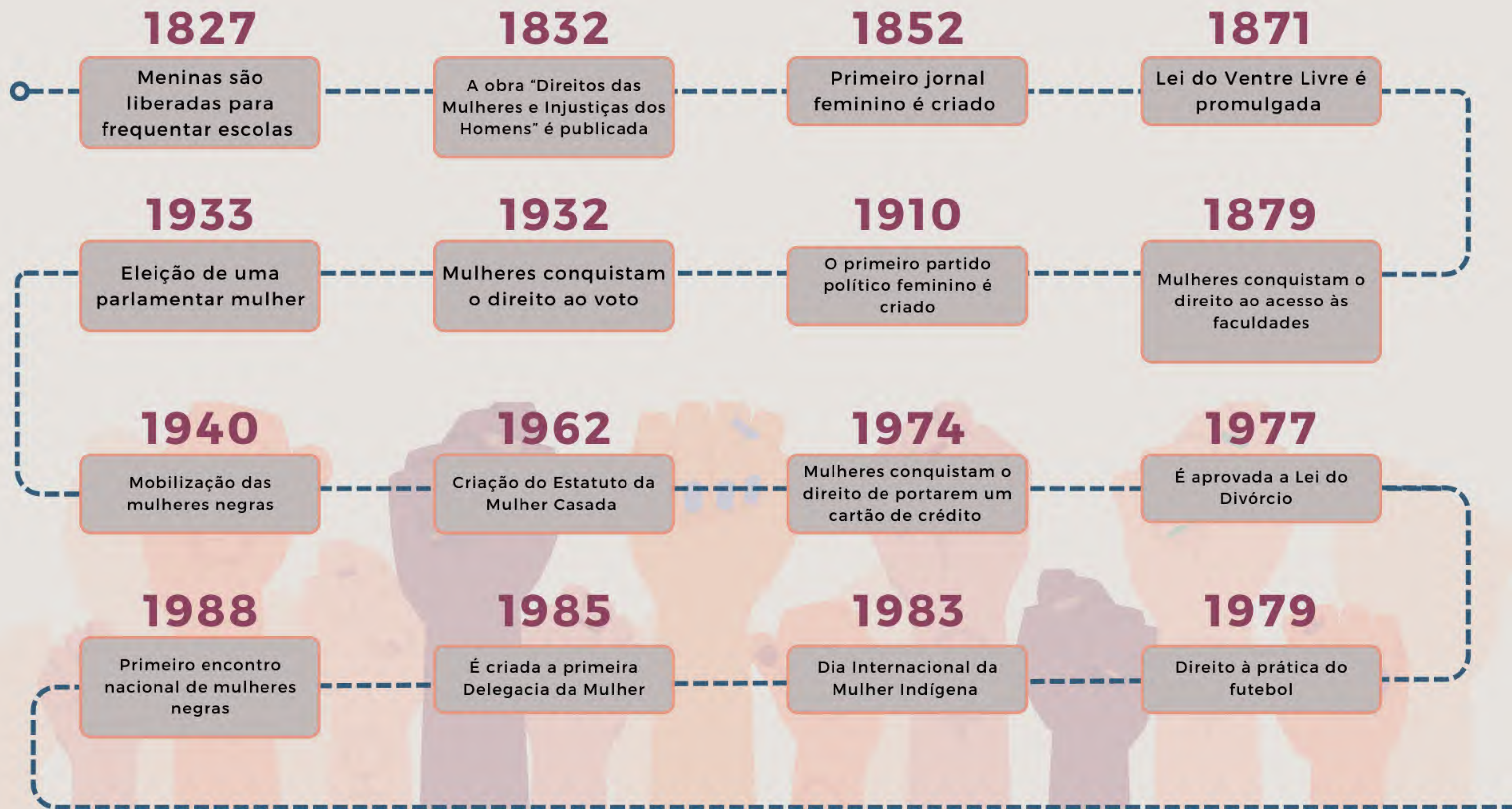


Figura 9 - Conquistas Femininas no Brasil

Fonte: Fernandes (2023), Tree (s.d.) e Bernandes (2021). Infográfico elaborado pela autora

1988

A Constituição Brasileira passa a reconhecer as mulheres como iguais aos homens

2002

"Falta da virgindade" deixa de ser motivo para anular o casamento

2006

Lei Maria da Penha

2012

Lei N° 12.737/2012- Lei Carolina Dieckmann

2021

É criada lei para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher

2018

A importunação sexual feminina passou a ser considerada crime

2015

É sancionada a Lei do Femicídio

2014

Dia da Mulher Negra

2021

Promulgada a "Lei do Stalking", que visa punir a perseguição e a perturbação

2021

Promulgada a "Lei Mariana Ferrer"

2022

STF declarou inconstitucional a tese de legítima defesa da honra em feminicídios.

2023

Liberada a realização de laqueadura sem autorização do marido

CONQUISTAS FEMININAS NO BRASIL





1.4

ARQUITETURA E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

1.4.1 - Histórico das Casas-Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica

Rocha (2007) aponta o surgimento das Casas-abrigo na década de 1970, sendo inicialmente e em grande maioria, instituições privadas, em contexto da luta do movimento feminista e da insuficiência de políticas públicas voltados para mulheres vítimas de violência. De acordo com o autor estes locais eram instituições criadas por mulheres e para mulheres, em um sentimento comunitário, como aponta em sua seguinte afirmação

“Deste modo, as casas-abrigo foram fundadas como recursos comunitários, alternativos, que só passaram a contar com recursos públicos posteriormente. Eram mulheres se solidarizando com outras mulheres, realizando uma intervenção voltada ao atendimento de seus problemas e necessidades diante da situação de violência, na perspectiva de sua libertação.” (Rocha, 2007; Pag 95-96)

De acordo com Rocha (2007), a primeira casa-abrigo foi o Refúgio de Chiswick, em 1972, localizada nas proximidades de Londres, Inglaterra, posteriormente renomeada como “Women’s Aid”. Essas casas expandiram pela Europa, Estados Unidos e Canadá nos anos 70 e 80, possuíram um caráter triplo e histórico, como uma reivindicação feminina, uma denúncia sobre a violência contra as mulheres e a promoção da autonomia da mulher e de dar voz a vítimas da violência.

02

Referências Projetuais



2.1 - Apresentação resumo

Este estudo oferece uma compreensão mais profunda dos desafios técnicos e das estratégias empregadas em projetos voltados para públicos vulneráveis, ampliando a percepção sobre as necessidades funcionais e de segurança dessas edificações. No projeto da Casa Fênix, abrigo para mulheres em situação de violência, localizado em Ribeirão Preto – SP.

Foi realizada uma análise comparativa baseada em critérios como acessibilidade, privacidade, segurança, fluxo interno dos ambientes, escolha de materiais resistentes e sustentáveis, além da separação entre áreas comuns e privadas. A avaliação das referências projetuais incluiu a observação de outros abrigos e centros de acolhimento, destacando como os elementos relevantes e as soluções técnicas podem influenciar positivamente a experiência e o bem-estar das usuárias.

Para complementar a análise, foi elaborado uma tabela comparativa, com as principais estratégias observadas que apresentará visualmente os principais aspectos ponderados, como a organização espacial, os materiais usados e as medidas de segurança, os serviços ofertados, entre outros.

A seguir, apresenta-se as três análises projetuais desenvolvidas: uma no Brasil, a Casa da Mulher Brasileira, e mais dois estudos internacionais, sendo um deles em Israel, onde funciona como abrigo para refugiadas vítimas de violência doméstica e Ruanda instalado o centro de oportunidade para mulheres Kayonza.

Figura 10 - Centro de Oportunidade para Mulheres - Ruanda



Fonte: Felicella, Elizabeth; Sharon Davis Design, ArchDaily Brasil, 2013.

“Nosso projeto reativa uma tradição de projeto ruandês perdida com camadas espaciais e sociais profundas. Estruturas circulares do centro são desenhadas segundo o Palácio do histórico de King, no sul da Ruanda. O projeto baseia-se na delicadeza deste método de construção vernacular de Ruanda.” (Sharon Davis Design, 2013)

Figura 11 - Casa da Mulher Brasileira - Campo Grande, Brasil



Fonte: Governo do Mato Grosso do Sul, Projeto Não Se Cale, 2021.

A Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande foi a primeira a ser inaugurada no país, em fevereiro de 2015, sendo referência nacional pelo pioneirismo nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres (Portal Brasil, Blog do Planalto, 2015).

Figura 12 - Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica - Israel



Fonte: Geron, Amit; Amos Goldreich Architecture, Jacobs Yaniv Architects, ArchDaily Brasil, 2018.

Este abrigo é um dos poucos no mundo que foi projetado e construído em consulta com a equipe que irá ocupá-lo e administrá-lo. Liderada pela pioneira ativista dos direitos humanos, Ruth Rasnic, para a instituição de caridade internacional ‘No To Violence’ (Goldreich, 2018).



2.2

CENTRO DE OPORTUNIDADE PARA
MULHERES / SHARON DAVIS DESIGN



2.2.1 - Ficha técnica

Localização: Kayanza, Ruanda

Arquitetos: Sharon Davis Design

Tipologia: Residencial/Institucional

Área: 2200 m²

Ano: 2013

País: Ruanda

Engenheiro Estrutural: Osd Engineering

Arquitetura Da Paisagem: XS Space and Susan Maurer

O Centro de Oportunidade para Mulheres em Ruanda, projetado por Sharon Davis Design em colaboração com a Women for Women International, serve como um modelo de construção sustentável e empoderamento feminino.

Localizado em Kayanza, o centro se destaca pela sua construção ecológica que inclui o uso de tijolos de barro produzidos localmente e métodos sustentáveis, como o aproveitamento de água da chuva e energia solar (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

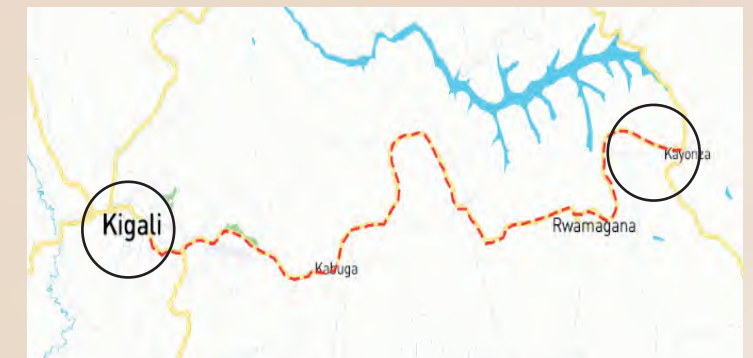
2.2.2 - Localização

Figura 14 - Localização país Ruanda



Fonte: MapChart, Elaborado pela autora, 2024.

Figura 15 - Posição de Kayanza em relação à capital Kigali



Fonte: MapChart, Elaborado pela autora, 2024.

Figura 13 - Centro de Oportunidade para Mulheres - Ruanda
Fonte: Felicella, Elizabeth; Sharon Davis Design, ArchDaily Brasil, 2013.

O projeto está localizado em Ruanda o mais populoso da África na província de Kyonza, está a uma distância de uma hora da capital ruandesa Kigali. Nas proximidades da cidade é possível observar a presença de alguns rios, dentre eles o Lac Muhazi e o Lago Lac Lhema no Parque Nacional Akagera.

Assim como outras regiões do continente Africano, esta área sofre com problemas sociais políticos e de saneamento. O Centro foi pensado diante dessa problemática oferecendo recursos de agricultura e subsistência para a população (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

2.2.3 - Entorno

O Centro de Oportunidade para Mulheres está localizado a aproximadamente 4 km do centro de Kayonza, em um contexto rural desprovido de desenvolvimento urbano significativo. A região não apresenta edificações adjacentes nem fluxo intenso de movimentação, carecendo de infraestrutura pavimentada e sistemas de saneamento básico.

Entretanto, a área é caracterizada por sua terra fértil, adequada para atividades agrícolas, o que reforça o potencial para o desenvolvimento de práticas sustentáveis de cultivo no local (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

Figura 16 - Mapa de ocupação territorial geral do entorno



Fonte: MapChart, Elaborado pela autora, 2024.

Figura 17 - Vista aérea entorno



Fonte: Satélite Google Maps, 2024.

2.2.4 - O Projeto

O Centro de Oportunidade para Mulheres foi criado com o objetivo de capacitar uma pequena comunidade situada em Ruanda, na província de Kyonza, afetada por conflitos devastadores. O projeto está localizado em um terreno de um hectare e tem uma área construída de 2.200m², em uma área semi-rural, onde as mulheres se dedicam a atividades de pequena escala para gerar renda e contribuir para sua subsistência (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

O Centro é fruto de uma parceria com a Women for Women International, uma organização humanitária que auxilia mulheres sobreviventes de guerras a reconstruir suas vidas por meio de oportunidades de conscientização, aprendizado e capacitação para iniciar seus próprios negócios ou adquirir novas habilidades profissionais (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

A concepção do projeto foi inspirada nas aldeias vernaculares de Ruanda, utilizando materiais e recursos locais para a construção, foi ensinado para as mulheres que futuramente usufruíram do espaço como produzir os tijolos, gerando a possibilidade de renda futura. A organização do Centro é composta por uma série de pavilhões em escala humana, agrupados para proporcionar segurança a comunidade entre mais de 300 mulheres (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

O Centro resgata uma tradição arquitetônica ruandesa perdida, com suas formas circulares que se irradiam a partir de salas de aula mais íntimas no centro do terreno, expandindo-se para um espaço comunitário, mercado da fazenda e uma área cívica adicional. As estruturas circulares do Centro são inspiradas no Palácio histórico do Rei, no sul de Ruanda, cujas habitações de tecido de junco tecido representavam uma tradição indígena da região que havia sido esquecida (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

Figura 18 - Construção da sala com tijolos produzidos local



Fonte: Felicella, Elizabeth; Sharon Davis Design, ArchDaily Brasil, 2013.

Figura 19 - Processo preparação tijolos



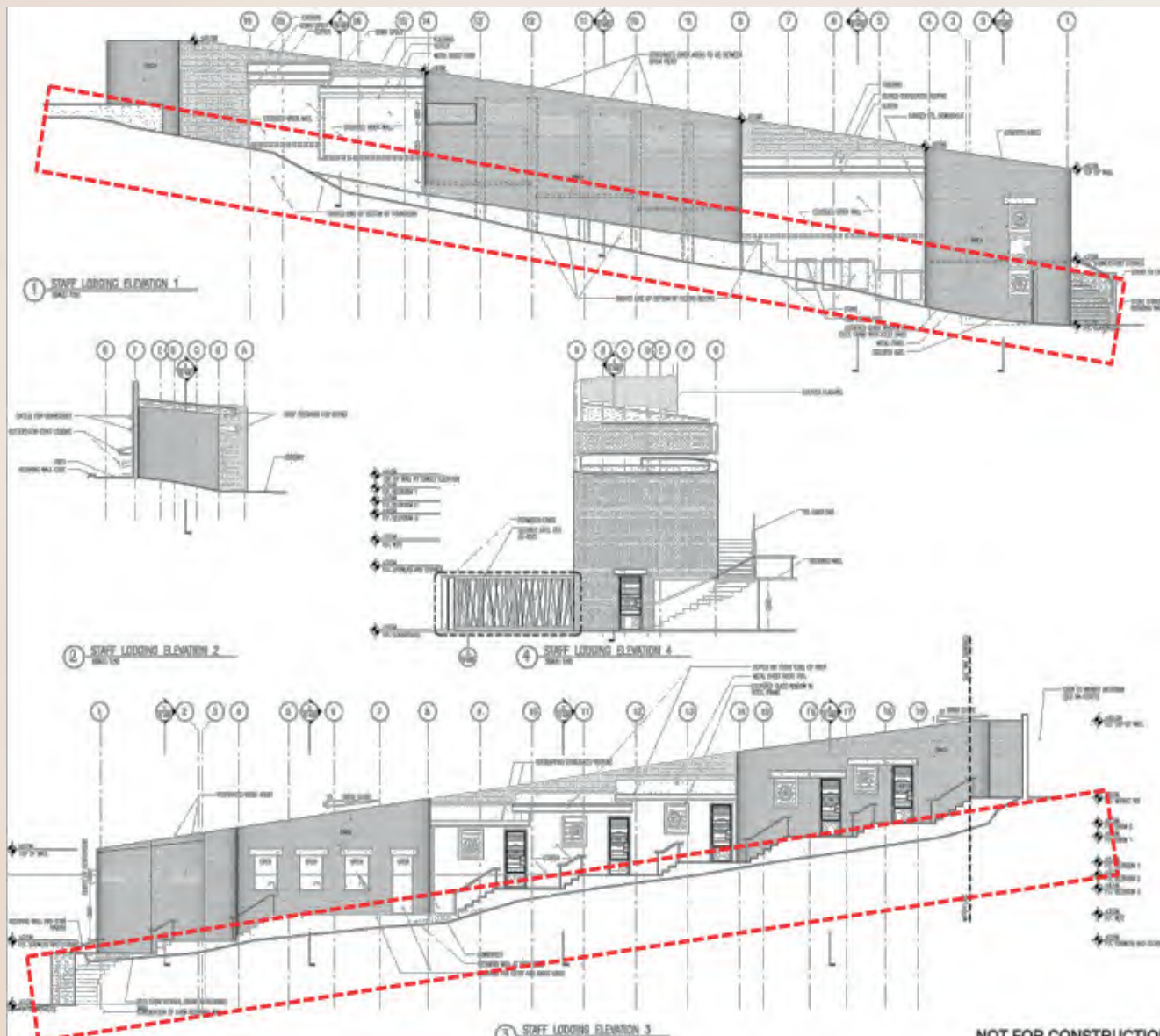
Fonte: Felicella, Elizabeth; Sharon Davis Design, ArchDaily Brasil, 2013.

2.2.5 - Topografia

A implementação do projeto no local escolhido, caracterizado por uma área rural com topografia acidentada. Utilizando-se dos desníveis da topografia, os ambientes foram dispostos de forma a respeitar a inclinação natural do terreno, evitando alterações significativas e minimizando a necessidade de estruturas de contenção, como muros de arrimo.

Os abrigos foram projetados em níveis escalonados, seguindo o desnível do terreno, o que demonstra a integração do design arquitetônico com as características geográficas locais (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

Figura 20 - Corte transversal no bloco de abrigos



Fonte: Livinspaces, 2013. Modificado pela Autora, 2024.

Figura 21 - Implantação horta e blocos acompanhando o desnível da topografia



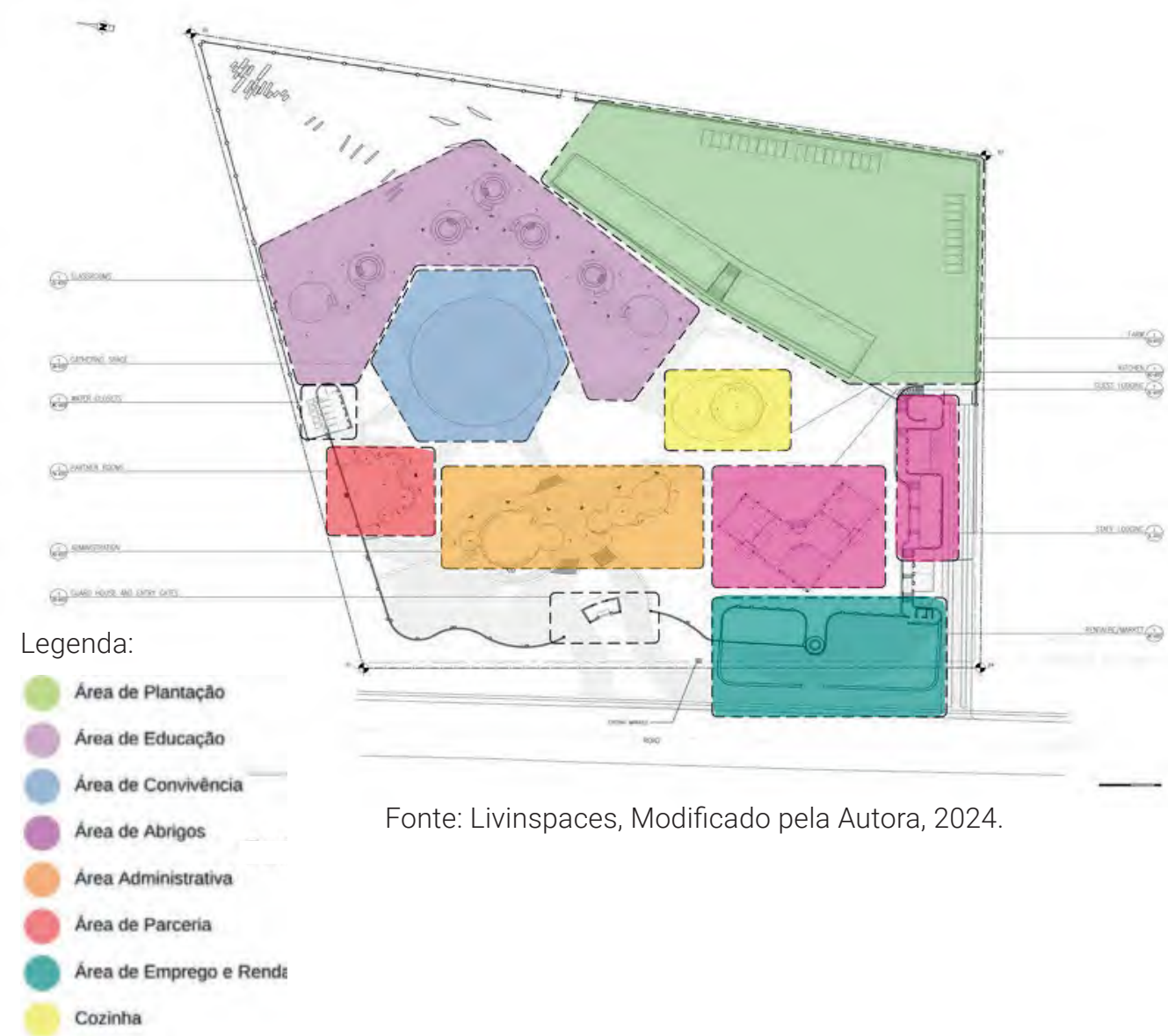
Fonte: Felicella, Elizabeth; Sharon Davis Design, ArchDaily Brasil, 2013.

2.2.6 - Setorização

O projeto de 2200m² é inteiro no nível térreo e separado em 8 setores nos quais são: **Administrativo** - que conta com banheiro, escritório geral, escritório de diretoria, recepção, escritório de finanças e depósito. **Área de Parceria** - com salas de atendimento, sala de treinamento e depósitos. **Área de convivência** - que conta com o centro de convivência (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

Área da educação - possui 7 salas de aula. **Área de refeição**- possui uma cozinha. **Área de plantação**- Área de plantio e fazenda. **Área dos abrigos** - conta com 10 dormitórios, escritório, banheiros, vestiários e guarita de segurança. **Área de emprego e renda** - espaço destinado a venda dos produtos fabricados no centro (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

Figura 22 - Planta baixa setorizada

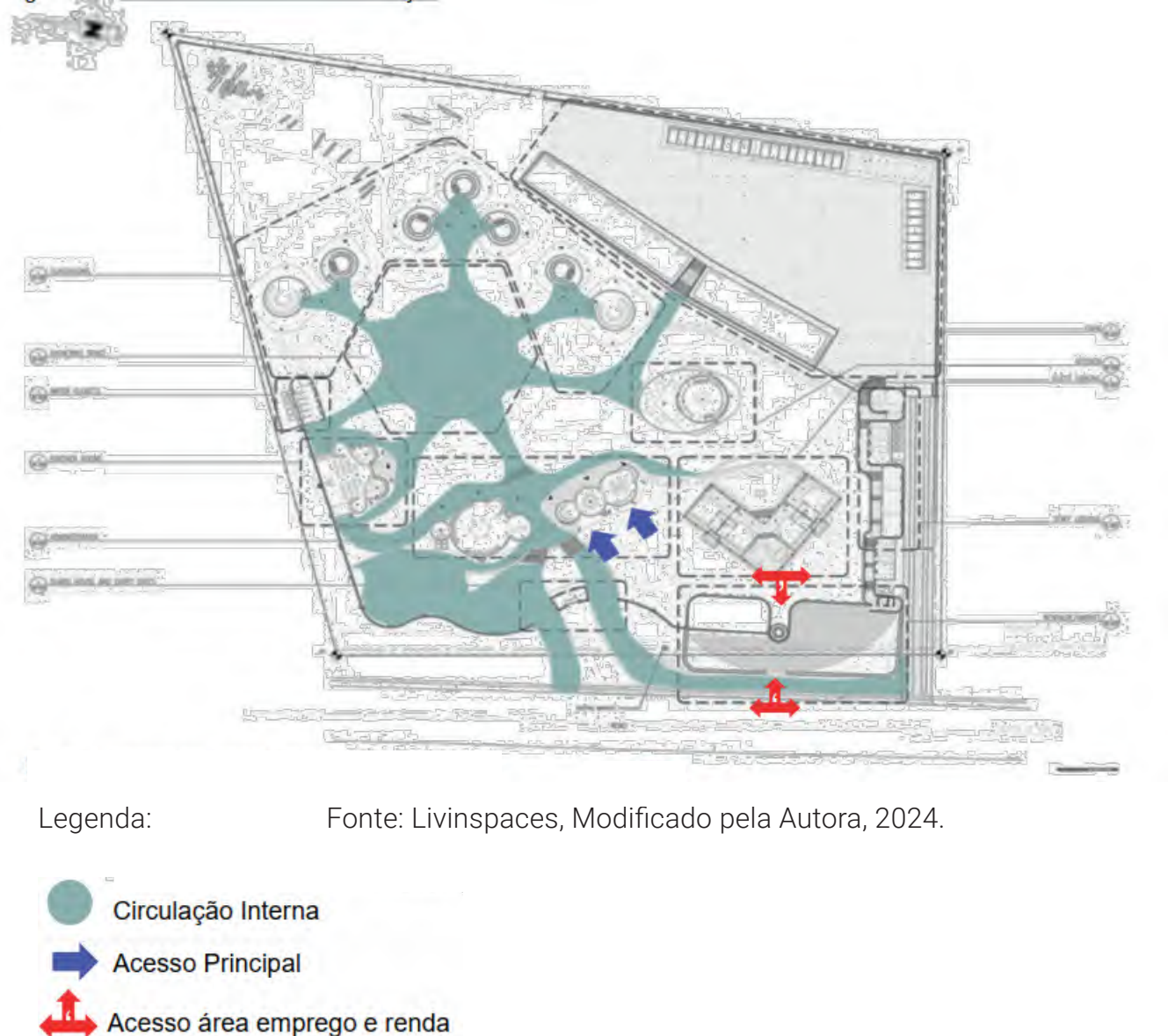


2.2.7 - Acessos e circulação

O acesso ao Centro é realizado exclusivamente pela via RN3, uma estrada não pavimentada que é comum na região. O acesso principal do projeto é controlado por uma guarita, vinculada diretamente à área administrativa, que inclui a recepção e os escritórios administrativos (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

Esta área administra o fluxo de visitantes e distribui o acesso ao restante das instalações. O pátio central funciona como um núcleo de conexão entre os diversos setores do edifício. A seção dedicada a emprego e renda é acessível tanto internamente, através do centro, quanto externamente, pela borda do terreno (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

Figura 23 - Planta baixa acessos e circulação

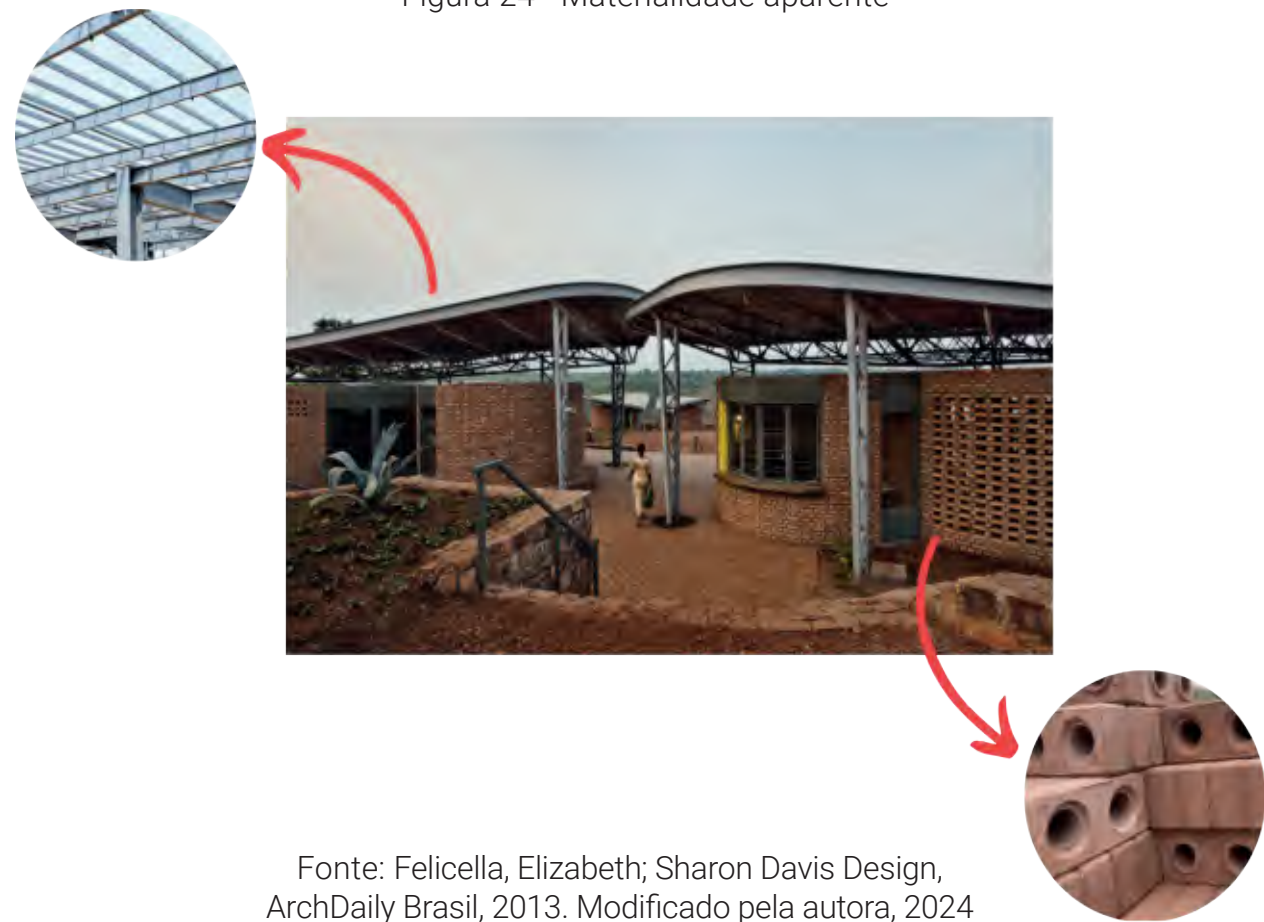


2.2.8 - Materialidade

Os materiais selecionados para a construção adaptam-se às restrições locais, com ênfase no uso de tijolos de barro ecológico, produzidos no próprio local utilizando recursos extraídos diretamente do terreno.

Esta escolha é particularmente significativa considerando a escassez de materiais na região. A estrutura principal e a cobertura são feitas de estrutura metálica, fornecendo sustentação necessária às construções em uma área com acesso limitado a recursos de construção convencionais (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

Figura 24 - Materialidade aparente



Fonte: Felicella, Elizabeth; Sharon Davis Design, ArchDaily Brasil, 2013. Modificado pela autora, 2024

2.2.9 - Sistema construtivo 1

Os arquitetos Sharon Davis e Bruce Engel exploraram diversas técnicas para otimizar o uso de materiais na construção do Centro de Oportunidade para Mulheres. Eles implementaram um arranjo inovador de tijolos de barro, posicionando-os de forma intercalada para criar vãos que eliminam a necessidade de esquadrias adicionais, (Livinspaces, 2013).

Essa estratégia não apenas promove ventilação natural mas também oferece sombreamento eficaz, contribuindo para a sustentabilidade térmica das edificações. Utilizou-se um total de 450.000 tijolos de argila, fabricados por meio de um método de prensagem manual durável, adaptado das técnicas de construção locais, reforçando a integração com as práticas construtivas regionais.

Figura 25 - Sala de aula evidencia estudo disposição tijolos

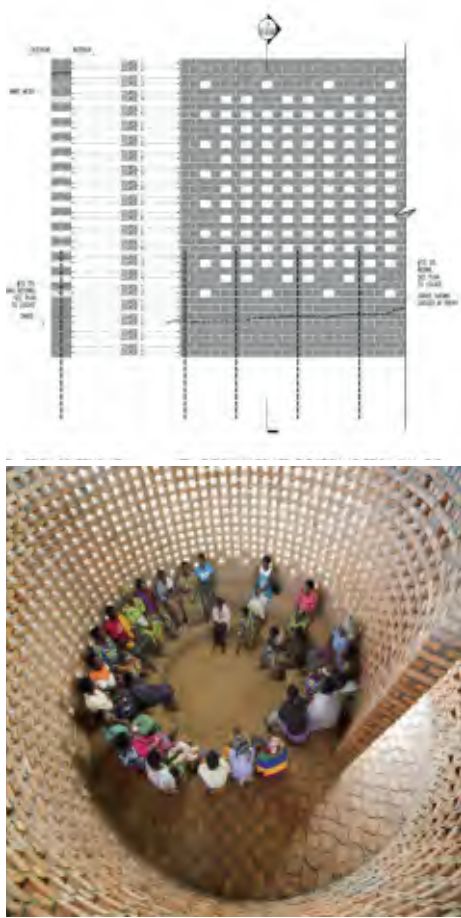
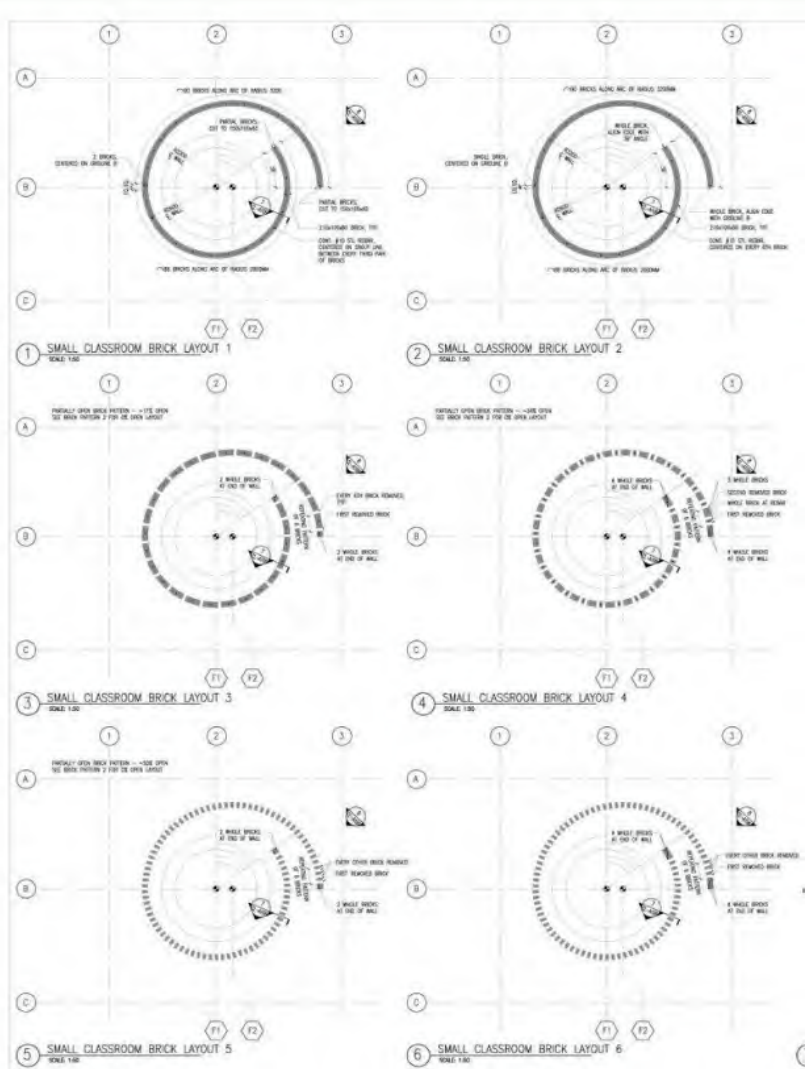


Figura 26 - Estudo sistema construtivo salas para disposição tijolos



Fonte: Livinspaces, 2013. Modificado pela Autora, 2024.

2.2.10 - Sistema construtivo 2

A cobertura do Centro de Oportunidade para Mulheres, foi projetado utilizando estruturas metálicas. A altura da cobertura e sua relação com o término das paredes permitem a eliminação da laje no teto das salas, facilitando a circulação do ar.

Essa configuração cria uma abertura entre a cobertura e o topo da parede, proporcionando a ventilação natural nas instalações. Além disso, o projeto é considerado sustentável devido ao uso consciente de materiais e ao design da cobertura, que é estrategicamente projetada para captar água da chuva, contribuindo para a eficiência hídrica do edifício, (Livinspaces, 2013).

Figura 27 - Estudo sistema construtivo cobertura

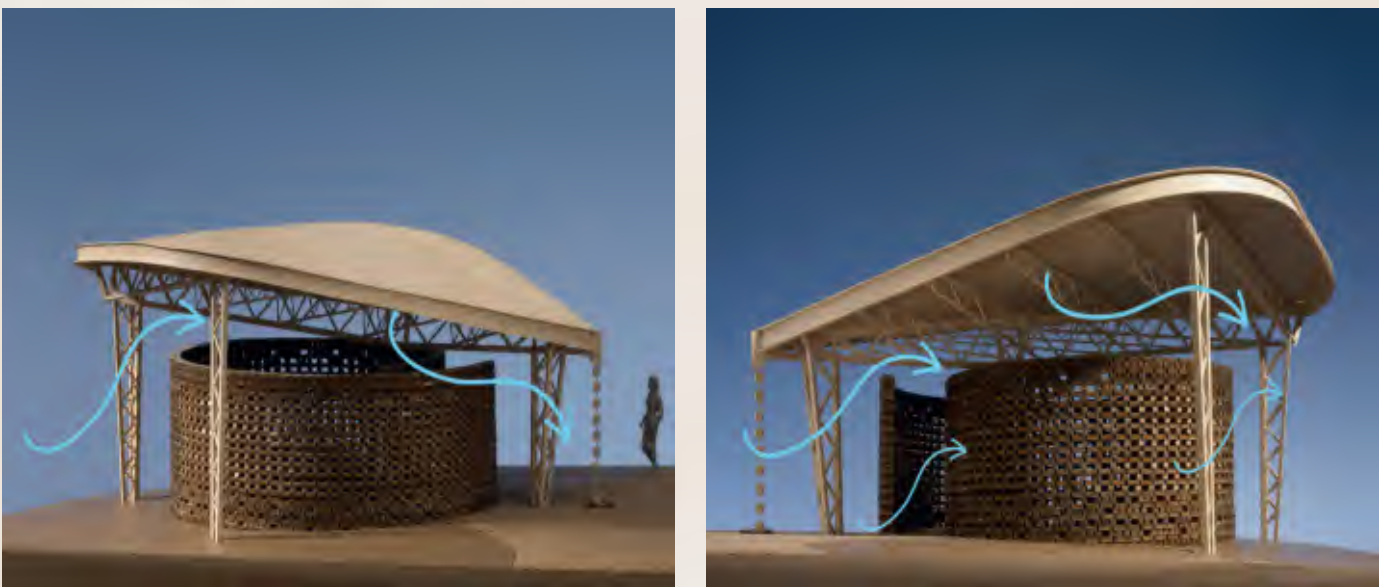


Fonte: Livinspaces, 2013. Modificado pela Autora, 2024.

2.2.11 - Sistema de abertura e ventilação

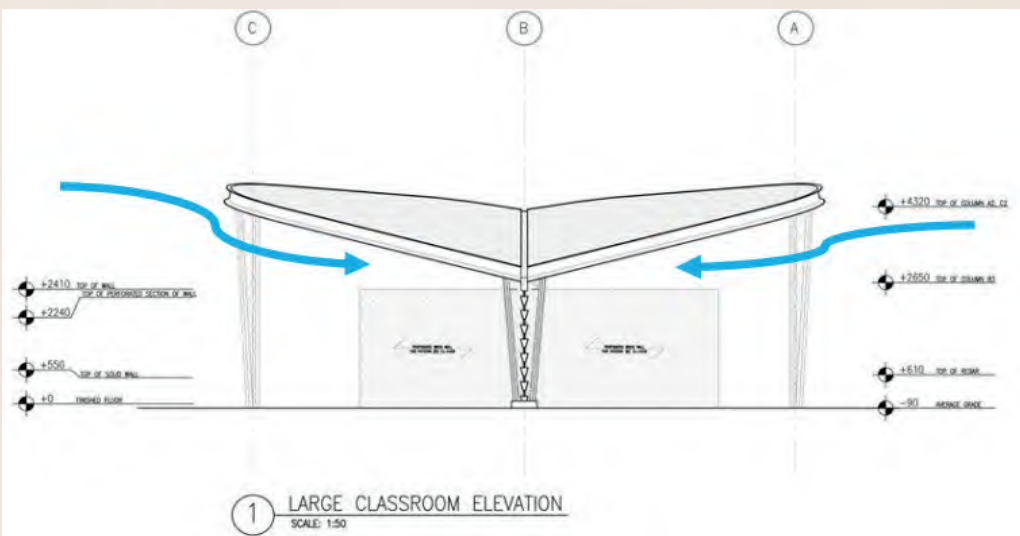
No projeto arquitetônico os tijolos ecológicos são utilizados em conjunto com a cobertura de chapa metálica para promover eficientemente a ventilação. A disposição intercalada dos tijolos cria aberturas que permitem a circulação contínua do ar, enquanto a inclinação e o design elevado da cobertura metálica facilitam a ventilação cruzada. Essa combinação de elementos construtivos não só permite o fluxo de ar natural dentro das instalações, mas também contribui para a sustentabilidade e o conforto térmico do ambiente.

Figura 28 - Simulação ventilação



Fonte: Livinspaces, 2013. Modificado pela Autora, 2024.

Figura 29 - Sala de aula inclinação telhado



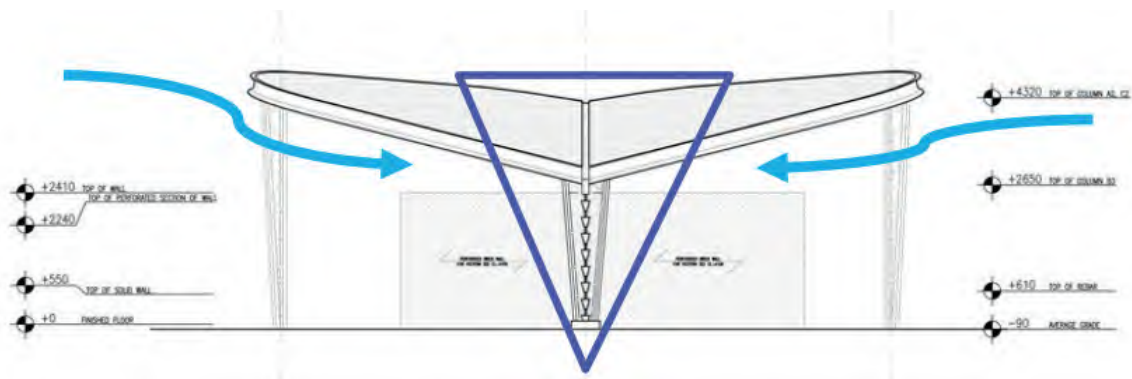
Fonte: Livinspaces, 2013. Modificado pela Autora, 2024.

2.2.12 - Métodos sustentáveis

O projeto é classificado como sustentável por incorporar várias práticas ecológicas, incluindo a captação de água da chuva e a compostagem. A captação é efetuada por meio de um sistema de coberturas com inclinação centralizada, onde uma calha coleta a água direcionada por uma dupla inclinação do telhado, mais alta em um extremo e mais baixa no outro para aproveitar a gravidade (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

No extremo mais baixo, um dispositivo captura a água e a conduz ao tanque de armazenamento. A água captada é então tratada em colaboração com empresas locais. No banheiro, o processo de compostagem elimina o uso de água, transformando resíduos em compostos que podem ser utilizados como fertilizantes na horta, replicando todas as funções essenciais de um sanitário convencional (Sharon Davis Design; ArchDaily Brasil, 2013).

Figura 30 - Sala de aula inclinação telhado, captura agua.



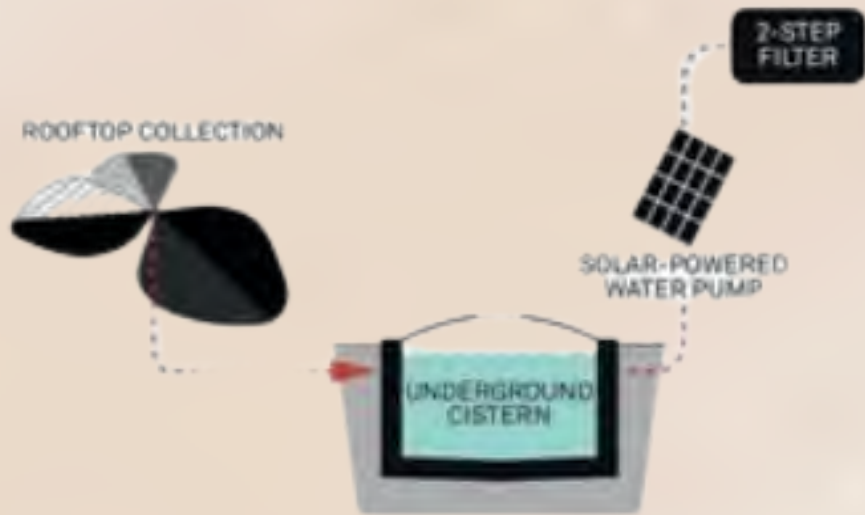
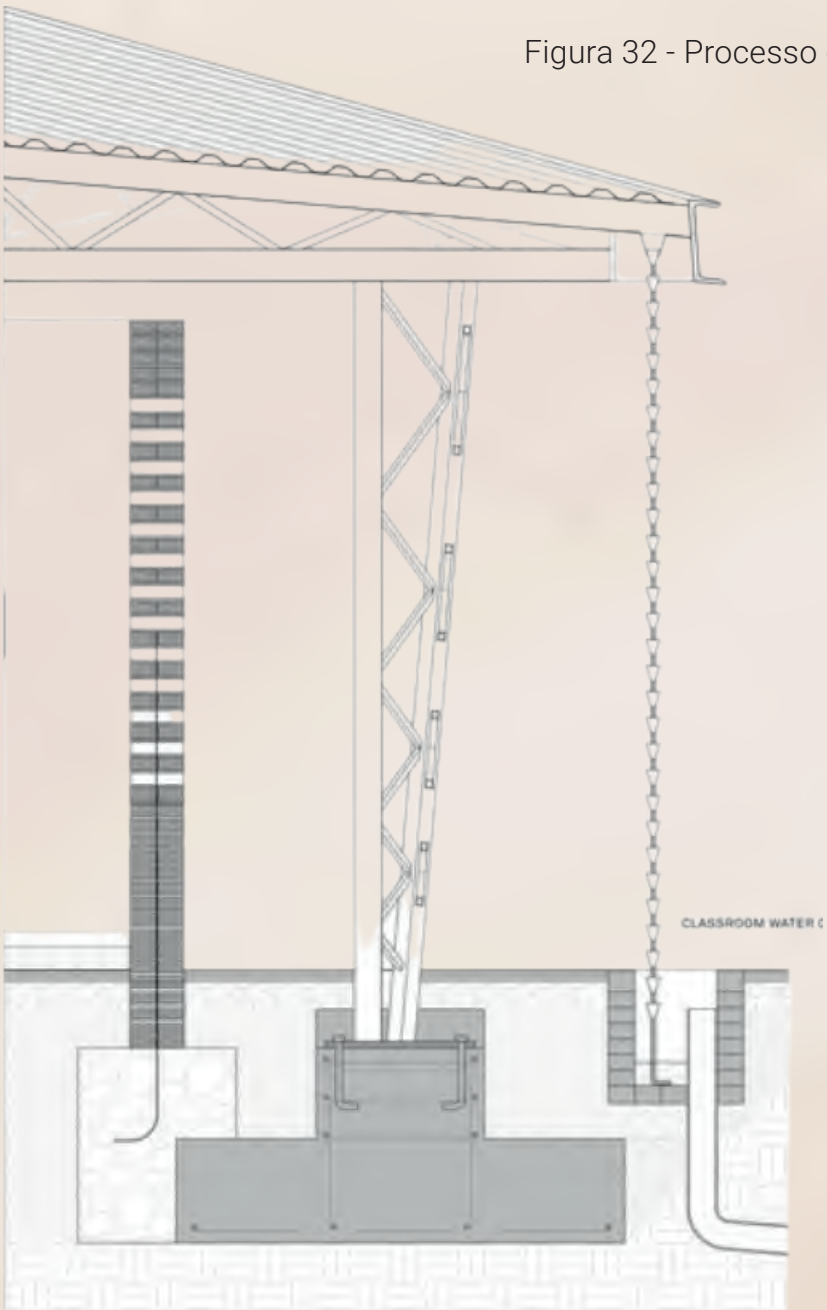
Fonte: Livinspaces, 2013. Modificado pela Autora, 2024.

Figura 31 - Corte esquemático banheiro compostagem



Fonte: Livinspaces, 2013. Modificado pela Autora, 2024.

Figura 32 - Processo captura agua



Fonte: Livinspaces, 2013.



2.3

CASA DA MULHER BRASILEIRA (CMB)



2.3.1 - Ficha técnica

Localização: Campo Grande, Mato Grosso do Sul - Brasil

Arquitetos: Marcelo Pontes e Valéria Laval

Tipologia: Residencial/Institucional

Área: 3.661 m²

Ano: 2015

País: Brasil

Cliente: Governo Federal, Estadual e Municipal

A Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande, MS, estabelecida com o propósito de centralizar diversos serviços de apoio às mulheres em situação de violência, representa um investimento significativo no combate à violência contra as mulheres, centralizando recursos e serviços para oferecer um suporte abrangente e acessível. O projeto foi escolhido pois a unidade é reconhecida por oferecer um atendimento integrado e humanizado, com uma equipe multidisciplinar que auxilia na superação do impacto da violência sofrida pelas mulheres (Mato Grosso do Sul, 2024).

O layout da CMB permite que os serviços funcionem de maneira coordenada e eficaz, reduzindo o desgaste das mulheres que, de outra forma, teriam que se deslocar entre diversos locais para receber cuidados.

2.3.2 - Localização



Figura 35: Localização Cidade de Campo Grande/MS - Brasil

Fonte: MapChart, elaborado pela Autora, 2024.

Na condução das análises arquitetônicas e funcionais para este projeto, utilizou-se como referencial a Casa da Mulher Brasileira localizada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Essa escolha deve-se ao fato de ser a primeira implementação desse modelo no Brasil, servindo como um estudo de caso primordial (Mato Grosso do Sul, 2024).

2.3.3 - Entorno

Figura 36 - Entorno próximo



Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2024

Na análise do contexto urbano onde está inserida a Casa da Mulher Brasileira em Campo Grand - MS, identifica-se uma predominância de uso residencial. O perfil construtivo da região é majoritariamente composto por edificações de baixo gabarito, com a maioria das estruturas limitando-se a um pavimento.

A localização estratégica da CMB, nas imediações do Aeroporto Internacional de Campo Grande, e sua proximidade com a Avenida Duque de Caxias, uma via crucial que percorre o tecido urbano da cidade, conferem facilidade de acesso aos usuários da instituição.

2.3.4 - Etudo solar

No design arquitetônico, adotou-se uma abordagem focada na maximização da iluminação natural e ventilação interna. O projeto incorpora uma abertura central significativa, que acomoda um pátio verde. Esta estratégia permite que a luz solar penetre nas áreas internas durante períodos específicos do dia, promovendo um ambiente interno mais iluminado e arejado, o que contribui para a criação de um espaço acolhedor e sustentável.

O projeto incorpora estrategicamente um pátio interno que é fundamental para a proporcionar o conforto térmico nas instalações. Este espaço central, dotado de áreas verdes, é essencial para a facilitação da entrada de luz solar e da ventilação natural durante o dia.

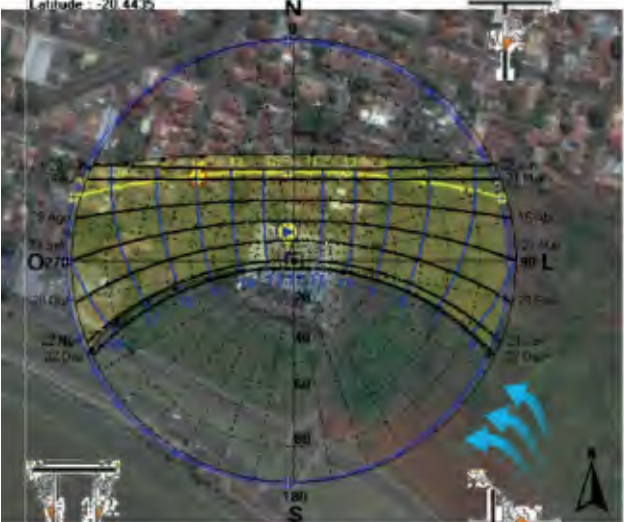
A orientação do edifício segue a trajetória solar, alinhando-se com o movimento leste a oeste do sol, conforme indicado pela Carta Solar, para maximizar a eficiência da luz natural. Além disso, a ventilação predominante na região, que geralmente flui de leste-sudeste (ESE), foi considerada no planejamento arquitetônico para aprimorar a circulação de ar e reduzir a necessidade de climatização artificial, contribuindo para um ambiente interno mais agradável e sustentável.

Figura 37 - Análise carta solar da unidade CMB Campo Grande - MS.



Fonte - Sunearthtools, modificado pela Au-
tora, 2024.

Figura 38 - Carta solar da unidade CMB Campo Grande - MS.



Fonte - LNEG – Laboratório Nacional de
Energia e Geologia. SOL-AR. Versão 5.0,
modificado pela Autora, 2024..

2.3.5 - Setorização

Cada unidade é projetada para oferecer um ambiente integrado que promove o acesso facilitado a diversos serviços essenciais. Esta configuração arquitetônica visa proporcionar um tratamento mais humano e eficaz no combate à violência contra mulheres essenciais.

A estrutura da Casa inclui áreas dedicadas para o acolhimento e triagem, espaços para atendimento psicossocial, serviços de orientação jurídica e acompanhamento de processos, além de alojamentos temporários para as mulheres em situação de risco. Adicionalmente, integra instalações para a operação de órgãos de segurança pública especializados no atendimento à mulher, o que facilita o processo de denúncia e a implementação de medidas protetivas de urgência.

Figura 39 - Planta Baixa disposição dos módulos - setorização do projeto



Fonte: PORTAL BB, Modificado pela Autora, 2024.

Figura 40 - Pátio Interno CMB



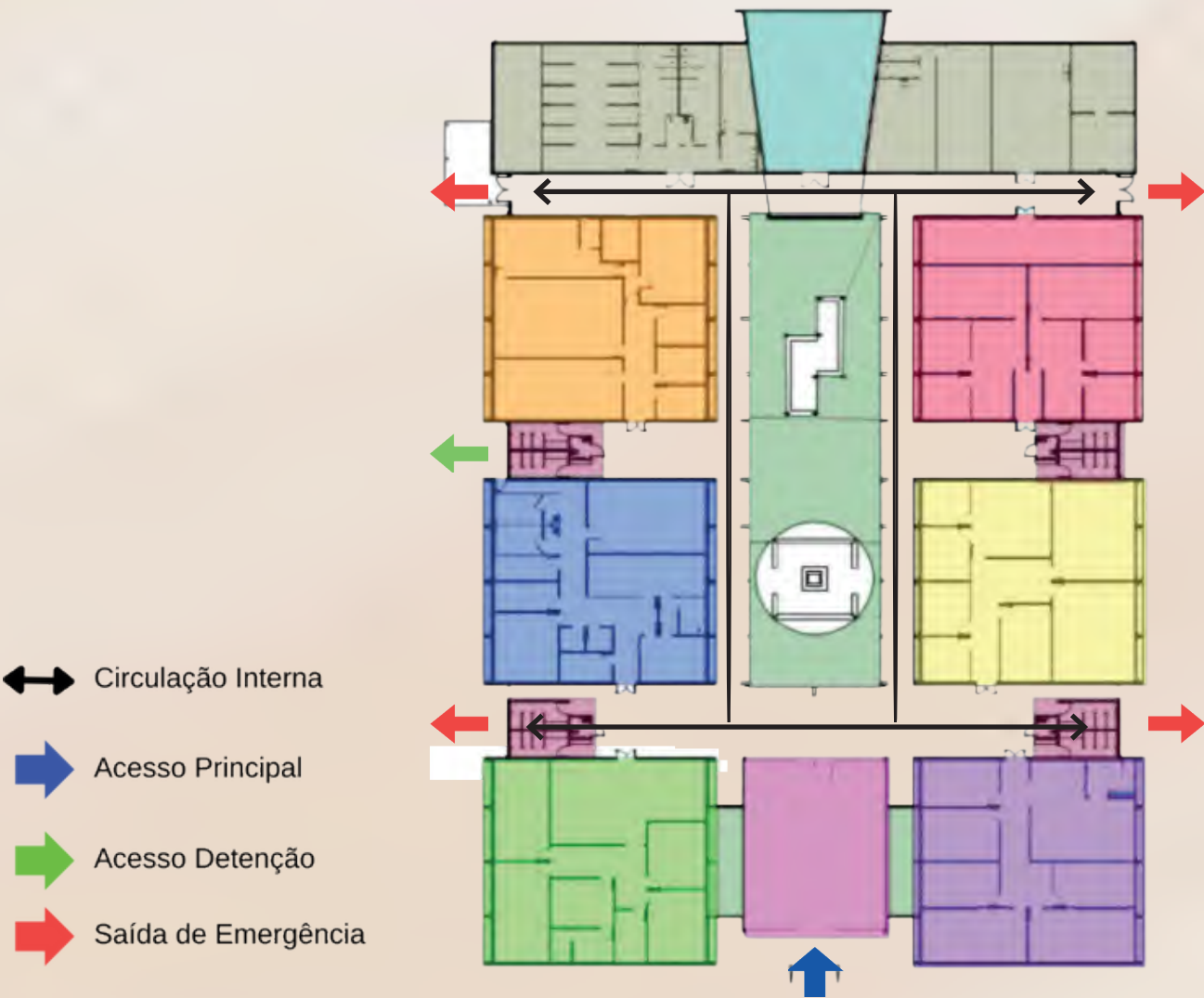
Fonte: PORTAL BB, Modificado pela Autora, 2024.

2.3.6 - Acessos

Os acessos ao edifício são configurados de forma dual para acomodar diferentes públicos em função de segurança. O acesso principal é destinado exclusivamente às mulheres vítimas de violência, podendo estas estar acompanhadas de seus filhos. Paralelamente, um segundo acesso é reservado para os agressores, permitindo a entrada direta à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), a edificação está equipada com duas saídas de emergência, estrategicamente localizadas ao longo dos corredores para garantir a segurança em caso de necessidade.

A interligação entre os diversos módulos funcionais é realizada por meio de corredores que convergem para o Pátio Central, que desempenha um papel crucial na integração das diferentes áreas do complexo. O pátio, sendo um espaço aberto, não apenas facilita a circulação entre os módulos, mas também serve como área de convivência central.

Figura 41 - Planta Baixa – Circulação e acessos



Fonte: PORTAL BB, Modificado pela Autora, 2024.

2.3.7 - Materialidade

Os acessos ao edifício são configurados de forma dual para acomodar diferentes públicos em função de segurança. O acesso principal é destinado exclusivamente às mulheres vítimas de violência, podendo estas estar acompanhadas de seus filhos. Paralelamente, um segundo acesso é reservado para os agressores, permitindo a entrada direta à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), a edificação está equipada com duas saídas de emergência, estrategicamente localizadas ao longo dos corredores para garantir a segurança em caso de necessidade.

A interligação entre os diversos módulos funcionais é realizada por meio de corredores que convergem para o Pátio Central, que desempenha um papel crucial na integração das diferentes áreas do complexo. O pátio, sendo um espaço aberto, não apenas facilita a circulação entre os módulos, mas também serve como área de convivência central.

Figura 42 - Fachada CMB Campo Grande - MS.



Fonte: CAPITAL NEWS. Casa da Mulher Brasileira, 2018.

2.3.8 - Volumetria

A volumetria é caracterizada por uma forma retangular sólida, que demonstra uma consistência geométrica alinhada à configuração apresentada na planta arquitetônica. Esse volume é intercalado por aberturas laterais estrategicamente posicionadas, que não só acomodam as janelas, mas também incluem aberturas especificamente designadas para as saídas de emergência.

Adicionalmente, no coração estrutural do edifício, encontra-se uma abertura retangular centralizada que desempenha um papel crucial na promoção da iluminação natural e na ventilação das áreas internas, especialmente sobre o pátio central.

Figura 43 - Fachada CMB Campo Grande - MS.



Fonte: Google Earth, Modificado pela Autora, 2024.

Figura 44 - Fachada CMB Campo Grande - MS.



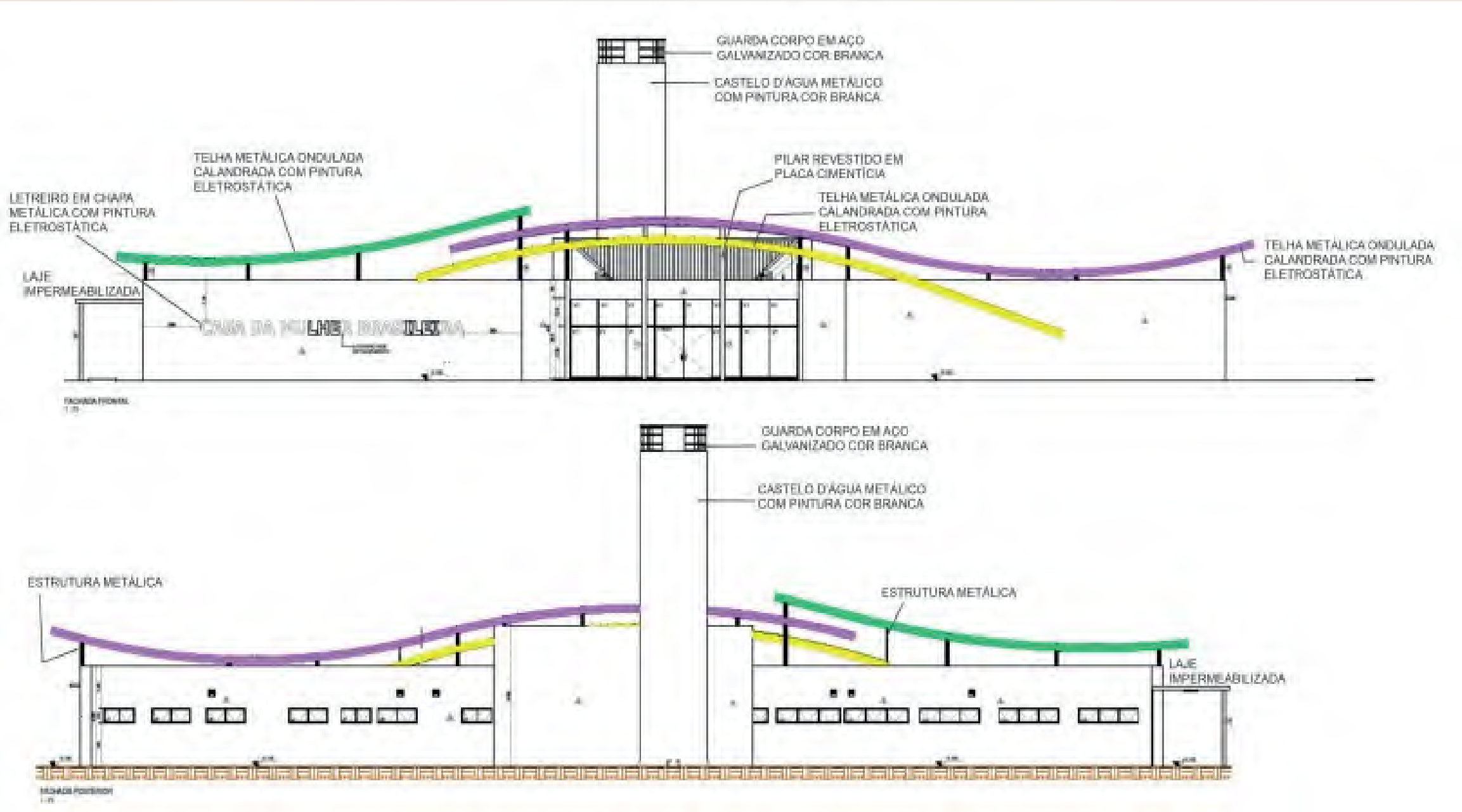
Fonte: Google Earth, Modificado pela Autora, 2024.

2.3.9 - Estrutura

Na concepção estrutural do projeto, optou-se pelo concreto armado para a construção das vigas e colunas, garantindo robustez e durabilidade ao esqueleto estrutural do edifício. Para as paredes, foi adotada a técnica de alvenaria estrutural, proporcionando estabilidade e resistência mecânica. As vedações internas foram executadas utilizando placas de gesso acartonado, que oferecem flexibilidade na configuração dos espaços e eficácia na instalação.

A cobertura do edifício foi concebida através de estruturas metálicas, que suportam o revestimento de telhas metálicas tipo “sanduíche”. Estas telhas foram escolhidas por suas propriedades de isolamento térmico e acústico, além de proporcionarem uma rápida montagem, conforme as diretrizes estabelecidas no projeto arquitetônico. Esta abordagem não apenas cumpre os requisitos funcionais e estéticos, mas também assegura a integridade e a longevidade das instalações.

Figura 45 - Fachada CMB Campo Grande - MS.



Fonte: Google Earth, Modificado pela Autora, 2024.

2.3.10 - Fachada

As fachadas são projetadas, apresentando acabamentos com placas cimentícias que conferem uma estética moderna e durabilidade elevada. Um elemento distintivo na construção é o reservatório de água, projetado em forma de castelo e revestido com pintura branca esmaltada, proporcionando resistência às intempéries e uma integração visual harmoniosa com o restante da estrutura.

Adicionalmente, os guarda-corpos das fachadas são também tratados com pintura esmaltada na cor branca, garantindo uniformidade e proteção adicional contra a corrosão. Para facilitar a identificação dos diferentes setores do edifício, cada área é demarcada com cores específicas, que são aplicadas de maneira que possam ser facilmente reconhecidas mesmo a partir das fachadas externas.

Esta estratégia de codificação por cores não apenas melhora a orientação dentro do complexo, mas também contribui para a estética geral da edificação, reforçando a identidade visual da Casa da Mulher Brasileira.

Figura 46 - Fachada CMB Campo Grande - MS



Fonte: Silva, Mariela Marques da, 2022.

2.3.11 - Cobertura

A cobertura dos módulos internos da edificação é composta por um telhado de duas águas, empregando telhas metálicas do tipo “sanduíche” que oferecem isolamento térmico e acústico eficaz. Nos módulos frontais, optou-se pela utilização de telhas metálicas onduladas calandradas, que são revestidas com pintura eletrostática, conferindo durabilidade e resistência às condições ambientais adversas.

Para a fixação das telhas em todas as seções da cobertura, foram implementadas estruturas metálicas. Estas estruturas não só asseguram a integridade mecânica da cobertura, como também facilitam a montagem e manutenção das telhas. Esta abordagem construtiva é projetada para maximizar a proteção contra intempéries e otimizar a longevidade do sistema de cobertura da edificação, reforçando a identidade visual da Casa da Mulher Brasileira.

Figura 47 - Cobertura CMB Campo Grande - MS.



Fonte: Google Earth, Modificado pela Autora, 2024.



2.4

THE ADA AND TAMAR HOUSE

ABRIGO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Figuras 48 e 49 - The Ada And Tamar House - Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica
Fonte: Amit Geron, 2018, ArchDaily, 2 18.

2.4.1 - Ficha técnica

Localização: Tel Aviv-Yafo, Israel

Arquitetos: Amos Goldreich Architecture, Jacobs-Yaniv Architects

Tipologia: Residencial/Institucional

Área: 1.000 m²

Ano: 2018

País: Israel

Cliente: No To Violence

O Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica, projetado por Amos Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects, é um projeto localizado em Tel Aviv-Yafo, Israel. Concluído em 2018, o abrigo é um dos poucos no mundo projetados em colaboração com os funcionários que o gerenciam e ocupam, oferecendo um refúgio muito necessário para mulheres e crianças abusadas de várias localidades e origens. O design do abrigo foca em criar um espaço que não apenas garanta segurança, mas também promova um senso de lar. (ArchDaily Brasil, 2018).

Com base nos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 45% das mulheres em Israel, assim como em muitos países do Ocidente, enfrentam violência doméstica em algum momento de suas vidas. Estatísticas recentes também apontam que 45% das crianças em Israel estão sujeitas à violência. (ArchDaily, 2018)

2.4.2 - Localização



Figura 50: Localização Cidade de Campo Grande/MS - Brasil

Fonte: MapChart, elaborado pela Autora, 2024.

Embora o abrigo de refugiados concebido por Amos Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects seja amplamente reconhecido como referência de centros de acolhimento para vítimas de violência, a divulgação de sua localização precisa é restringida devido ao caráter confidencial do projeto.

Apesar de tentativas de localização através de ferramentas como o Google Earth, a sua identificação geográfica permanece preservada. O Projeto está localizado na cidade de Tel Aviv em Israel, cidade com aproximadamente 435.855 habitantes.

2.4.3 - Entorno

Figura 51 - Mapa localização Centro Comunitário no país



Fonte: Google Earth, Modificado pela Autora, 2024.

O projeto está situado em Israel, em um bairro residencial rodeado por complexos de apartamentos. No escopo do projeto, especificou-se que a localização deveria oferecer acesso a recursos comunitários essenciais, tais como lojas, clínicas, escolas e parques.

De acordo com Amos Goldreich Architecture, em 2018, o terreno para a construção foi providenciado pela administração municipal. No entanto, enfrentou-se uma resistência inicial por parte dos residentes locais. Após um prolongado período de seis anos de deliberações com as autoridades judiciais superiores, a construção foi finalmente autorizada. Os trabalhos de construção começaram em 2015 e foram concluídos em 2018.

2.4.4 - O Projeto

Este abrigo inovador foi concebido para servir como um santuário seguro e inclusivo para mulheres em risco iminente e suas famílias, oriundas de variados contextos étnicos e geográficos. Reconhecendo a importância de um ambiente acolhedor e amplo, os arquitetos enfrentaram o desafio de criar um espaço que não só oferecesse segurança, mas também evitasse qualquer sensação de confinamento.

Aproximadamente metade da área total de 1.600m² do terreno foi destinada a um espaço aberto, configurando um pátio interno que atua como o "coração terapêutico" do abrigo, segundo descrição do arquiteto Amos Goldreich. Esse espaço foi projetado para acolher e dar suporte a mulheres e crianças de diversas origens étnicas, incluindo árabes, israelenses, etíopes, russos e ucranianos, refletindo o compromisso da instituição em fornecer auxílio e abrigo a todos que necessitem.

2.4.5 - Setorização

O projeto arquitetônico abrange dois pavimentos, com o térreo dedicado às funções sociais e privativas. Esta área inclui unidades habitacionais individuais para cada uma das 12 famílias acomodadas, um refeitório comunitário, cozinha, espaços sociais e administrativos, além de um playground. A disposição das unidades habitacionais foi planejada de modo que cada duas compartilham um banheiro e um chuveiro, estruturados para maximizar a privacidade enquanto facilitam a acessibilidade e interação comunal.

Além disso, o abrigo conta com um berçário, estrategicamente posicionado à parte do prédio principal onde se localizam os alojamentos. Esta separação física permite que o berçário funcione como uma creche convencional, possibilitando que as mães deixem seus filhos durante o dia e os recolhem à tarde. Este arranjo reflete o compromisso do projeto em criar um ambiente que não só assegure a segurança dos ocupantes, mas também promova um sentido de liberdade e abertura, evitando qualquer sensação de confinamento. (GOLDREICH, 2018).

No primeiro pavimento, o espaço é dedicado exclusivamente às funções administrativas e inclui uma cozinha especialmente equipada para uso dos funcionários. Este arranjo permite a centralização das atividades administrativas, facilitando a gestão e operação do abrigo, enquanto proporciona instalações adequadas para o suporte ao pessoal.

Figura 52 - Planta Baixa Térreo - setorização do projeto



Fonte: Amos Goldreich Architecture, Modificado pela Autora, 2024.

Figura 53 - Planta Baixa 1º Pavimento - setorização do projeto



Fonte: Amos Goldreich Architecture, Modificado pela Autora, 2024.

2.4.6 - Acessos

Os acessos ao edifício são categorizados como principal e secundário. O acesso principal, destinado às vítimas, possibilita a entrada direta para as áreas de convivência e alojamentos. Por outro lado, o acesso secundário, utilizado pelos funcionários, conduz diretamente aos escritórios. A organização interna da circulação promove uma interligação eficiente entre as vítimas e as áreas comuns.

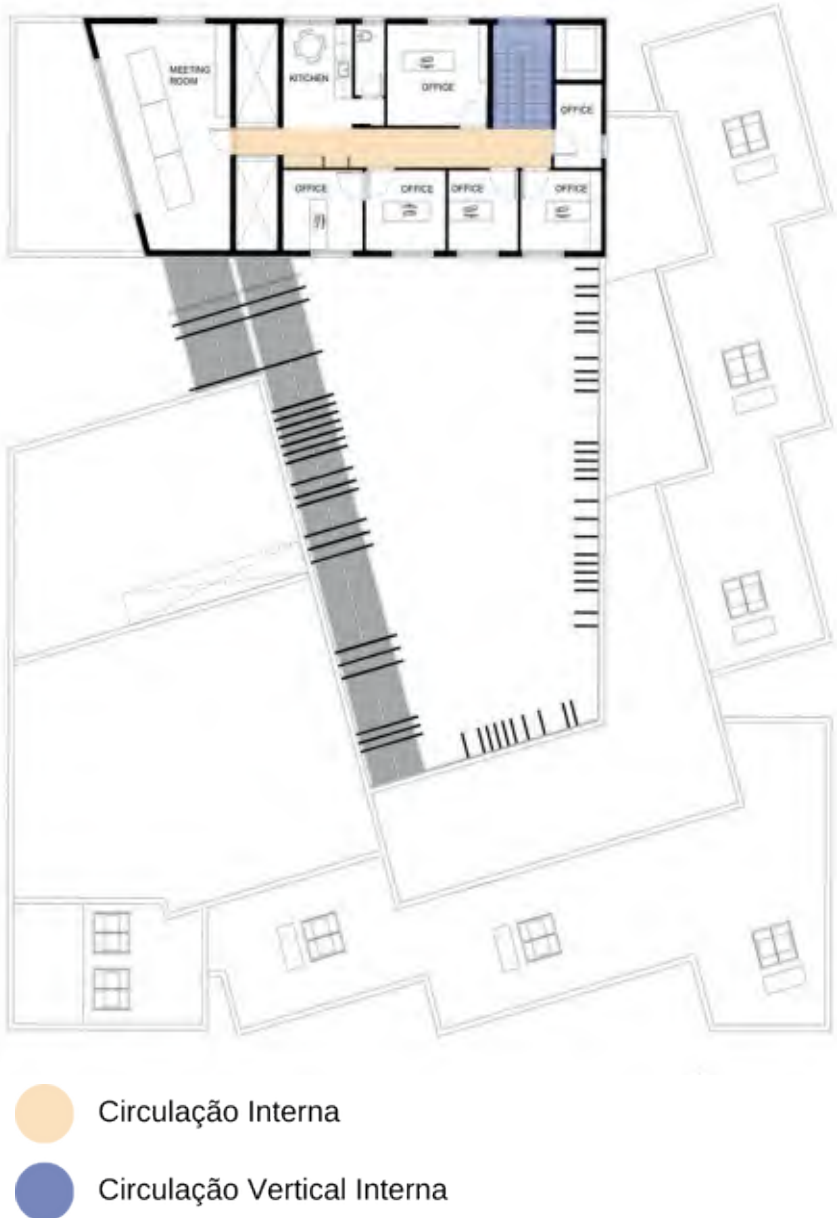
Adicionalmente, o projeto contempla uma circulação externa ao redor da construção, otimizando o acesso aos ambientes por meio da entrada de serviço, enquanto proporciona instalações adequadas para o suporte ao pessoal 45% das crianças em Israel estão sujeitas à violência. (ArchDaily, 2018)

Figura 54 - Planta Baixa Térreo - Acessos



Fonte: Amos Goldreich Architecture, Modificado pela Autora, 2024.

Figura 55 - Planta 1º Pavimento - Acessos



Fonte: Amos Goldreich Architecture, Modificado pela Autora, 2024.

2.4.7 - Materialidade

Em Israel, a amplitude térmica diária pode alcançar 30°C durante o dia e diminuir para 20°C à noite, frequentemente acompanhada de alta umidade, enquanto no inverno as variações de temperatura entre dia e noite são significativas. Portanto, a construção que utiliza massa térmica é a abordagem mais comum e econômica nesse contexto.

Os materiais empregados incluem concreto para a estrutura principal, aço para as estruturas de pergolados, alumínio para as esquadrias e tijolo de silicato para o revestimento externo do edifício, visando uma eficiência térmica adequada e durabilidade do material (ArchDaily, 2018)

Figura 56 - Materialidades



Fonte: Amit Geron, Modificado pela Autora, 2024.

2.4.8 - Volumetria

O projeto arquitetônico deste edifício é marcado por uma disposição desalinhada dos volumes, com segmentos da estrutura projetados em ângulos variados, criando uma dinâmica volumétrica que se destaca pelo jogo de sombras.

Este layout é articulado em torno de um pátio central, que serve como o eixo visual e funcional da edificação. Em termos de verticalidade, a característica é mais proeminente no pavilhão administrativo, que adota uma forma retangular e se eleva em múltiplos andares contrastando com os demais pavilhões, que são construídos exclusivamente com um único pavimento térreo (ArchDaily, 2018).

Figura 57 - Imagem aérea abrigo para mulheres



Fonte: Google Earth, Modificado pela Autora, 2024.

A configuração volumétrica do projeto é definida pela intersecção de prismas retangulares, que se integram de maneira coesa para formar uma composição arquitetônica unificada. Esta abordagem resulta em uma estética estruturada que contribui tanto para a funcionalidade quanto para a harmonia visual do edifício (ArchDaily, 2018).

Figura 58 - Blocos alojamentos



Fonte: Amit Geron, Modificado pela Autora, 2024.

2.5. - Quadro Síntese

Tabela 3 - Quadro resumo de referências projetuais utilizadas.

QUADRO RESUMO REFERÊNCIAS PROJETUAIS	Centro de Oportunidade para Mulheres	Casa da Mulher Brasileira	Abrigo para Refugiados Vítimas de Abuso Doméstico
Localização	Kayonza, Ruanda	Campo Grande, Brasil	Tel Aviv-Yafo - Israel
Inspiração de Design	Baseado na aldeia vernacular ruandesa, foco em tradições locais e materiais sustentáveis.	Moderno e multifuncional com ênfase na segurança e acessibilidade.	Design que prioriza a segurança e privacidade, com espaços que promovem a tranquilidade.
Estratégias Sustentáveis	Uso intensivo de materiais locais, técnicas de construção ecoeficientes, captação de água da chuva e energia solar	Implementação variável de práticas sustentáveis; alguns projetos incluem energia solar e gestão eficiente de recursos	Alto emprego de materiais sustentáveis e técnicas de construção ecológicas, incluindo sistemas de água e energia renovável.
Engajamento Comunitário	Alto; o centro funciona como um catalisador para o empoderamento econômico e social das mulheres locais	Alto; integra serviços múltiplos (jurídico, saúde, apoio psicológico) em um único local para facilitar o acesso.	Moderado; fornece um espaço seguro enquanto promove a integração e apoio comunitário através de programas específicos.
Serviços Oferecidos	Educação e treinamento em habilidades, suporte agrícola, mercados locais para vendas de produtos.	Amplo em serviços incluindo apoio legal, saúde, educação e capacitação profissional.	Suporte psicológico, jurídico, educacional e capacitação profissional focado em recuperação e reintegração.
Impacto Direcionado	Focado no empoderamento econômico e reconstrução da infraestrutura social das mulheres em comunidades pós-conflito.	Visa proporcionar um ambiente seguro e recursos para mulheres enfrentando situações de violência doméstica.	Destinado a oferecer proteção e recuperação para refugiados vítimas de abuso, com ênfase na segurança e privacidade.
Arquitetura e Layout	Ambientes circulares que criam espaços privados e comunitários, incentivando a colaboração e a aprendizagem	Estruturas centralizadas que facilitam o acesso a todos os serviços em um ambiente seguro e controlado.	Layout que assegura privacidade e segurança, com áreas designadas para diferentes atividades e suporte.

Fonte: Elaborado pela altura, 2024.



03

Caracterização da área

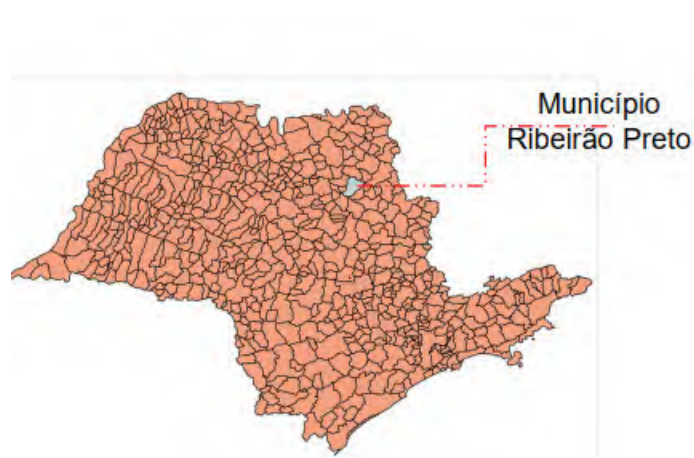


3.1 - Localização

Figura 59 - Localização estado de São Paulo



Figura 60 - Localização Ribeirão Preto



Fonte: Mapchart, 2018

Ribeirão Preto é um município brasileiro localizado no interior do estado de São Paulo. Com uma área territorial de 650,916 km², é uma cidade significativa dentro da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, destacando-se como um centro influente tanto economicamente quanto culturalmente. A população de Ribeirão Preto foi registrada em 698.642 habitantes em 2022, com uma densidade demográfica de 1.073,32 habitantes por km². (IBGE.2022)

A economia de Ribeirão Preto é robusta, com um PIB per capita de R\$ 55.484,91 em 2021. A cidade também se caracteriza por uma infraestrutura educacional forte, com uma taxa de escolarização de 96,9% para crianças de 6 a 14 anos. A mortalidade infantil foi registrada em 9,69 óbitos por mil nascidos vivos em 2022, evidenciando os desafios e avanços na área de saúde pública. (IBGE.2022)

Para mais informações sobre Ribeirão Preto e suas características demográficas e econômicas, você pode visitar o site do IBGE, especificamente as páginas dedicadas à cidade. (IBGE.2022)

Figura 61 - Delimitação do bairro de inserção



Fonte: Ribeirão Preto. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.
Elaborado pela autora 2024.

3.2 - Aproximação do Lote

A seleção do bairro Nova Ribeirânia em Ribeirão Preto, SP, para a instalação de uma Casa Abrigo é fundamentada em uma análise técnica que considera os seguintes aspectos estratégicos

Facilidade de Acesso a Serviços Jurídicos e de Apoio: A localização privilegiada de Nova Ribeirânia oferece proximidade a diversas instituições jurídicas e de suporte social, garantindo que as residentes da Casa Abrigo tenham acesso rápido e eficaz a serviços essenciais para sua proteção e assistência legal;

Sigilo e Discrição: proporciona um ambiente que permite manter o sigilo e a discrição necessários para a operação de uma Casa Abrigo. A localização em uma área residencial de menor movimentação pública contribui para a privacidade das residentes;

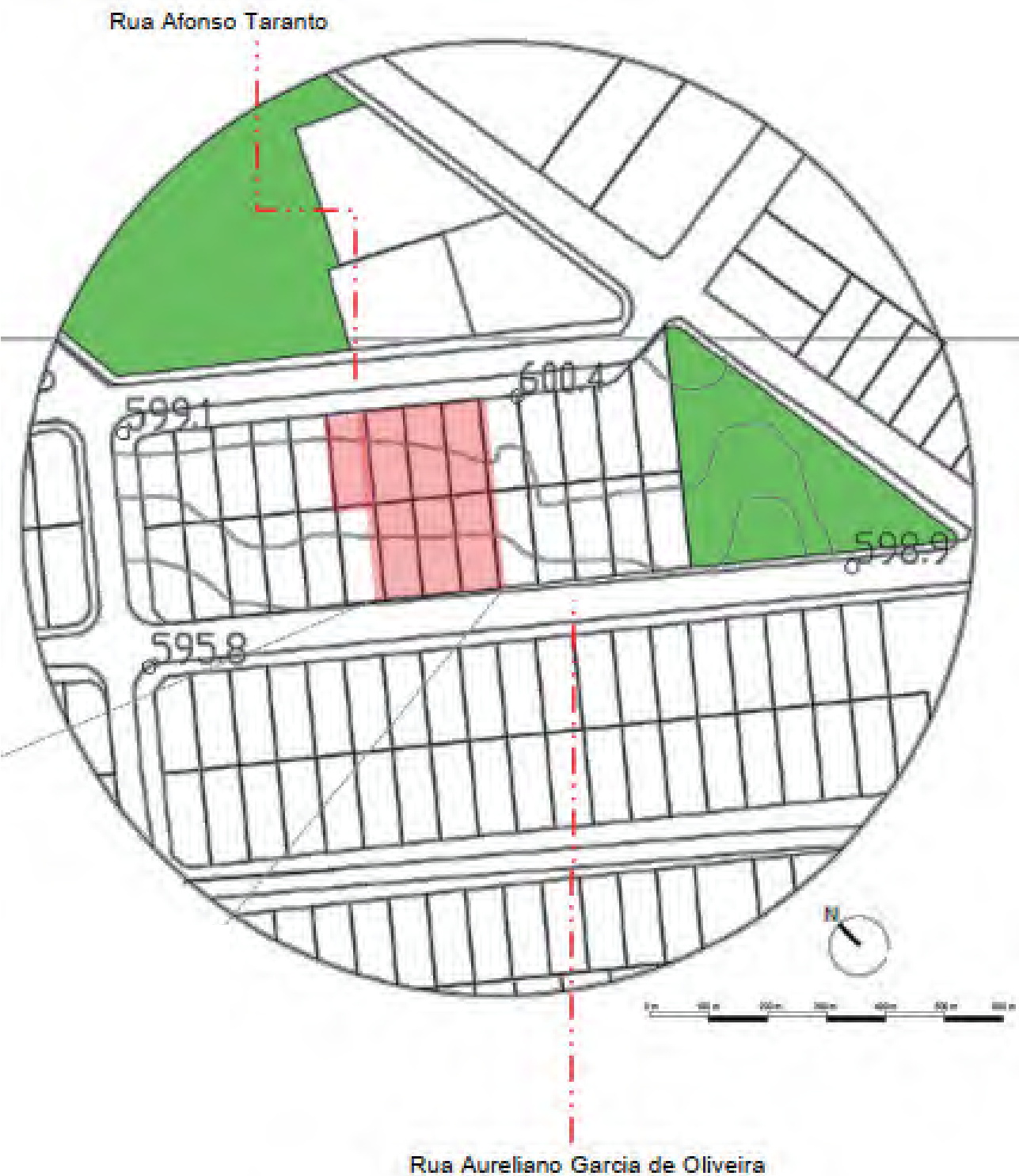
Áreas Verdes no Entorno: o entorno do bairro conta com áreas verdes, que oferecem um ambiente tranquilo e saudável. Essas áreas são benéficas para o bem-estar mental e físico das residentes.

Figura 62 - Terreno de inserção



Fonte: Fabiana Salgado (autora), 2024

Figura 63 - Mapa de aproximação do lote



Fonte: Ribeirão Preto. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano..
Modificado pela autora, 2024.

3.3 - Legislação Urbana

O terreno destinado à instalação da Casa Abrigo está situado dentro do perímetro urbano de Ribeirão Preto. De acordo com a legislação urbanística municipal, esta área está classificada como uma ZUP (Zona de Urbanização Preferencial).

Tal classificação determina que as edificações nesta área devem seguir os parâmetros estabelecidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, nº 2.157

- CA - Coeficiente de aproveitamento = - 5x a área do terreno
- TO - Taxa de ocupação = 70% uso residencial; 80% outros
- TP - Taxa de permeabilidade = 15% da área do terreno

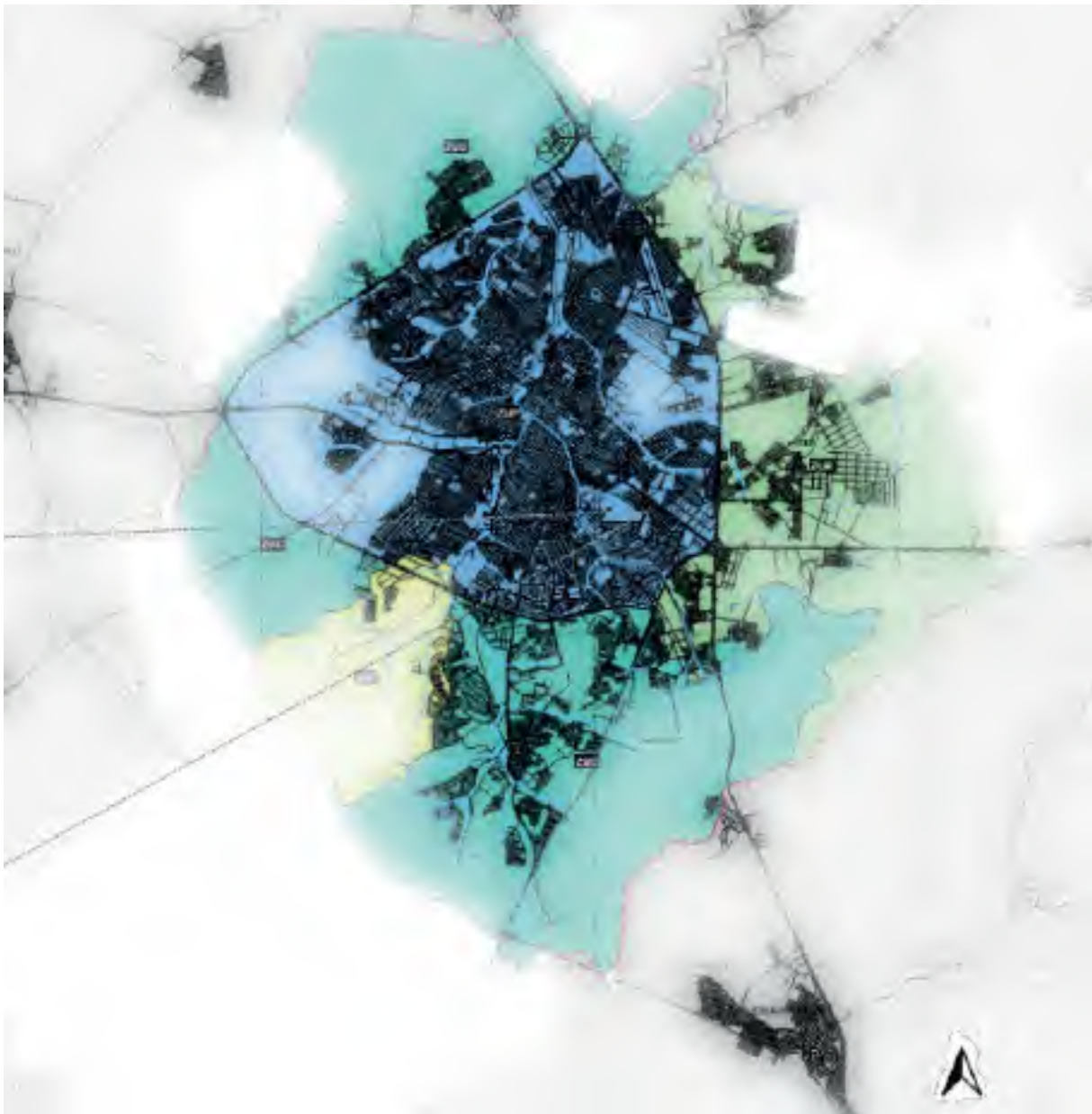
RECUOS: Frontal: 5 m - Para edificações com gabarito até de 4 metros
Frontal: 10 m - Para edificações com gabarito acima de 4 metros
Laterais: $R = \frac{h}{6}$ - Recuo mínimo de 2m

Figura 64 - Mapa zoneamento urbano - aproximado



Fonte: Ribeirão Preto. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano..
Modificado pela autora, 2024.

Figura 65 - Mapa de macro zoneamento urbano



Fonte: Ribeirão Preto. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano..
Modificado pela autora, 2024.

3.4 - Equipamentos Urbanos

A seleção da região para a intervenção foi estrategicamente realizada com base na proximidade a importantes equipamentos urbanos, que são importantes para o suporte ao tema abordado. Entre esses equipamentos, destaca-se a Delegacia da Mulher, localizada a aproximadamente 780 metros do terreno em questão.

Esta proximidade facilita o acesso rápido e eficiente aos serviços de proteção e apoio legal, fundamentais para as residentes da Casa Abrigo. Além da Delegacia da Mulher, a área selecionada está próxima a outros equipamentos urbanos relevantes, como unidades de saúde, centros de assistência social e instituições educativas.

Esses fatores contribuem para a criação de uma rede de suporte abrangente e integrada, essencial para o atendimento das necessidades das residentes.

Os principais equipamentos urbanísticos existentes estão detalhados no mapa adjacente e são classificados conforme seus diferentes usos. Cada tipo de uso é representado por uma cor específica, facilitando a identificação visual e a compreensão da distribuição dos serviços e infraestruturas na região.

- 01 Fórum de Ribeirão Preto – Palácio da Justiça
- 02 Justiça Federal de Primeiro Grau em SP
- 03 NAI – Núcleo de Atendimento Integrado 03 De Ribeirão Preto
- 04 NAEM – Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher
- 05 Ministério Público do Estado de São Paulo
- 06 Justiça do Trabalho – Fórum de Ribeirão Preto
- 07 DER – Departamento de Estradas de Rodagem
- 08 Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo
- 09 Novo Shopping
- 10 Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher
- 11 Cartório – 3º Tabelião de Notas

Figura 66 - Mapa de equipamentos urbanos do entorno



Fonte: Ribeirão Preto. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano..
Modificado pela autora, 2024.

3.5 - Uso do Solo

O bairro Nova Ribeirânia apresenta uma distribuição diversificada de uso do solo, o que auxilia na compreensão abrangente das dinâmicas urbanas presentes na região. No entorno da área de intervenção, observa-se uma ocupação porção inferior do bairro é majoritariamente residencial, com predominância de unidades habitacionais que atendem às necessidades de moradia da população local.

A porção superior do bairro mostra uma transição significativa para atividades de serviço e comércio. Nesta área, encontram-se diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, como lojas e escritórios, que impulsionam a economia local e fornecem serviços essenciais aos moradores. A análise do uso do solo em Nova Ribeirânia destaca a importância de considerar as dinâmicas urbanas para o planejamento de intervenções como a Casa Abrigo.



Fonte: Prefeitura de Ribeirão Preto, 2023. Adaptado pela autora, 2024.

3.6 - Ocupação do Solo

A área em análise apresenta um elevado índice de densidade populacional, refletido na intensa ocupação do solo, onde as quadras são quase ou totalmente preenchidas por edificações.

Os espaços vazios identificados dentro dessas quadras correspondem a áreas livres de pequena dimensão, localizadas no interior dos quarteirões.

As áreas verdes, espaços não edificadas desempenham um papel crucial na manutenção e permeabilidade do solo e na provisão de áreas de respiro urbano, ainda que limitadas em sua extensão.

Figura 68 - Mapa de cheios e vazios



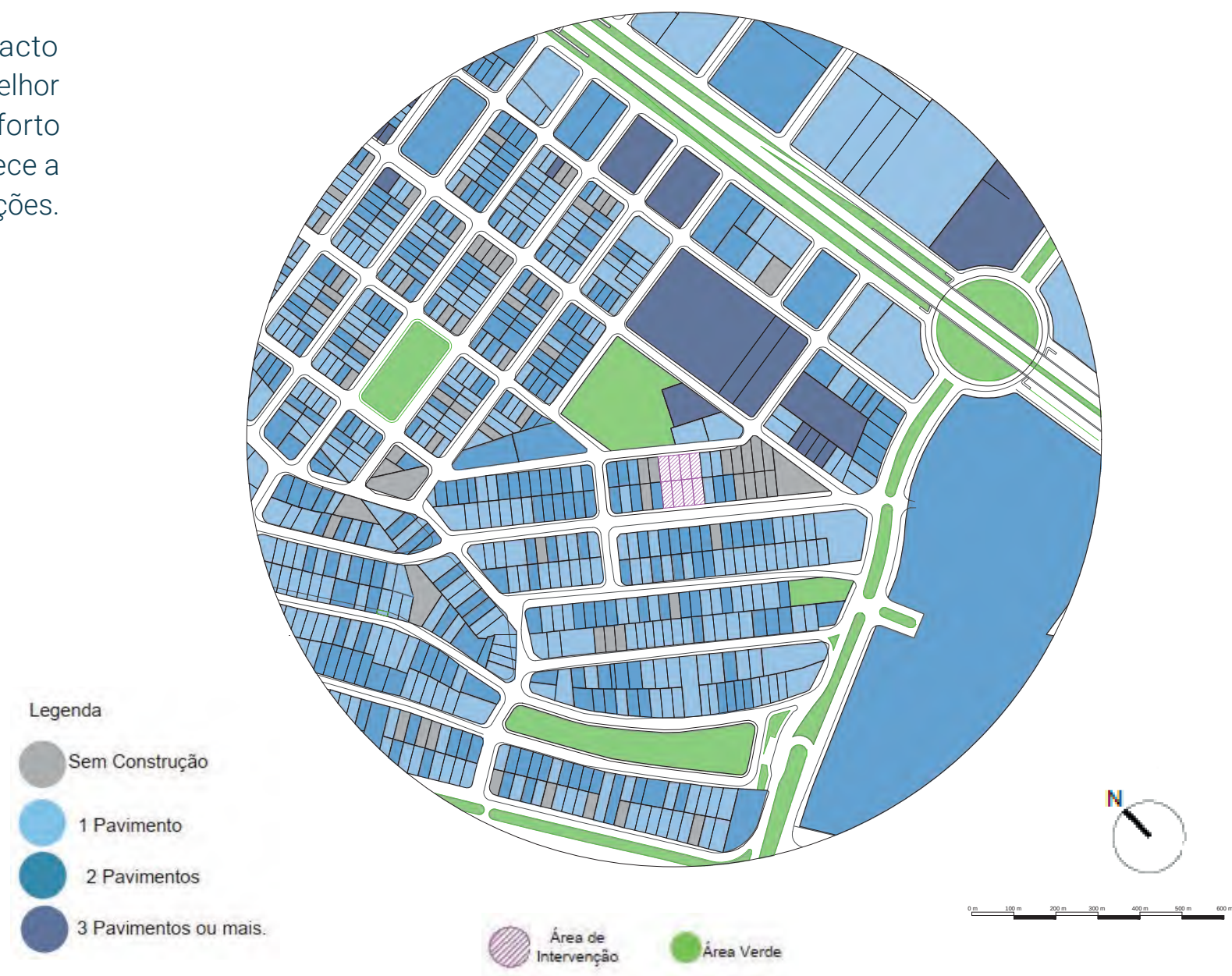
Fonte: Ribeirão Preto. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano..
Modificado pela autora, 2024.

3.7 - Gabarito Urbano

O mapeamento da área revela que a maior parte das edificações apresenta um gabarito predominantemente baixo, com construções de térreo e até três pavimentos. Esta configuração é devido à natureza residencial da ocupação na região. A presença de gabarito baixo contribui com circulação de ar e proporciona condições climáticas mais favoráveis em termos de ventilação natural para as construções.

A baixa verticalização predominante na região tem um impacto significativo no microclima local. Edifícios de menor altura permitem uma melhor ventilação e uma redução das ilhas de calor urbanas, melhorando o conforto térmico dos moradores. Além disso, a menor densidade construtiva favorece a incidência de luz natural, contribuindo para a eficiência energética das edificações.

Figura 69 - Mapa de gabaritos urbanos



Fonte: Ribeirão Preto. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano..
Modificado pela autora, 2024.

3.8 - Sistema Viário

As vias principais, como a Avenida Presidente Kennedy e a Avenida Costábile Romano, desempenham um papel crucial como eixos estruturantes da malha viária da região. Essas avenidas principais não apenas suportam o fluxo de trânsito de maior volume, mas também facilitam o acesso às vias locais e secundárias, promovendo uma eficiente distribuição do tráfego urbano.

A área de intervenção desfruta de uma infraestrutura viária robusta e bem desenvolvida, garantindo fácil acessibilidade e mobilidade. A presença dessas vias estruturantes assegura que o fluxo de veículos e o acesso a serviços e comodidades sejam eficientes, beneficiando tanto os residentes quanto os visitantes.

A boa infraestrutura viária é caracterizada por pavimentação de qualidade, sinalização adequada e a presença de rotas de transporte público bem estabelecidas, o que contribui para a integração urbana e facilita o deslocamento diário.

Figura 70 - Mapa de Sistema Viário



Fonte: Ribeirão Preto. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano..
Modificado pela autora, 2024.

3.9 - Insolação e Ventos

A região de Ribeirão Preto é caracterizada por um clima tropical, com maior incidência de chuvas no verão em comparação ao inverno. A cidade, situada no Hemisfério Sul, experimenta dias quentes durante o verão, com uma temperatura média anual de 22,7°C. Este clima influencia diretamente as estratégias arquitetônicas e de planejamento urbano adotadas na região.

As condições climáticas de Ribeirão Preto exigem uma abordagem arquitetônica que maximize o conforto térmico e a eficiência energética das edificações. A alta incidência de chuvas no verão implica a necessidade de sistemas eficientes de drenagem pluvial e telhados projetados para suportar grandes volumes de água. Além disso, as edificações devem considerar o uso de materiais que proporcionem isolamento térmico adequado para mitigar os efeitos das altas temperaturas.

Figura 71 - Análise climática



Fonte: Pre desing Schetchup, adaptado pela Autora 2024.

- Legenda
- Área de maior incidência de ruídos
 - Trajetória Solar
 - Ventos Predominantes – Sudeste para Noroeste

Figura 72 - Mapa de Insolação e Ventos



Fonte: Prefeitura de Ribeirão Preto, 2023. Adaptado pela autora, 2024.

3.10 - Trajetória Solar

A fachada em questão recebe uma quantidade muito alta de horas de superaquecimento, o que tem um impacto extremamente significativo sobre o conforto térmico interno e a eficiência energética do edifício. O superaquecimento é um desafio crítico, especialmente considerando as condições climáticas de Ribeirão Preto, caracterizadas por um clima tropical com altas temperaturas.

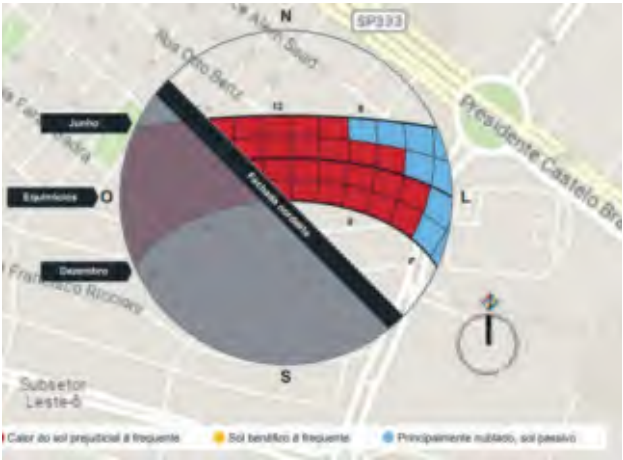
Diretrizes Técnicas:

Ventilação Cruzada: Para promover a circulação natural do ar e reduzir o acúmulo de calor, é recomendada a instalação de aberturas estratégicas nas fachadas opostas. Esse método facilita a entrada e saída de ar, criando uma corrente que resfria os ambientes internos de forma natural.

Brises-soleil: Dispositivos de sombreamento que bloqueiam a radiação solar direta, reduzindo o ganho de calor.

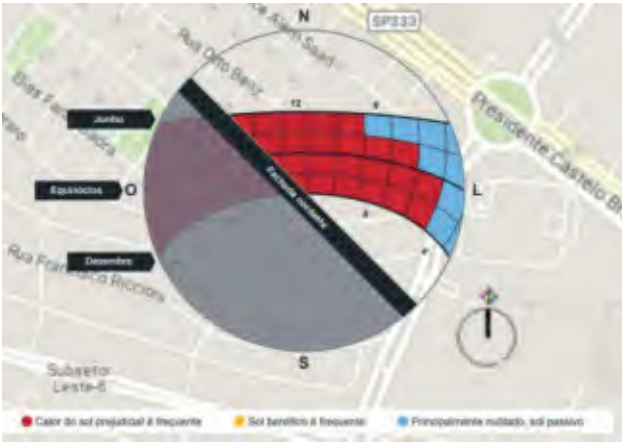
Varandas e Beirais: Estruturas que projetam sombra sobre as janelas e fachadas, minimizando a incidência solar direta e contribuindo para a diminuição da temperatura interna

Figura 75 - Fachada Norte



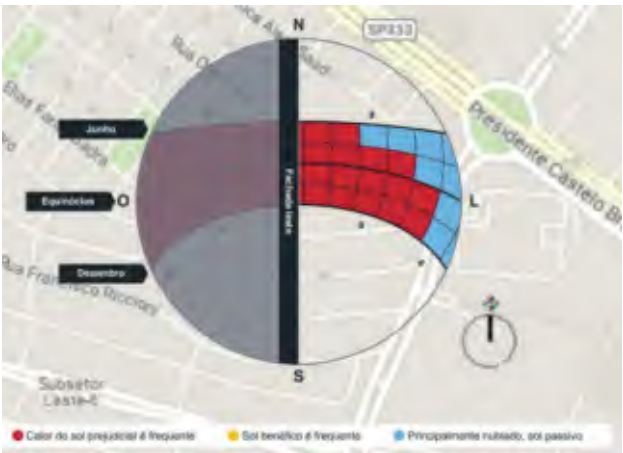
Fonte: Pre desing Schetchup,2024

Figura 76 - Fachada Nordeste



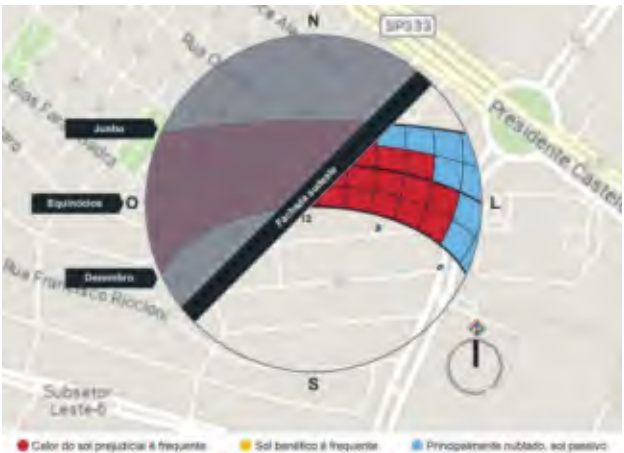
Fonte: Pre desing Schetchup,2024

Figura 77 - Fachada Leste



Fonte: Pre desing Schetchup,2024

Figura 78 - Fachada Sudeste



Fonte: Pre desing Schetchup,2024

Figura 73 - Fachada Oeste



Fonte: Pre desing Schetchup,2024

Figura 74 - Fachada Noroeste



Fonte: Pre desing Schetchup,2024

Figura 79 - Fachada Sul



Fonte: Pre desing Schetchup,2024

Figura 80 - Fachada Sudoeste



Fonte: Pre desing Schetchup,2024

3.11 - Caracterização das condições climáticas

Estação Quente: Dura 3,4 meses (31 de agosto a 12 de dezembro), com temperaturas acima de 31°C, sendo outubro o mês mais quente (32°C máxima, 20°C mínima).

Estação Fresca: Dura 2,4 meses (9 de maio a 22 de julho), com temperaturas abaixo de 28°C, sendo junho o mês mais frio (27°C máxima, 14°C mínima).

A precipitação em Ribeirão Preto varia de forma significativa ao longo do ano, **mais chuvoso é janeiro**, com média de 234 mm

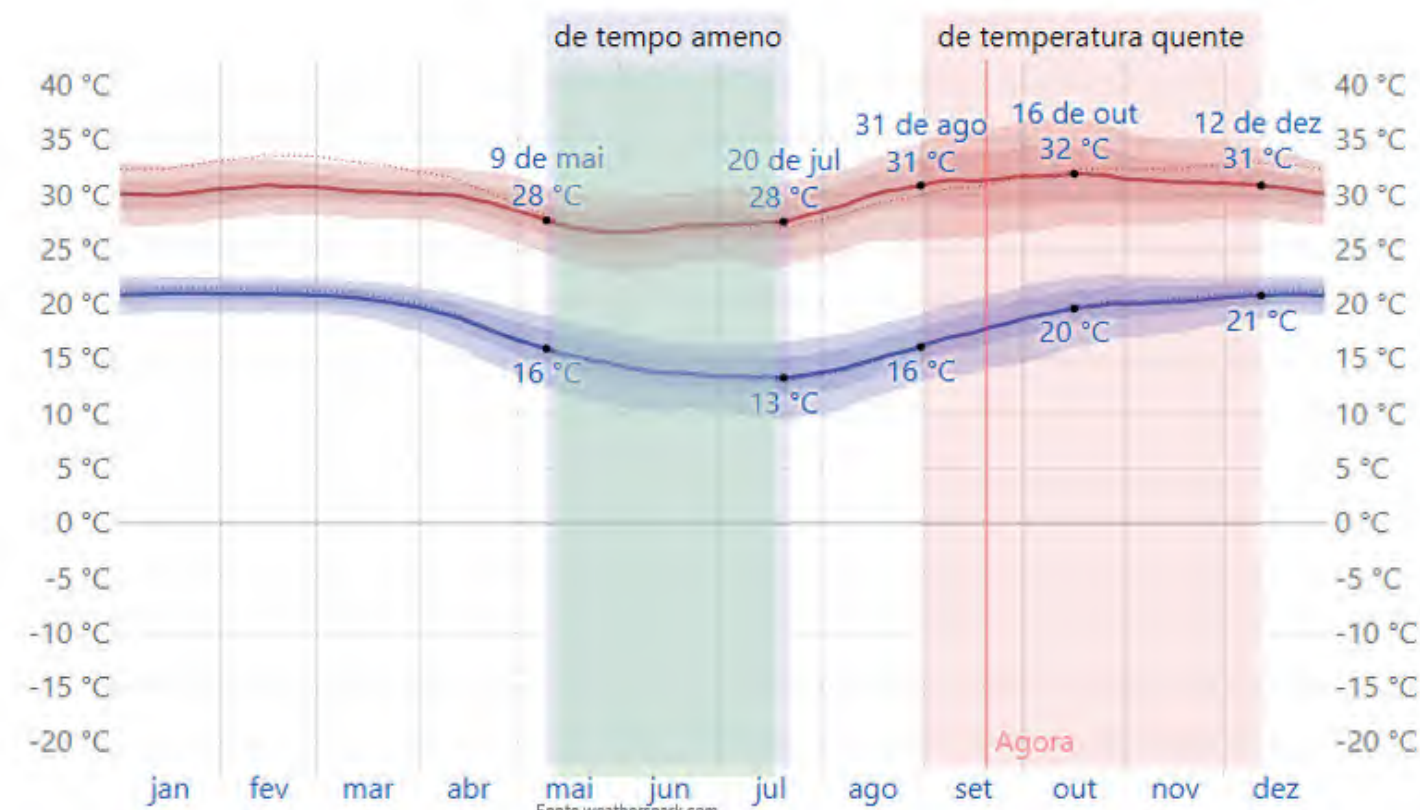
Mês mais seco, com apenas 16 mm de precipitação, em média

Figura 81 - Análise por estação



Figura 82 - Análise por estação

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.



Fonte: weatherspark.com, 2024.

3.12 - Resposta arquitetônica ao clima

- Estação Quente:** Grandes aberturas para conectar o interior com o exterior
Áreas externas com sombra como alternativa ao espaço interno.
- Estação Fresca:** Uso de materiais com alta inércia térmica: Materiais como concreto e tijolos, que têm alta massa térmica, absorvem o calor durante o dia e liberam-no lentamente à noite, estabilizando a temperatura interna sem o uso de energia adicional.
- Pisos permeáveis para atender aos períodos chuvosos, utilizar pavimentos permeáveis em áreas externas, como estacionamentos e jardins, reduzindo a sobrecarga no sistema de drenagem, permitindo que a água da chuva infiltre-se naturalmente no solo. Barreiras vegetativas: Árvores e arbustos podem ser usados estrategicamente para desacelerar o fluxo de água e reduzir a erosão do solo.
- mês mais seco devem focar na eficiência do uso da água e na retenção de umidade para mitigar os efeitos da seca, espelho d'água e técnicas passivas que reduzam a evaporação, como telhado verde.

Figura 84 - Planta baixa - estudo de ventilação



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Figura 83 - Implantação - estudo de ventilação



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

3.13 - Análise da posição - fachadas

FACHADA NOROESTE - Rua Afonso Taranto

Recebe luz solar direta pela manhã. Durante o solstício de inverno (22 de junho), o sol está mais baixo no horizonte, atingindo a fachada com menos intensidade. No solstício de verão (21 de dezembro), a incidência solar será maior nas primeiras horas da manhã, com o sol mais alto no céu, o que pode causar ganho de calor.

Resposta arquitetônica

Para essa fachada, foi utilizado de brises-soleil horizontais e beirais mais largos para reduzir a entrada de luz solar excessiva durante as manhãs de verão, aproveitando ao máximo a iluminação natural sem causar superaquecimento.

Figura 85 - Fachada frontal - Rua Afonso Taranto



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Figura 86 - Planta de incidência solar nas fachadas



Planta baixa - térreo
Sem escala

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

FACHADA SUDOESTE - Rua Aurelino Garcia de Oliveira

Recebe o sol da tarde, especialmente mais intenso no verão que traz alta exposição solar nessa fachada, com o sol incidindo em ângulo elevado durante a tarde. No inverno, a incidência solar será menor, mas ainda presente,

Resposta arquitetônica

Paisagismo: serão utilizada árvores e vegetação densa podem ser posicionadas estrategicamente na fachada sudoeste para fornecer sombra natural, e materiais de revestimento com cores claras ou refletivas para auxiliar a refletir a radiação solar e reduzir o ganho de calor.

Figura 87 - Fachada posterior - Rua Aurelino Garcia de Oliveira



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Figura 88 - Planta de incidência solar nas fachadas



Planta baixa - térreo
Sem escala

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

PAV. TÉRREO - Rua Afonso Taranto

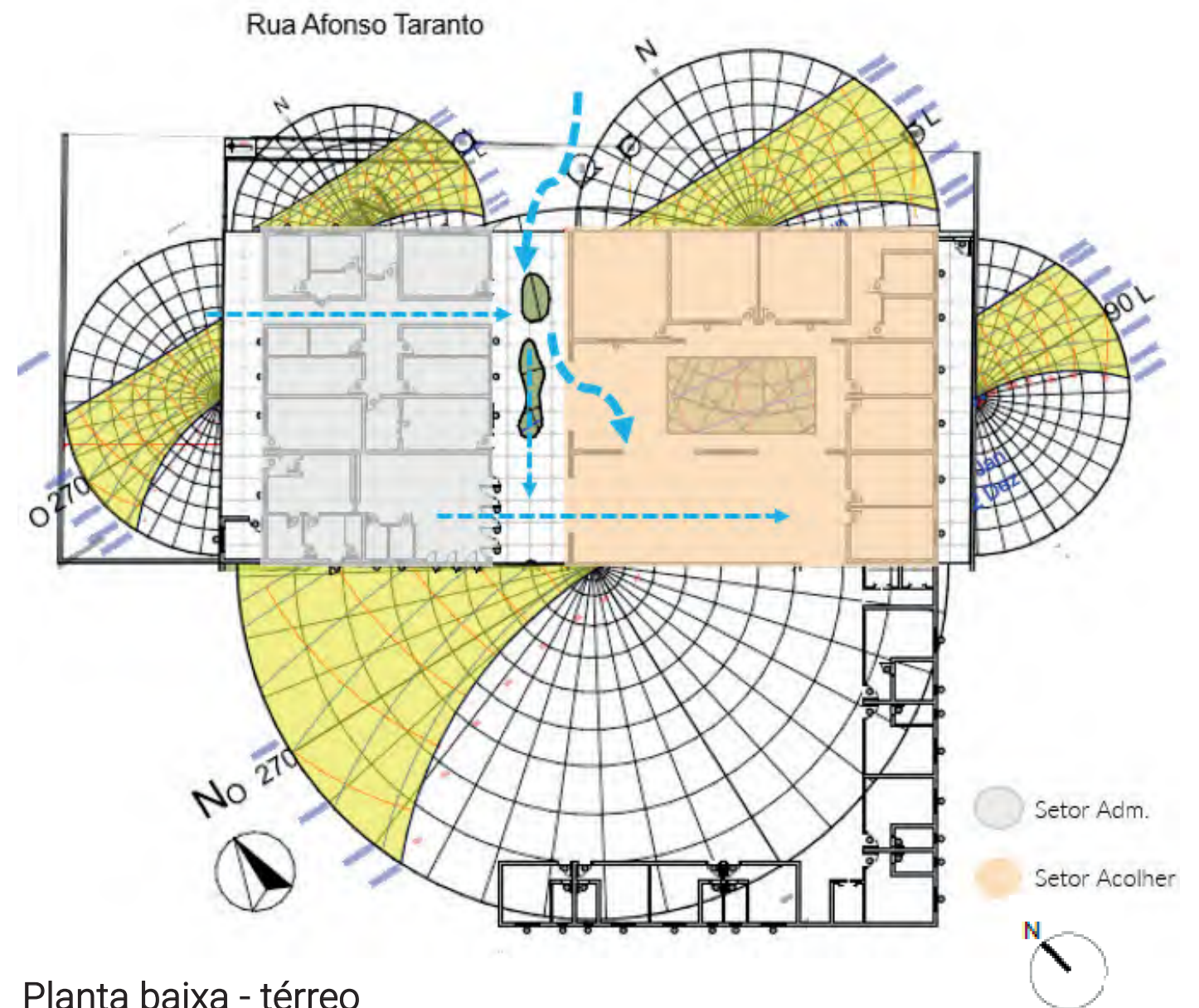
- Aberturas amplas para integrar o interior com o exterior promovendo ventilação.
- Criação sombreadas como alternativa ao uso de espaços internos.
- O uso de brises-soleil, vidros com controle solar, e paisagismo são essenciais para otimizar o desempenho climático do edifício

Figura 89 - Perspectiva 3D



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Figura 90 - Planta baixa - pav térreo - aproximação



Planta baixa - térreo
Sem escala

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

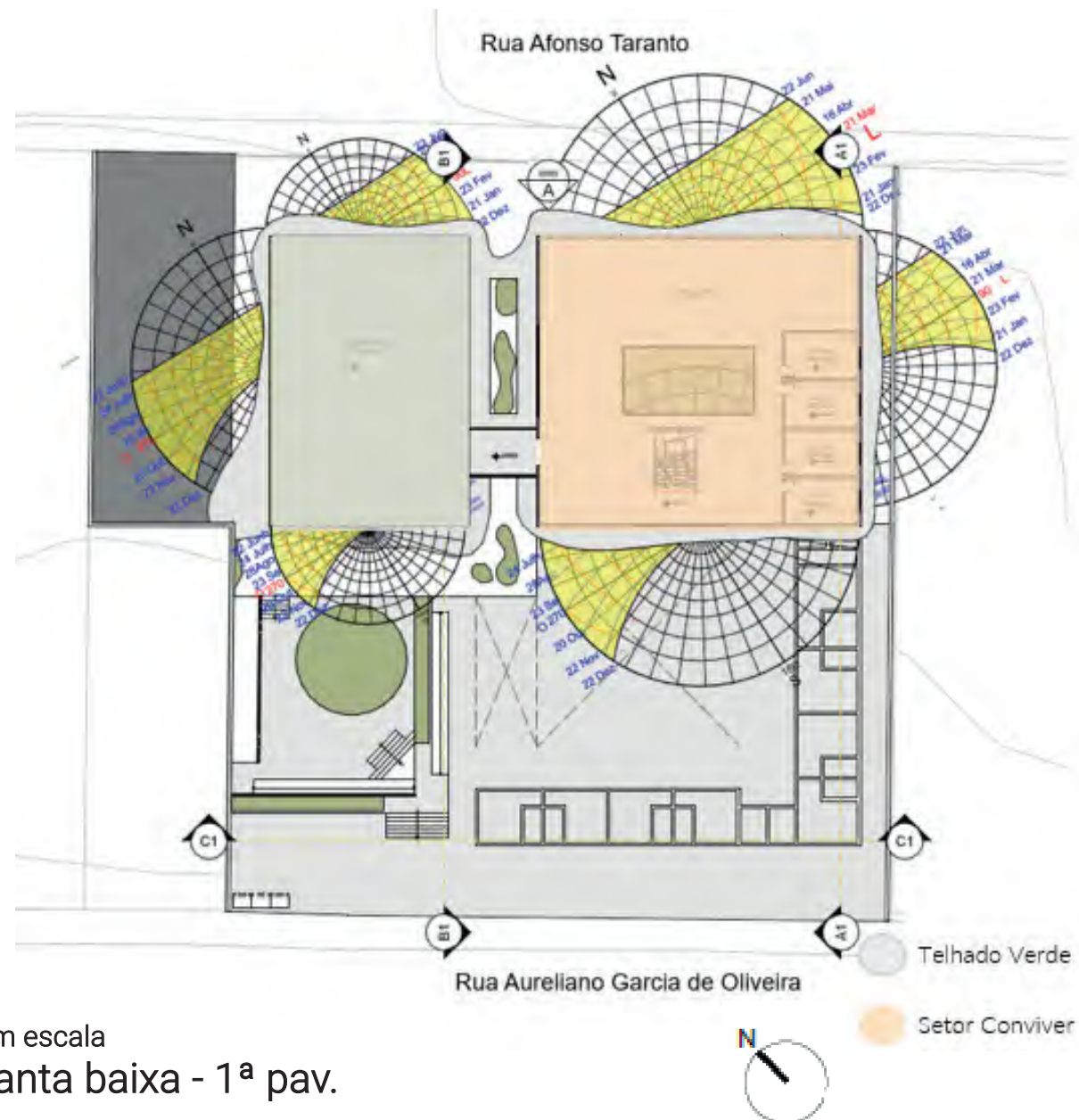
Figura 91 - Implantação térreo



Implantação
Sem escala

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Figura 92 - Planta baixa - 1º pav. - aproximação



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

1º PAV. - Rua Afonso Taranto

- Fachada voltada para o norte recebe a luz solar direta, as grandes aberturas permite maximizar a entrada de luz natural, reduzindo a necessidade de iluminação artificial durante o dia. Fachadas amplas com grandes janelas de vidro, e brise para iluminação e energia passiva.
- Fachada Oeste: Recebe a luz solar mais intensa no final da tarde, especialmente nos meses de verão, utilizado telhado verde. Sul abertura com cobogó que vai permitir que o sol entre no edifício durante o inverno, quando o ângulo solar é mais baixo, e bloquear o sol durante o verão, quando o ângulo solar é mais alto.

Figura 93 - Perspectiva 3D - 1º pav.

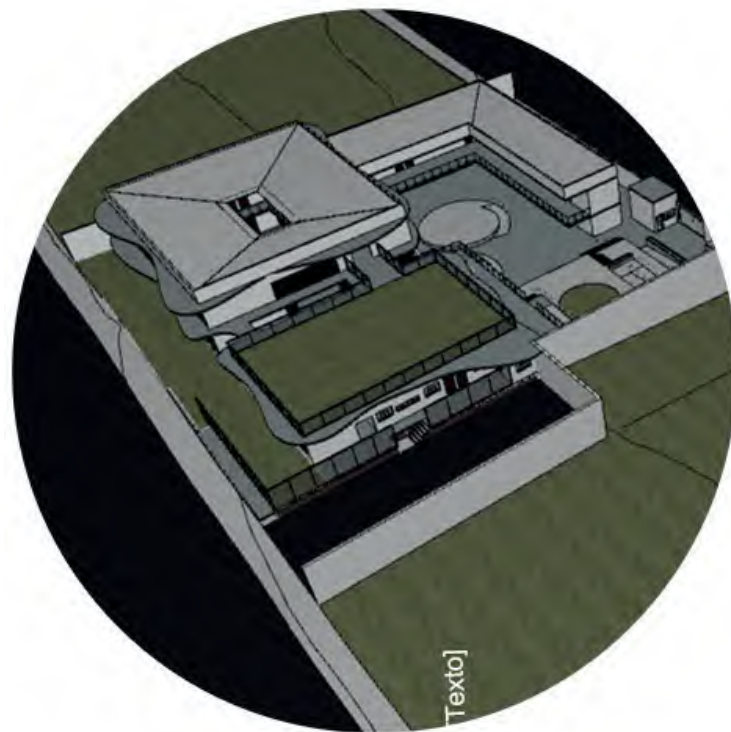


Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

PAV. TÉRREO - Rua Aurelino Garcia de Oliveira

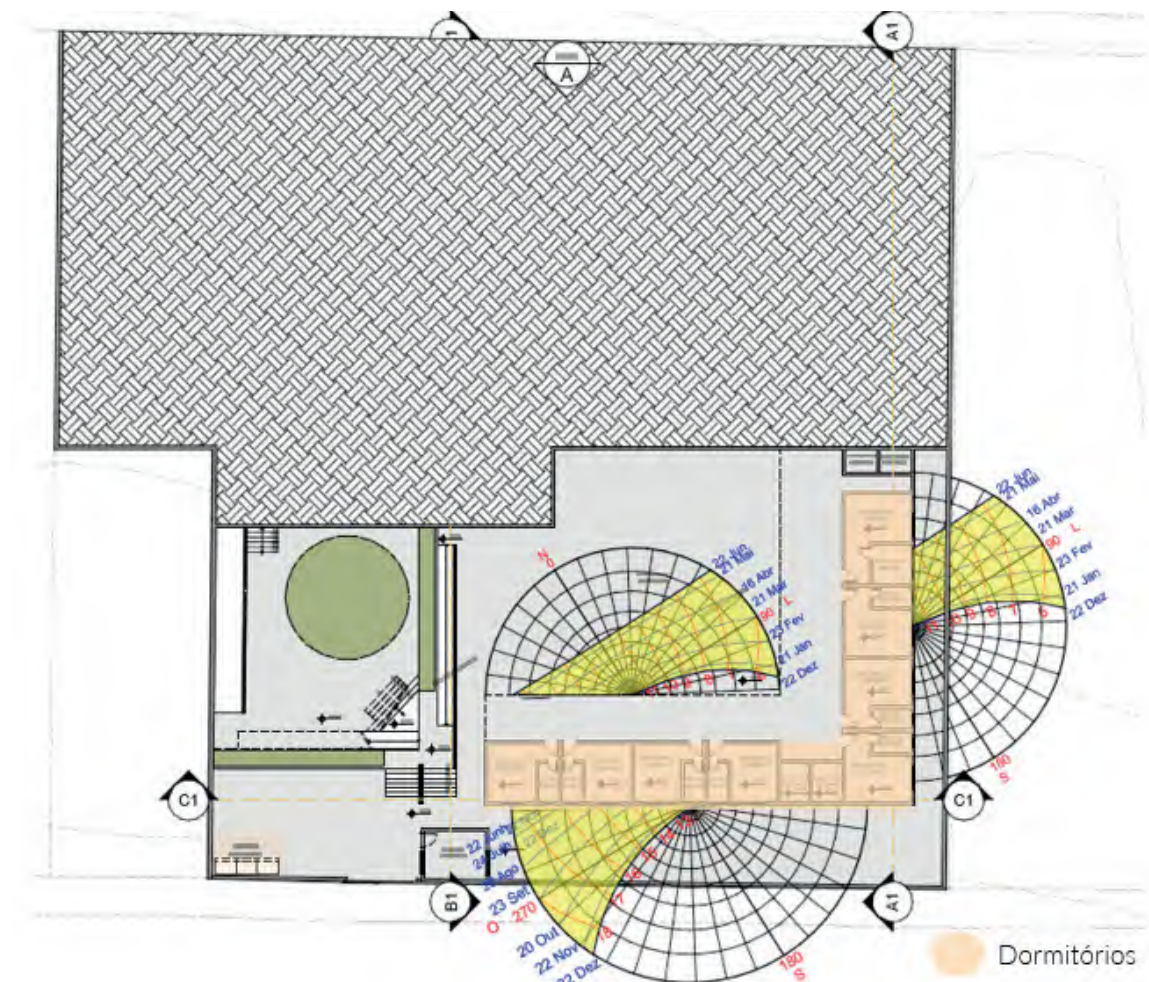
- As principais estratégias brises e vegetação, aproveitamento do aquecimento passivo no inverno, controle do ganho de calor no verão, ventilação natural e otimização da luz natural. Isso garante que o edifício responda de forma eficiente às variações climáticas ao longo do ano.

Figura 94 - Perspectiva 3D - pav. térreo



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

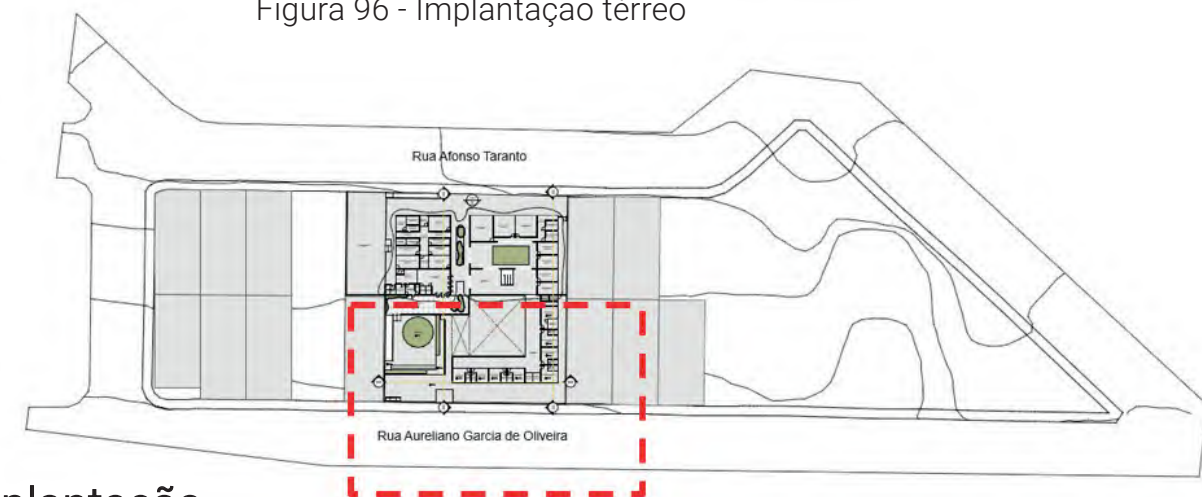
Figura 95 - Planta baixa - pav térreo - aproximação



Planta baixa - térreo
Sem escala

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Figura 96 - Implantação térreo



Implantação
Sem escala

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

3.14 - Análise da insolação - cortes

Uso de materiais com alta inércia térmica: Materiais como concreto e tijolos, que têm alta massa térmica, absorvem o calor durante o dia e liberam-no lentamente à noite, estabilizando a temperatura interna sem o uso de energia adicional.

Figura 97 - Planta baixa, - corte



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Tabela 4 - Incidência solar por dia/hora

Dia	Hora	
	10:00	15:00
22/jun	A= 34º H= 37º	A= 314º H= 28º
21 mar/set	A= 57º H= 52º	A= 291º H= 36º
22/dez	A= 99º H= 52º	A= 259º H= 47º

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Figura 98 - Corte esquemático - Incidência solar



Corte DD
Sem escala

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

As principais estratégias são brises e beiral mais profundo na cobertura sobre a área de maior exposição solar pode bloquear os raios solares altos no verão, mas permitir a entrada de luz no inverno, quando o sol está mais baixo no horizonte.

O uso combinado de adessas estratégias, de brises-soleil, beirais e vidros de controle solar, pode resultar em um edifício mais confortável termicamente e energeticamente eficiente

Figura 99 - Planta baixa - corte



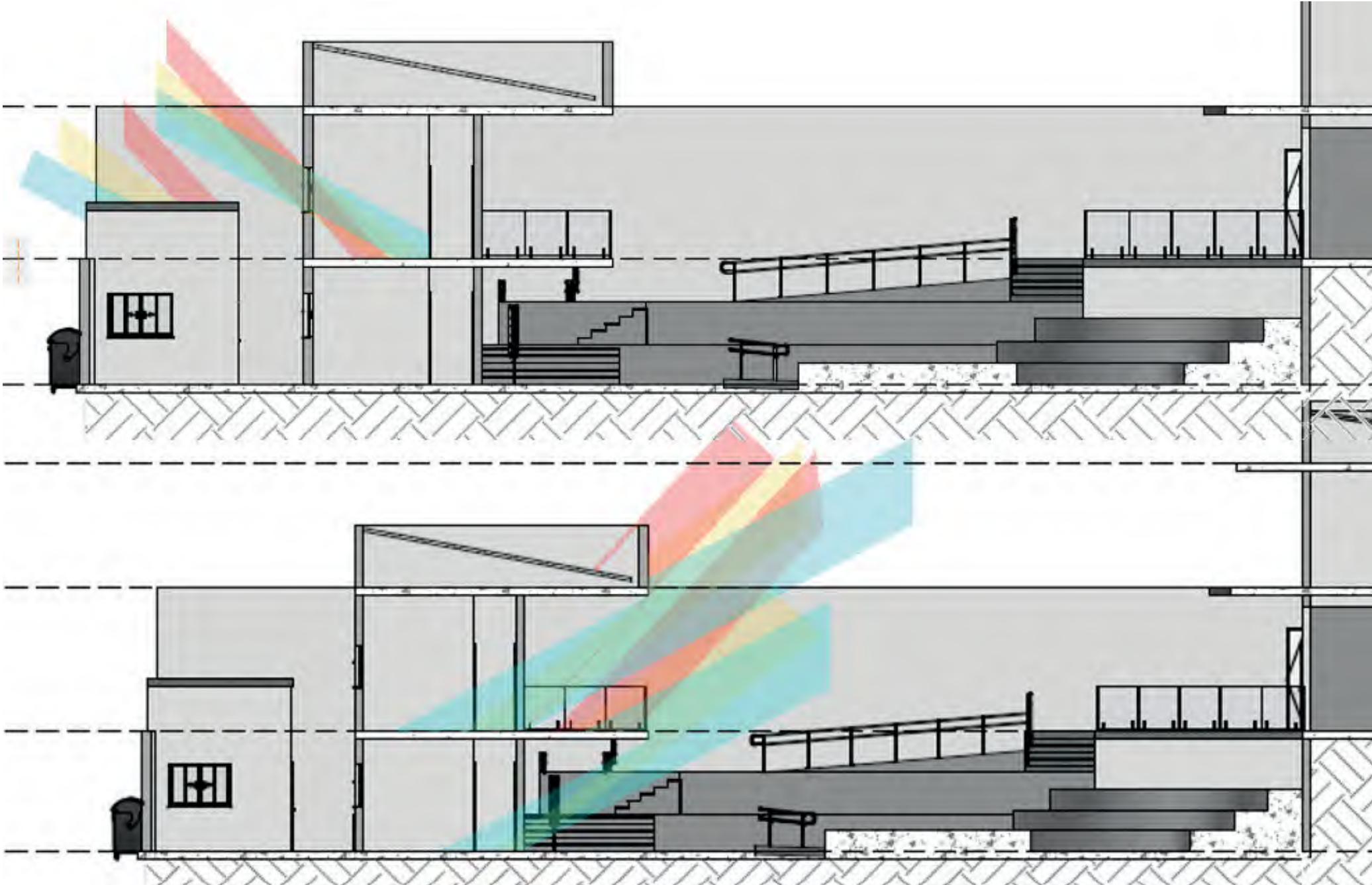
Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Tabela 5 - Incidência solar por dia/hora

Dia	Hora	
	10:00	15:00
22/jun	A= 34º H= 37º	A= 314º H= 28º
21 mar/set	A= 57º H= 52º	A= 291º H= 36º
22/dez	A= 99º H= 52º	A= 259º H= 47º

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Figura 100 - Corte esquemático - Incidência solar



Corte DD
Sem escala

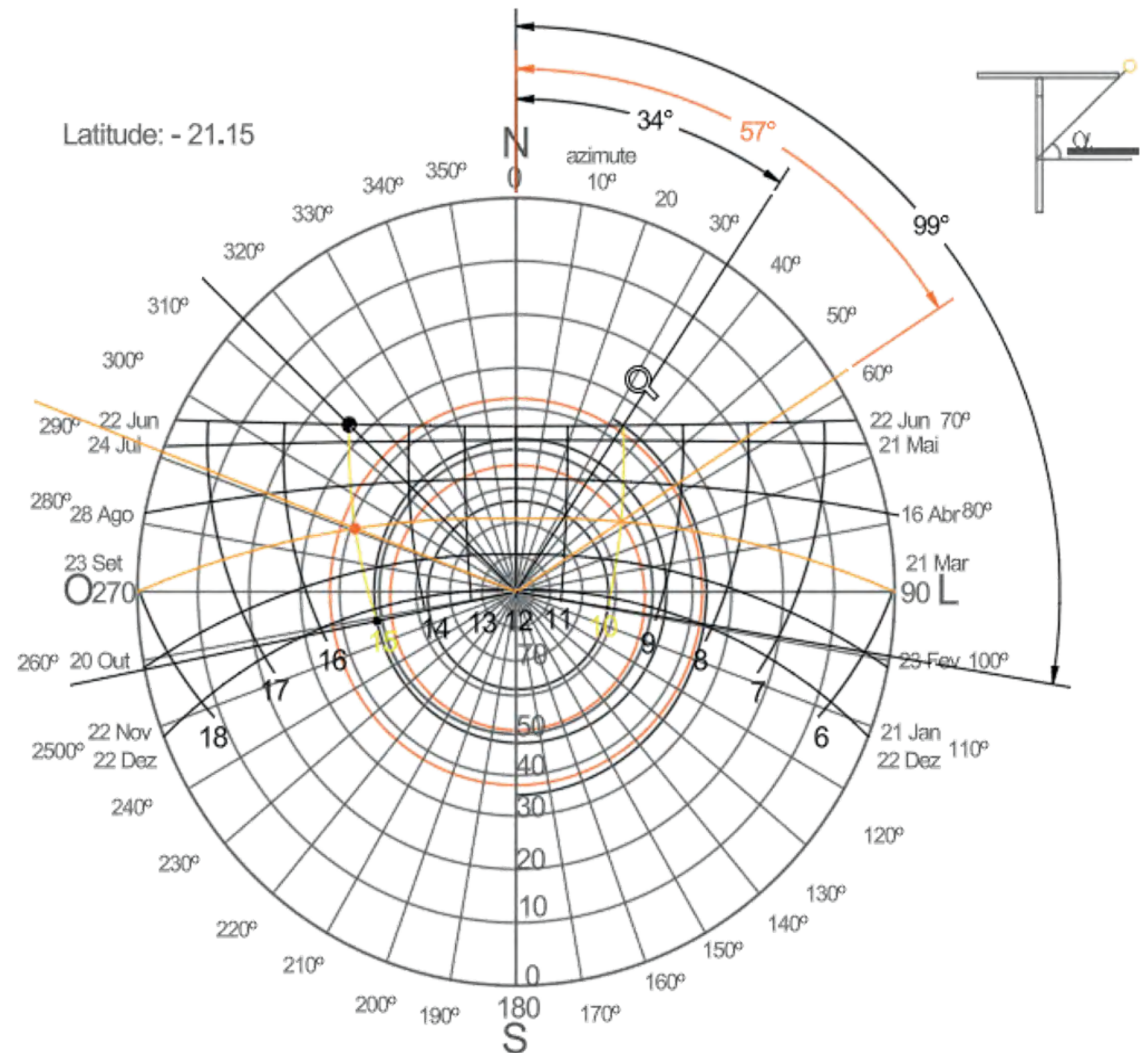
Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

3.15 - Análise carta solar

1º PAV. - Rua Aurelino Garcia de Oliveira

As principais estratégias brises e vegetação, aproveitamento do aquecimento passivo no inverno, controle do ganho de calor no verão, ventilação natural e otimização da luz natural. Isso garante que o edifício responda de forma eficiente às variações climáticas ao longo do ano.

Figura 101 - Carta solar



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

3.16 - Topografia

O perfil topográfico da área, com a fachada na rua Aureliano Garcia de Oliveira situada no ponto mais baixo a 597 metros de altitude e o ponto mais elevado na rua Afonso Taranto, apresenta desafios e oportunidades específicas para o planejamento arquitetônico.

Figura 102 - Altimetria



Fonte: Google Maps, 2024



Fonte: Google Maps, 2024

Figura 103 - Mapa topográfico da área de intervenção



Fonte: Prefeitura de Ribeirão Preto, 2023. Adaptado pela autora, 2024.

04

Estudos Preliminares



4.1 - Estudos preliminares

Neste tópico, serão introduzidos o planejamento inicial e a conceituação do projeto arquitetônico para o Casa abrigo. Serão expostos o conceito e o partido arquitetônico que orientam o projeto, além de detalhar o programa de necessidades.

Também será apresentado o organograma que estrutura as relações funcionais e o fluxograma que define os processos operacionais. Completando a análise, o plano de massas e a setorização do projeto serão explorados, delineando a organização espacial e a integração das diversas áreas do centro.

4.2 - Conceito

O conceito "O Abraço Como Refúgio" transcende a função de um abrigo convencional para mulheres em situação de violência doméstica, adotando uma abordagem empática e humanizada. Inspirado na essência curativa e protetora de um abraço, este conceito arquitetônico é cuidadosamente pensado para envolver suas residentes em um manto de segurança, conforto e renovação, refletindo um compromisso com a recuperação emocional e física através do espaço construído.

Ao entrar "O Abraço Como Refúgio", a experiência é semelhante a entrar em um espaço que respira tranquilidade e aceitação. As linhas arquitetônicas serão suaves e fluidas, eliminando as rígidas barreiras do mundo exterior. Como braços que se estendem em um gesto de acolhimento, as paredes do edifício conduzem as residentes por um percurso que é tanto físico quanto emocional, desenhado não só para oferecer refúgio, mas para ser um caminho para a cura.





4.3 - Partido

Para materializar o conceito de "O Abraço Como Refúgio" num partido arquitetônico funcional e inspirador, será desenvolvido elementos e disposições espaciais que reflitam a essência de um abraço acolhedor e protetor, através:

Layout em Forma de Abraço: A disposição geral dos edifícios será em um formato que remete o acolhimento com a intenção de envolver centralmente os jardins e espaços abertos. Esta configuração simula o gesto de abraçar, criando um núcleo protegido e íntimo no centro, onde os espaços externos e internos se interconectam fluidamente.

Zonas Funcionais Integradas: Área Residencial: Quartos individuais e compartilhados dispostos ao longo da curvatura externa, oferecendo vistas tranquilas dos jardins e garantindo privacidade e quietude. Cada quarto será projetado para ser um santuário pessoal, com controle ambiental individualizado e acesso visual a áreas de jardim.

Área Comum e de Atividades: No coração do abraço, espaços como cozinha comunitária, salas de estar, biblioteca, e áreas para terapias de grupo e atividades educacionais. Estes espaços promoverão a socialização e o suporte mútuo, fundamentais para o processo de cura.

Área de Serviços e Administração: Estrategicamente localizada para fácil acesso e operação eficiente, mas discretamente integrada para manter a tranquilidade das áreas residenciais e comuns.

4.4 - Programa de Necessidades

O programa de necessidades foi desenvolvido em conformidade com a Lei Ordinária nº 12.786 de Ribeirão Preto, promulgada em 23 de maio de 2012, autoriza a criação do projeto “Casa Abrigo Nilda Rocha Simões” para mulheres vítimas de violência doméstica. Este projeto, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, evidenciando a integração dos requisitos legais e a estrutura necessária para o acolhimento e reintegração das mulheres vítimas de violência.

A Unidade de Acolhimento Casa Abrigo Nilda Rocha Simões, localizada em Ribeirão Preto (SP), é um equipamento da rede socioassistencial que visa oferecer proteção integral a mulheres vítimas de violência doméstica e seus dependentes. Este serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, e é projetado para ser um espaço de moradia provisória até que as mulheres possam retornar às suas famílias de origem ou adquirir condições de independência (Ribeirão Preto, 2024).

4.4.1 - Objetivos e estrutura

O projeto busca proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, oferecendo serviços personalizados que favorecem o convívio familiar e comunitário. A infraestrutura do abrigo inclui assistência psicossocial, jurídica, e acesso à qualificação profissional. Estas medidas são essenciais para promover a reintegração social e a autonomia das mulheres atendidas.

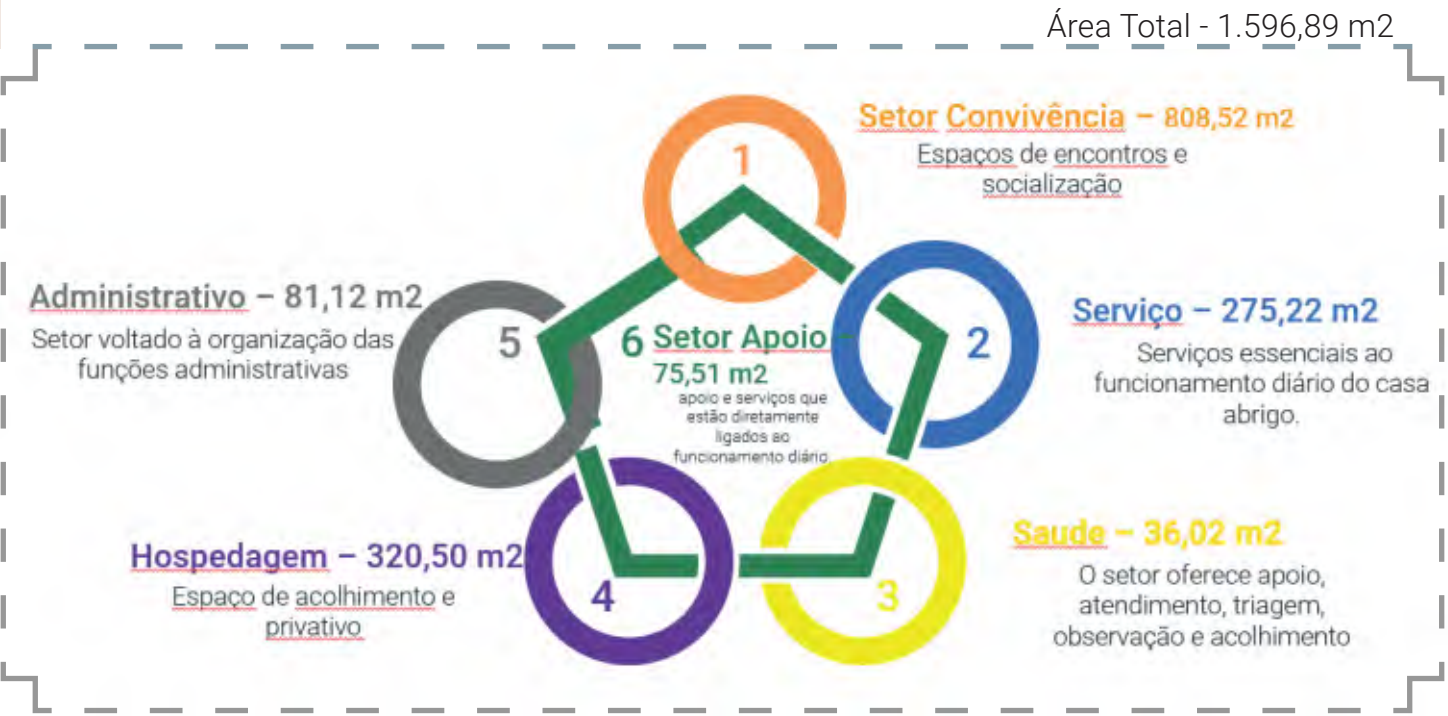
Conforme as diretrizes do Ministério da Cidadania a unidade deve respeitar a privacidade, costumes, tradições, ciclo de vida, religião, gênero, orientação sexual, raça e etnia das pessoas acolhidas, garantindo um atendimento humanizado e inclusivo. (Ribeirão Preto, 2024)

4.5 - Setorização

No desenvolvimento deste projeto, a organização espacial foi estrategicamente segmentada em setores específicos, otimizando as funcionalidades essenciais ao bem-estar e operação do abrigo. A setorização inclui áreas dedicadas à habitação, convívio, saúde e serviços.

Cada setor foi cuidadosamente pensado para atender aos requisitos técnicos e emocionais das mulheres, garantindo que a infraestrutura suporte a atividades diárias e promova um ambiente seguro e acolhedor.

Figura 104 - Setores e atividades - Casa Fenix



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

- BLOCO A - Administrativo e Saúde
- BLOCO B - Convivência e Apoio
- BLOCO C - Habitacional

4.6 - Ambientes, atividades e demandas

O principal objetivo da tabela de ambientes é definir e detalhar os espaços necessários para o funcionamento adequado da casa abrigo, considerando as atividades que serão realizadas, o número de usuários e funcionários, além das especificidades de cada ambiente. A elaboração da tabela de ambientes e do programa de necessidades constitui uma etapa fundamental no planejamento de uma casa abrigo. Esse processo garante que todos os espaços sejam específicos de acordo com as necessidades dos usuários, criando um ambiente que combina segurança, funcionalidade e acolhimento. Cada aspecto deve ser pensado cuidadosamente para garantir o máximo de conforto e suporte às mulheres em situação de violência, contribuindo para sua recuperação e reintegração na sociedade.

Tabela 6 - Detalhamento programa de necessidades

UNIDADE	SETORIZAÇÃO	PAVIMENTO	QTDE AMBIENTE	AMBIENTE	DETALHAMENTO	ÁREA COMPUTAVEL	ÁREA TOTAL
B L O C O A	ADM	TÉRREO	1	RECEPÇÃO TRIAGEM	MESA, COMPUTADOR, CADEIRA, POLTRONA, ARMARIO	27,24	81,12
		TÉRREO	1	SECRETARIA ARQUIVO	MESA, COMPUTADOR, CADEIRA, POLTRONA, ARMARIO	9,08	
		TÉRREO	1	SALA DE REUNIAO	MESA, CADEIRA E ARMARIO	13,06	
		TÉRREO	1	ATEND. JURIDICO	MESA, CADEIRA, E ARMARIO	7,93	
		1º PAVIMENTO	1	ARQUIVO DEP. MATERIAL ESCRITORIO	ARMARIOS, ARQUIVO, MESA APOIO	7,63	
		1º PAVIMENTO	1	SALA R.H.	MESA, CADEIRA E ARMARIO	7,89	
		1º PAVIMENTO	1	SALA DIREÇÃO E SANITARIO	MESA, CADEIRA, ARMARIO	8,29	
						81,12	
	SAÚDE	TÉRREO					36,02
		TÉRREO	1	ATEND. ASSISTENTE SOCIAL	MESA, COMPUTADOR, CADEIRA E ARMARIO	9,76	
		TÉRREO	1	ATEND. PSICOLOGICO	MESA, COMPUTADOR, CADEIRA E ARMARIO	7,62	
		TÉRREO	1	CONSULTORIO MÉDIO AMBULATÓRIO	MESA, COMPUTADOR, CADEIRA, ARMARIO, MACA, DIVISORIA	18,64	
						36,02	
	SERVIÇO	TÉRREO	1	WC COLETIVO MASCULINO	BACIA SANITÁRIA, LAVATÓRIOS, MICTÓRIOS	10,64	179,76
		TÉRREO	1	WC COLETIVO FEMININO	BACIA SANITÁRIA, LAVATÓRIOS	11,26	
		TÉRREO	1	WC UNISSEX P.C.D.	BACIA SANITÁRIA, LAVATÓRIOS	5,19	
		TÉRREO	1	COZINHA INDUSTRIAL - ÁREA RECEPÇÃO HIGIENIZAÇÃO CHEGADA	PIA, MESA	5,85	
		TÉRREO	1	COZINHA INDUSTRIAL - ÁREA DISPENSA FRIA	FREZER, GELADEIRA, BANCADA	5,29	
		TÉRREO	1	COZINHA INDUSTRIAL - ÁREA DISPENSA SECA	ARMARIOS E MESA	3,72	
		TÉRREO	1	COZINHA INDUSTRIAL - ÁREA HIG. SAÍDA E DISPENSA UTELISIOS	PIA, ARMARIO	4,20	
		TÉRREO	1	COZINHA INDUSTRIAL - ÁREA PRE PREPARO	PIA, BANCADA	3,86	
		TÉRREO	1	COZINHA INDUSTRIAL - ÁREA COCÇÃO	PIA, FOÇÃO E FORNO INDUSTRIAL	10,33	
		TÉRREO	1	COZINHA INDUSTRIAL - ÁREA DISTRICUIÇÃO E CIRCULAÇÃO	LIVRE	14,18	
		TÉRREO	1	REFEITORIO	MESAS E CADEIRAS	55,66	
		TÉRREO	1	LAVABO	PIA	4,58	
		TÉRREO	1	SANITÁRIO FEMININO	BACIA SANITÁRIA	2,34	
		TÉRREO	1	SANITÁRIO MASCULINO	BACIA SANITÁRIA	2,36	
		TÉRREO	1	CASA DE GÁS	BOTIJÃO DE GÁS	2,13	
		TÉRREO	1	DML	TANQUE, ARMARIO E BANCADA	3,23	
		1º PAVIMENTO	1	COPA	PIA, MESA, CADEIRA, GELADEIRA	7,88	
		1º PAVIMENTO	1	WC COLETIVO MASCULINO	BACIA SANITÁRIA, LAVATÓRIOS, MICTÓRIOS	10,63	
		1º PAVIMENTO	1	WC COLETIVO FEMININO	BACIA SANITÁRIA, LAVATÓRIOS	11,24	
		1º PAVIMENTO	1	WC UNISSEX P.C.D.	BACIA SANITÁRIA, LAVATÓRIOS	5,19	
						179,76	
	CONVIVÊNCIA	1º PAVIMENTO	1	TERRAÇO FRONTAL	MESAS, CADEIRAS, POLTRONAS, OMBRELONES	51,15	124,50
		1º PAVIMENTO	1	TERRAÇO POSTEIOR	MESAS, CADEIRAS, POLTRONAS, OMBRELONES	73,35	
						124,50	
	HOSPEDAGEM	1º PAVIMENTO	1	DORMITORIO COLETIVO STAFF	CAMA, MESA CADEIRA, ARMARIO, MESA CABEÇEIRA, TV	22,44	34,68
		1º PAVIMENTO	1	SANITARIO FEMININO - STAFF	CHUVEIRO, BACIA SANITÁRIA, PIA	6,53	
		1º PAVIMENTO	1	SANITARIO MASCULINO - STAFF	CHUVEIRO, BACIA SANITÁRIA, PIA	5,71	
						34,68	

Fonte: Elaborado pela autora

4.6.1 - Ambientes, atividades e demandas

Bloco B

Os espaços refletem uma abordagem que equilibra funcionalidade e acolhimento, promovendo a diversidade de usos e a integração dos usuários no contexto do edifício.

Tabela 6.1- Detalhamento programa de necessidades

UNIDADE	SETORIZAÇÃO	PAVIMENTO	QTDE AMBIENTE	AMBIENTE	DETALHAMENTO	ÁREA COMPUTAVEL	ÁREA TOTAL
B L O C O B	APOIO	TÉRREO	1	SALA DE INFORMATICA ESTUDOS	MESAS, COMPUTADORES, ARMARIOS	40,80	75,51
		TÉRREO	1	OFICINA - SALÃO DE BELEZA	ESPELHO, POLTRONA, LAVATORIO, PIA ARMARIA, MESA AUXILIAF	17,36	
		TÉRREO	1	OFICINA - SALA CORTE E COSTURA	MESA DE CORTE, MAQUINA DE COSTURA, CADEIRA, ARMARIO	17,35	
						75,51	
	CONVIVÊNCIA	TÉRREO	1	SALA JOGOS	COMPUTADOR, MESAS DE JOGOS E PUF	30,80	684,02
		TÉRREO	1	SALA DE TV DESCANSO	SOFA, POLTRONAS, MESAS, ARMARIO, HACK	59,40	
		TÉRREO	1	PATIO CENTRAL	LIVRE	213,18	
		1º PAVIMENTO	1	AREA DE EVENTOS E CONVIVÊNCIA	POLTRONAS, SOFAS, PUFF, MESAS	380,64	
						684,02	
	SERVIÇO	TÉRREO	1	WC COLETIVO MASCULINO	BACIA SANITÁRIA, LAVATÓRIOS, MICTÓRIOS	20,63	82,14
		TÉRREO	1	WC COLETIVO FEMININO	BACIA SANITÁRIA, LAVATÓRIOS	20,70	
		TÉRREO		GUARITA	COMPUTADOR, MESA E CADEIRA	5,83	
		1º PAVIMENTO	1	WC COLETIVO MASCULINO	BACIA SANITÁRIA, LAVATÓRIOS, MICTÓRIOS	17,49	
		1º PAVIMENTO	1	WC COLETIVO FEMININO	BACIA SANITÁRIA, LAVATÓRIOS	17,49	
						82,14	

Fonte: Elaborado pela autora

4.6.2 - Ambientes, atividades e demandas

Bloco C

O "Bloco C" é projetado como um espaço de hospedagem voltado à diversidade de necessidades dos usuários, com uma organização arquitetônica que prioriza o conforto, a funcionalidade e a acessibilidade. A concepção do bloco une praticidade e acolhimento, integrando soluções arquitetônicas adequadas ao propósito residencial temporário e inclusivo.

Tabela 6.2 - Detalhamento programa de necessidades

UNIDADE	SETORIZAÇÃO	PAVIMENTO	QTDE AMBIENTE	AMBIENTE	DETALHAMENTO	ÁREA COMPUTAVEL	ÁREA TOTAL
B L O C O C	HOSPEDAGEM	TÉRREO	4	DORMITORIO INDIVIDUAL - TIPOLOGIA 1	CAMA, MESA CADEIRA, ARMARIO, MESA CABEÇEIRA, TV	50,53	285,82
		TÉRREO	4	SANITARIO - TIPOLOGIA 1	CHUVEIRO, BACIA SANITÁRIA, PIA	13,00	
		TÉRREO	3	DORMITORIO FAMILIA - TIPOLOGIA 2 - 3 PESSOAS	CAMAS, MESA CADEIRA, ARMARIO, MESA CABEÇEIRA, TV	45,90	
		TÉRREO	4	SANITARIO - TIPOLOGIA 2	CHUVEIRO, BACIA SANITÁRIA, PIA	9,75	
		TÉRREO	1	DORMITORIO P.C.D	MESA DE CORTE, MAQUINA DE COSTURA, CADEIRA, ARMARIO	17,48	
		TÉRREO	4	SANITARIO - P.C.D	CHUVEIRO, BACIA SANITÁRIA, PIA E BARRA DE APOIO	6,25	
		1º PAVIMENTO	4	DORMITORIO INDIVIDUAL - TIPOLOGIA 1	CAMA, MESA CADEIRA, ARMARIO, MESA CABEÇEIRA, TV	50,53	
		1º PAVIMENTO	4	SANITARIO - TIPOLOGIA 1	CHUVEIRO, BACIA SANITÁRIA, PIA	13,00	
		1º PAVIMENTO	3	DORMITORIO FAMILIA - TIPOLOGIA 2 - 3 PESSOAS	CAMAS, MESA CADEIRA, ARMARIO, MESA CABEÇEIRA, TV	45,90	
		1º PAVIMENTO	4	SANITARIO - TIPOLOGIA 2	CHUVEIRO, BACIA SANITÁRIA, PIA	9,75	
		1º PAVIMENTO	1	DORMITORIO P.C.D	MESA DE CORTE, MAQUINA DE COSTURA, CADEIRA, ARMARIO	17,48	
		1º PAVIMENTO	4	SANITARIO - P.C.D	CHUVEIRO, BACIA SANITÁRIA, PIA E BARRA DE APOIO	6,25	
						285,82	
	SERVIÇO	TÉRREO	1	LAVANDERIA	MAQUINA DE LAVAR, TANQUE, ARMARIOS, VARAL DE CHÃO	13,32	13,32
						13,32	

Fonte: Elaborado pela autora

4.7 - Organograma

4.7.1 - Organograma geral

O organograma é uma ferramenta essencial para a organização espacial e gestão de um projeto, especialmente em uma casa abrigo para mulheres em situação de violência. Ele define a relação de conexão e hierarquia entre diferentes setores, garantindo um uso eficiente e funcional dos espaços disponíveis.

A partir da identificação das necessidades específicas do público alvo, foi possível estabelecer o programa funcional e a disposição dos setores do projeto. Esse processo permitiu a delimitação clara dos setores e a relação entre eles, visando um melhor aproveitamento dos espaços e uma gestão eficiente

Setor habitacional

O setor habitacional é dividido em dois pavimentos. Todos os dormitórios estão situados no primeiro e segundo pavimento, proporcionando áreas de convivência exclusivas para os residentes nesses andares. Esses espaços de interação mais privativos garantem que os moradores tenham locais sociáveis próximos aos seus dormitórios, descentralizando o uso desses ambientes do térreo.

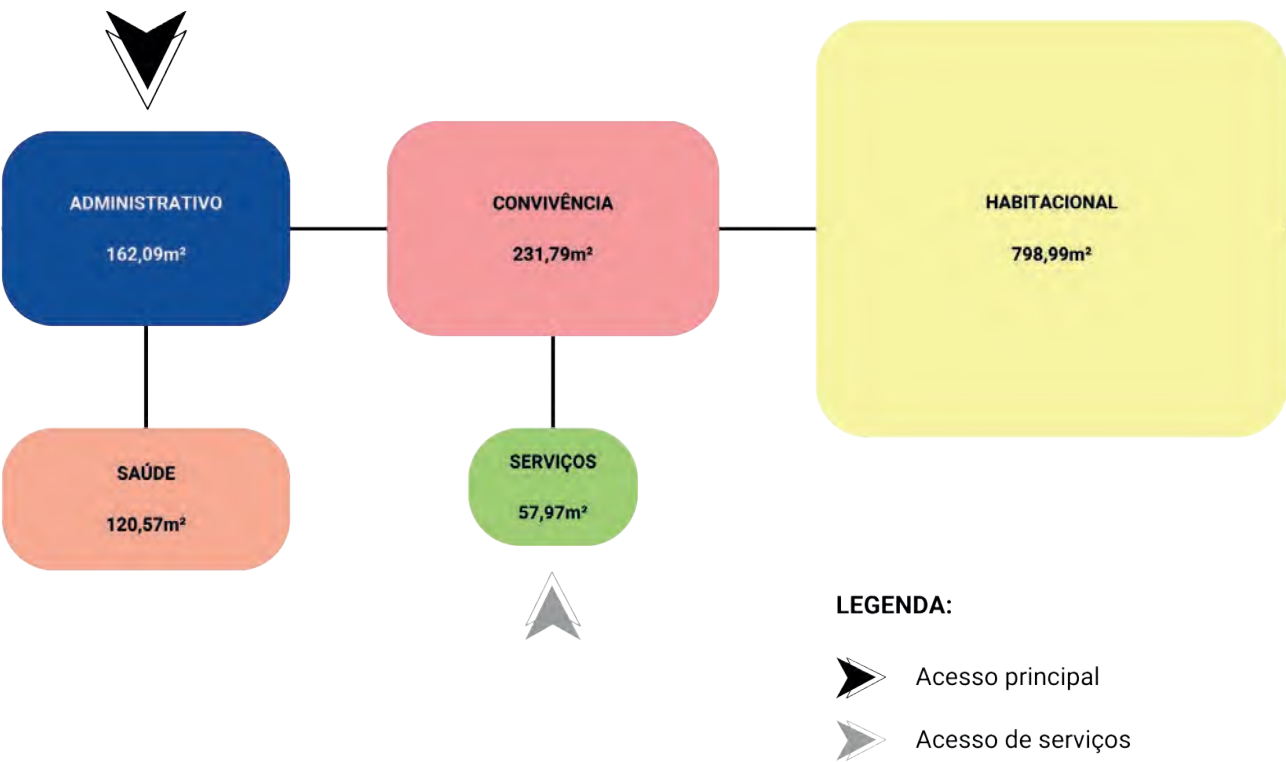
Setor de saúde e serviços

Os principais acessos se dão pelo setor de convivência e pelo setor administrativo, além dos acessos para serviços, carga e descarga de insumos. O setor de apoio e serviços está estrategicamente localizado no térreo, facilitando o atendimento a todos os demais setores. Além disso, o setor de saúde também está situado no térreo para garantir a fácil locomoção e acessibilidade dos usuários em casos de emergência.

Setor de convivência

Os diferentes usos dos espaços são organizados para delimitar claramente as áreas de uso comum e as áreas exclusivas para os moradores. As áreas de convivência, localizadas no térreo, são de fácil acesso e interligadas com o setor de lazer, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os usuários.

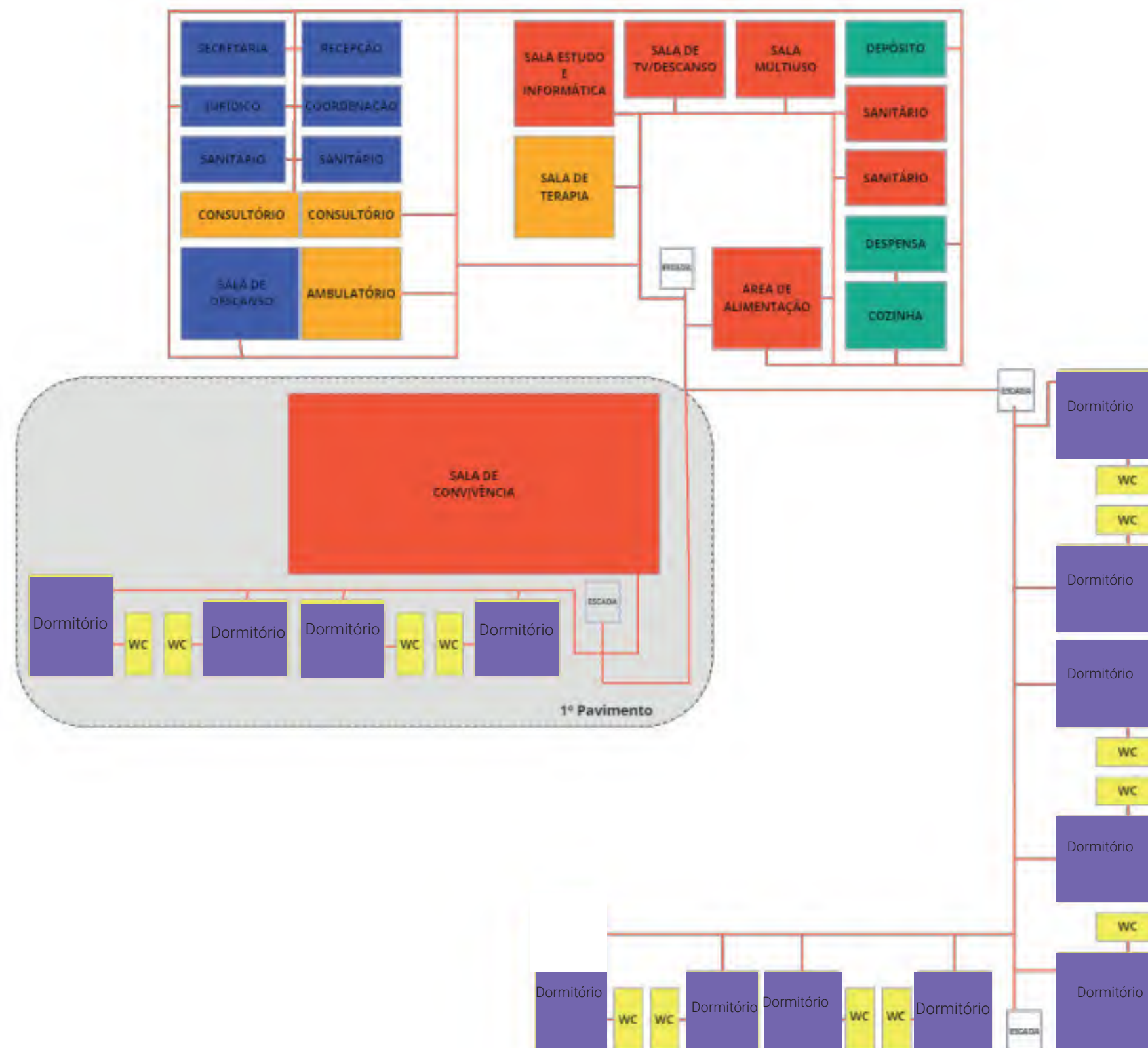
Figura 105 - Organograma geral - Casa Fenix



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.7.2 - Organograma específico

Figura 106 - Organograma específico - Casa Fenix



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

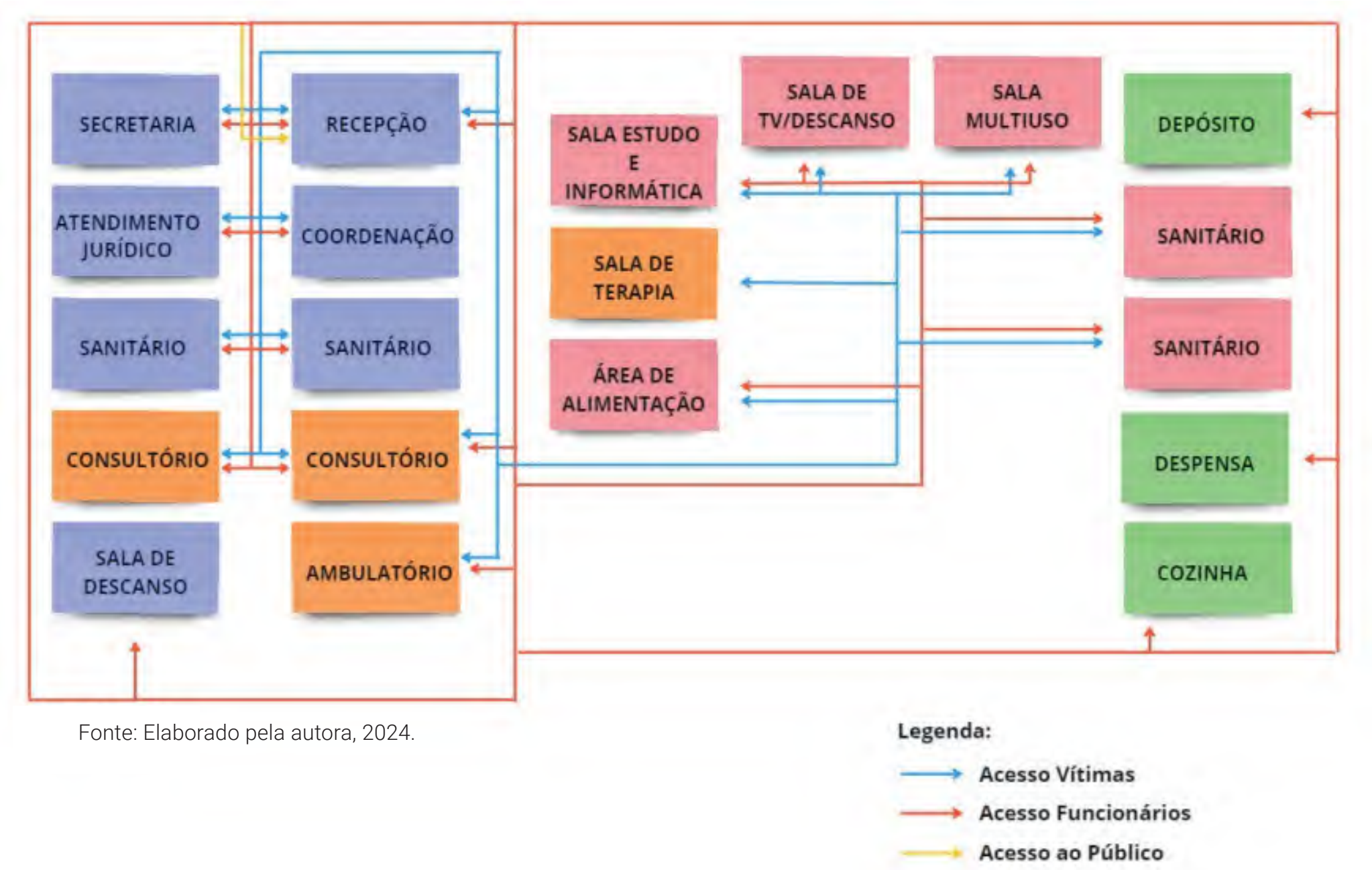
4.8 - Fluxograma

O fluxograma de um projeto é uma ferramenta que exemplifica graficamente e auxilia na organização dos acessos e circulações de múltiplos usuários nos diversos ambientes. Na casa abrigo para mulheres em situação de violência, ele garante que cada grupo de usuários possa acessar os setores de forma eficiente e segura.

O setor de convivência é planejado para acomodar fluxos de diferentes usuários, incluindo tanto as residentes quanto os visitantes e funcionários. Esse setor é essencial para a interação social e o apoio emocional, promovendo um ambiente acolhedor e seguro. O fluxograma da casa abrigo para mulheres em situação de violência é estruturado para maximizar a eficiência e a segurança dos acessos e deslocamentos. Ele garante que cada grupo de usuários possa circular de maneira adequada e que os serviços necessários sejam prestados de forma eficaz.

A imagem a seguir, apresenta o fluxograma projetual indicando os diferentes níveis de acesso e circulação por categoria de uso.

Figura 107- Fluxograma - Casa Fenix



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

05

Projeto - CASA FENIX



5.1 - Plano de Massas

O projeto para a casa abrigo inclui um pátio central, que serve como coração do espaço, proporcionando uma área calma e tranquila para as mulheres. Há três acessos distintos pela Rua Afonso Taranto: o acesso principal, que conduz diretamente às áreas administrativa e de saúde, garantindo facilidade e privacidade na entrada; um acesso secundário voltado para os serviços, situado na mesma fachada, que facilita operações logísticas sem interferir na tranquilidade do ambiente.

Além disso, o projeto contempla área verde, que não só embeleza o ambiente, mas também promove um espaço de serenidade e recuperação para as usuárias. Esta área verde é estrategicamente posicionada para ser facilmente acessível de todos os blocos, incentivando o contato com a natureza como parte da terapia e recuperação.

Figura 108 - Plano de massas 3D



Fonte: SketchUp, elaborado pela autora, 2024.



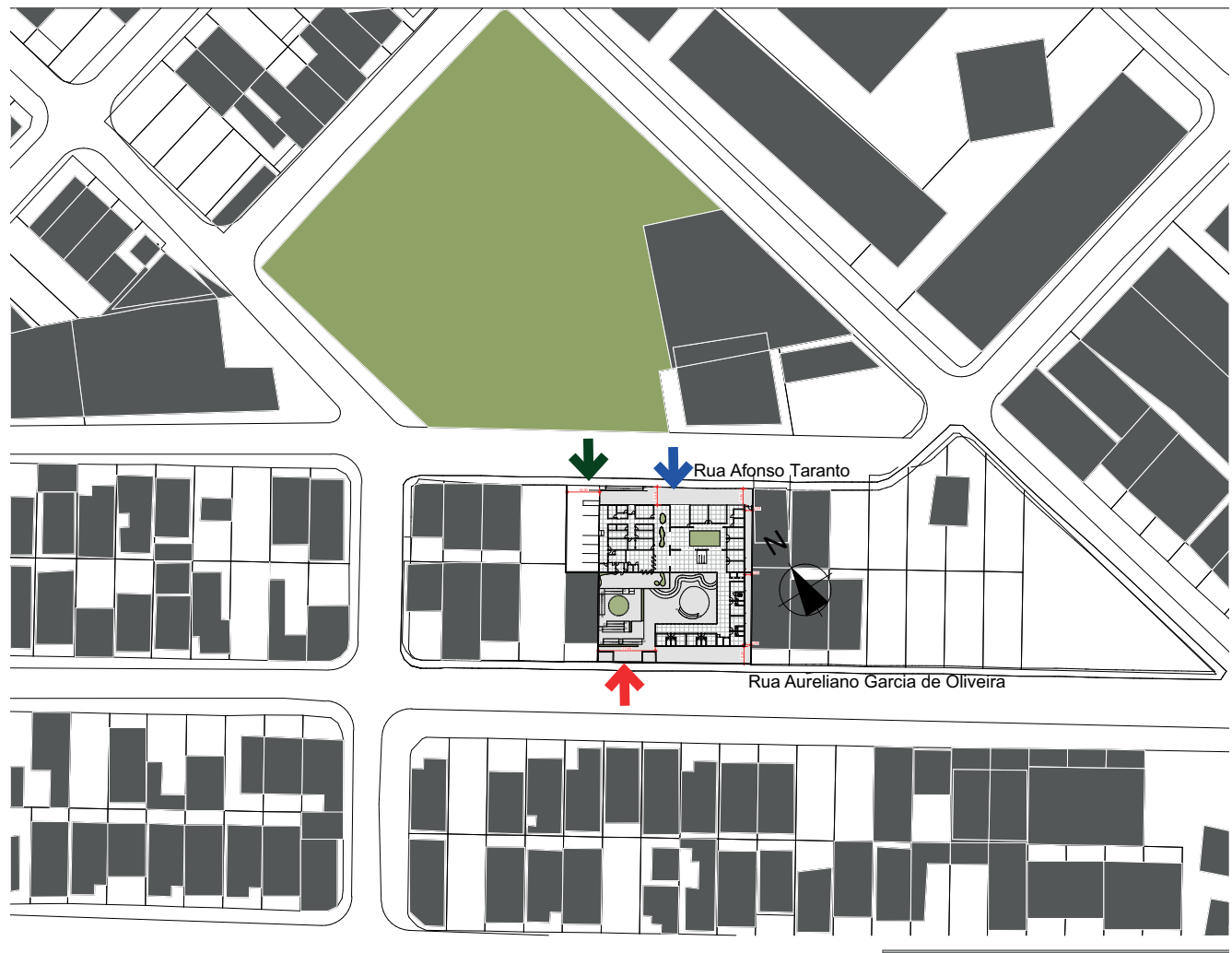
5.2 - Implantação

A disposição do projeto relação ao entorno imediato, observa-se que o terreno está inserido em uma quadra delimitada por vias públicas, destacando-se as ruas de maior relevância, como a “Rua Afonso Taranto”, que delimita a frente e acesso principal do projeto, e a “Rua Aureliano Garcia de Oliveira”, situada fachada posterior, garantindo acesso secundário de serviço.

O entorno apresenta áreas residenciais com lotes regulares e uma ampla área verde que pode servir como um espaço de lazer e respiro urbano. A malha urbana possui edificações de pequeno a médio porte, formando um tecido consolidado.

O projeto em si está localizado de forma central no terreno, respeitando os afastamentos obrigatórios

Figura 109 - Planta Implantação s/ escala



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Acesso Principal
Acesso Secundário

5.2.1 - Implantação Acessos e Circulação

O estudo de gabarito e volumetria do entorno demonstra uma harmonia com as edificações adjacentes, respeitando as alturas preexistentes e garantindo que o projeto não interfira visualmente de forma disruptiva na paisagem urbana. As áreas de acesso foram definidas, com diferenciação entre entrada de veículos e pedestres, promovendo a segurança e fluidez de tráfego.

Esse planejamento assegura uma transição suave entre o espaço construído e o natural, favorecendo uma integração visual e funcional. A malha urbana consolidada reflete um padrão de ocupação que prioriza a manutenção da harmonia arquitetônica e o respeito às diretrizes urbanísticas locais. A circulação interna do projeto foi planejada para promover a fluidez e eficiência nos deslocamentos, garantindo acesso fácil e intuitivo entre os diferentes setores da edificação. As rotas principais conectam as áreas de entrada e saída com os ambientes internos, facilitando o fluxo de pessoas e otimizando o uso do espaço. Essa distribuição interna permite a separação clara entre zonas de uso público, privado e de serviço, assegurando funcionalidade e privacidade.

Figura 110 - Implantação - Acessos e circulação



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.3 - Setorização

5.3.1 - Pavimento térreo - Bloco A

Área administrativo e saúde. O projeto do térreo contempla uma organização eficiente dos espaços, proporcionando fluxos funcionais e facilitando a acessibilidade em todas as áreas. A disposição dos ambientes é planejada para otimizar a interação entre os setores e garantir conforto e praticidade no uso diário. No bloco A encontra-se os setores de saúde, administrativo e serviço. Além disso, estão banheiros acessíveis e coletivos para atender as necessidades das internas e funcionárias.

Figura 111 - Planta baixa Pav. Térreo - bloco A

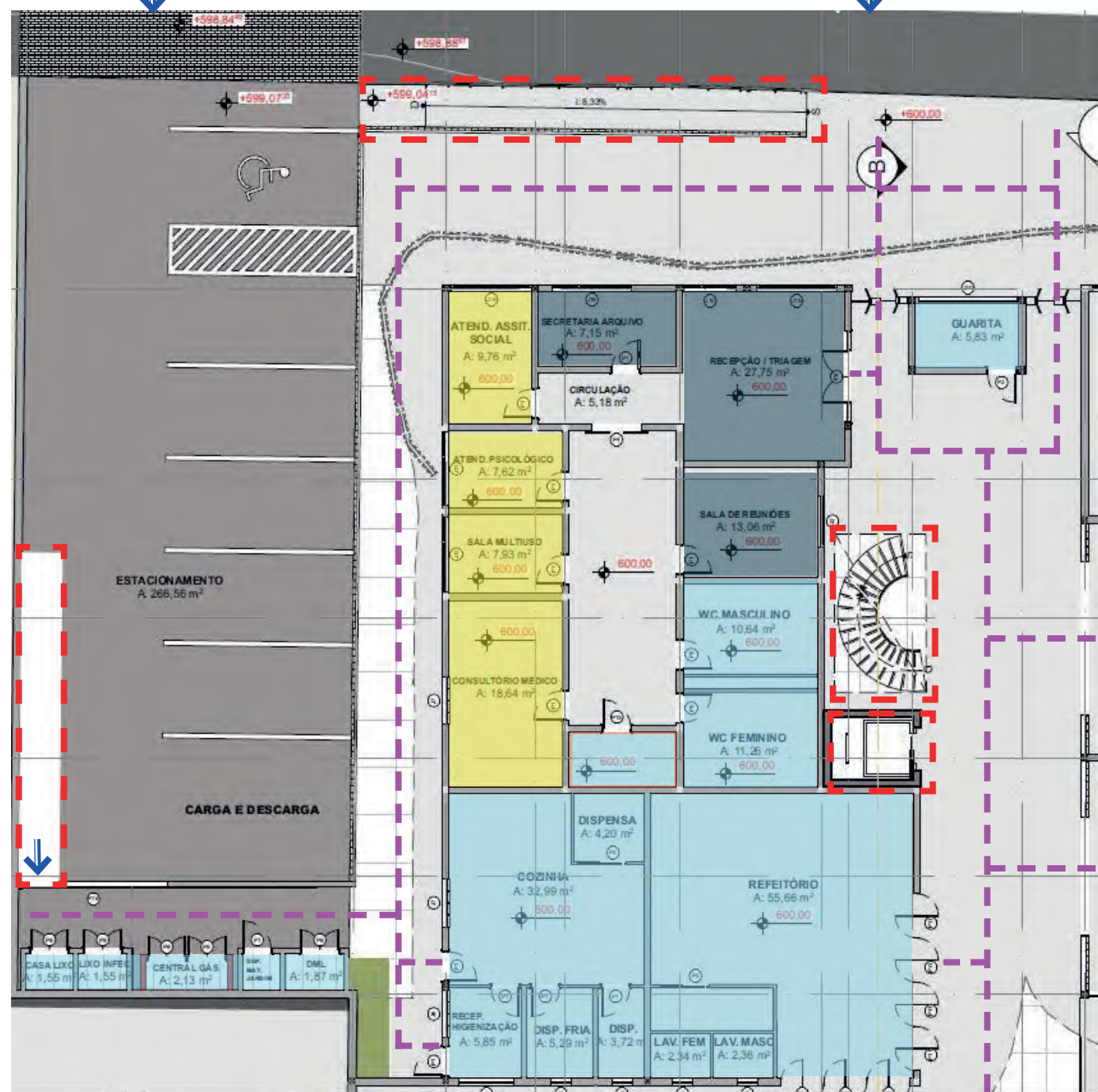


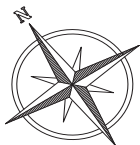
Figura 112 - Perspectiva fachada frontal



LEGENDA

- ➡ Acessos
- Setor Administrativo
- Setor de Saúde
- Setor de serviços
- Eixo de circulação horinzontal
- Eixo de circulação vertical

Térreo - Bloco A
Setorização e circulação

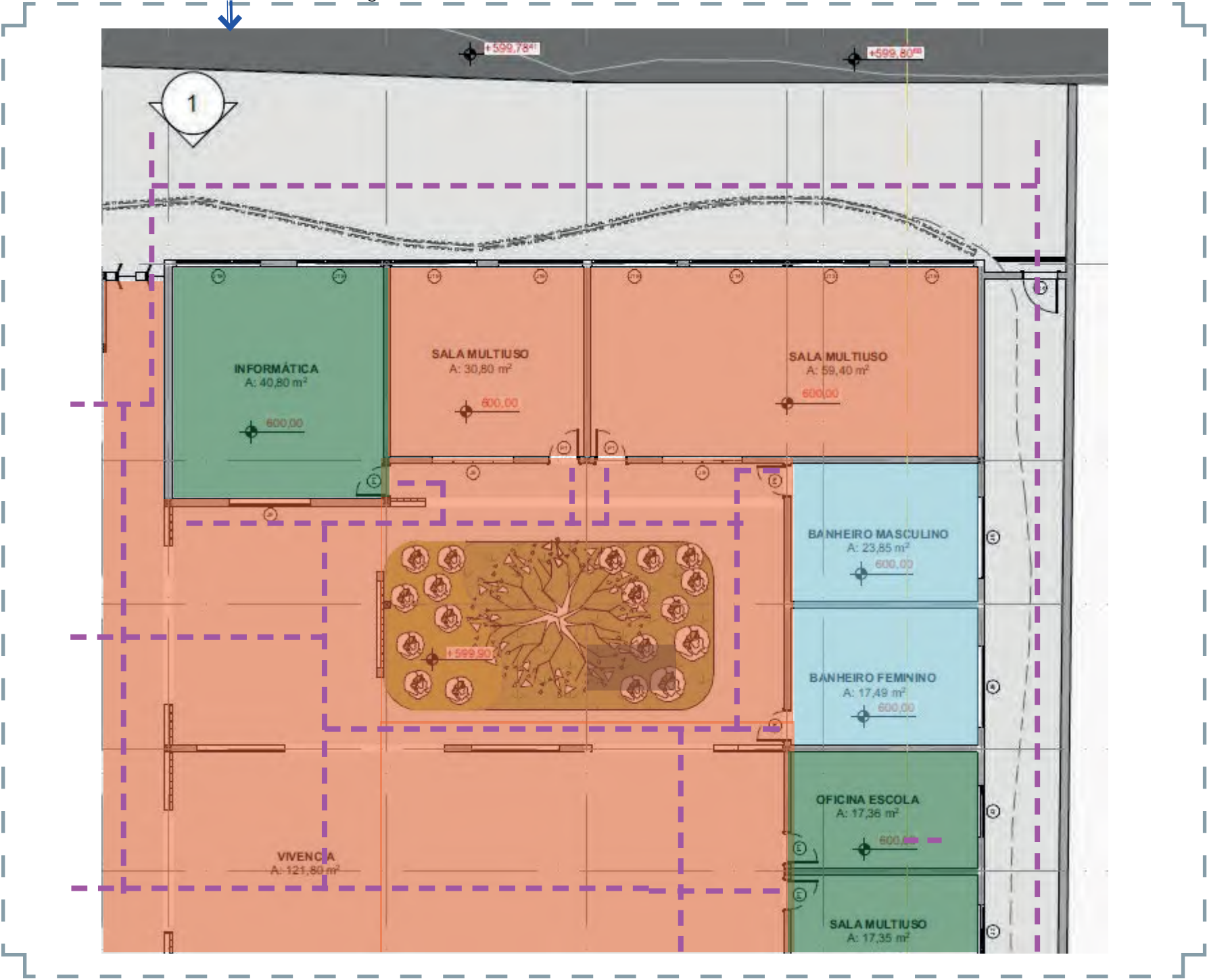


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.3.2 - Pavimento térreo - Bloco B

Área de convivência e apoio, este setor é vital para a interação social e relaxamento, com uma sala de TV/descanso e uma gamer para crianças fortalece o senso de comunidade. Há também sanitários coletivos femininos e masculinos, uma sala de estudos e informática para o desenvolvimento educacional, e duas salas oficinas para desenvolvimento de atividades e aprendizagem profissional.

Figura 113 - Planta baixa Pav. Térreo - bloco B



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

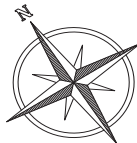
Figura 114 - Render circulação interna bloco B



LEGENDA

- ➡ Acessos
- Setor Apoio
- Setor de Convivência
- Setor de serviços
- Eixo de circulação horizontal

Térreo - Bloco B
Setorização e circulação



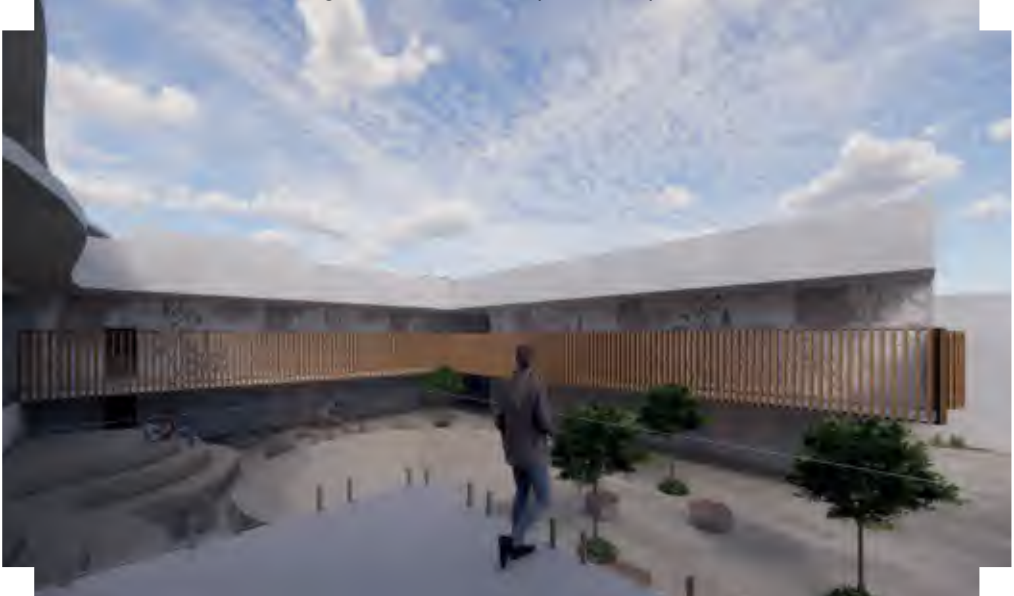
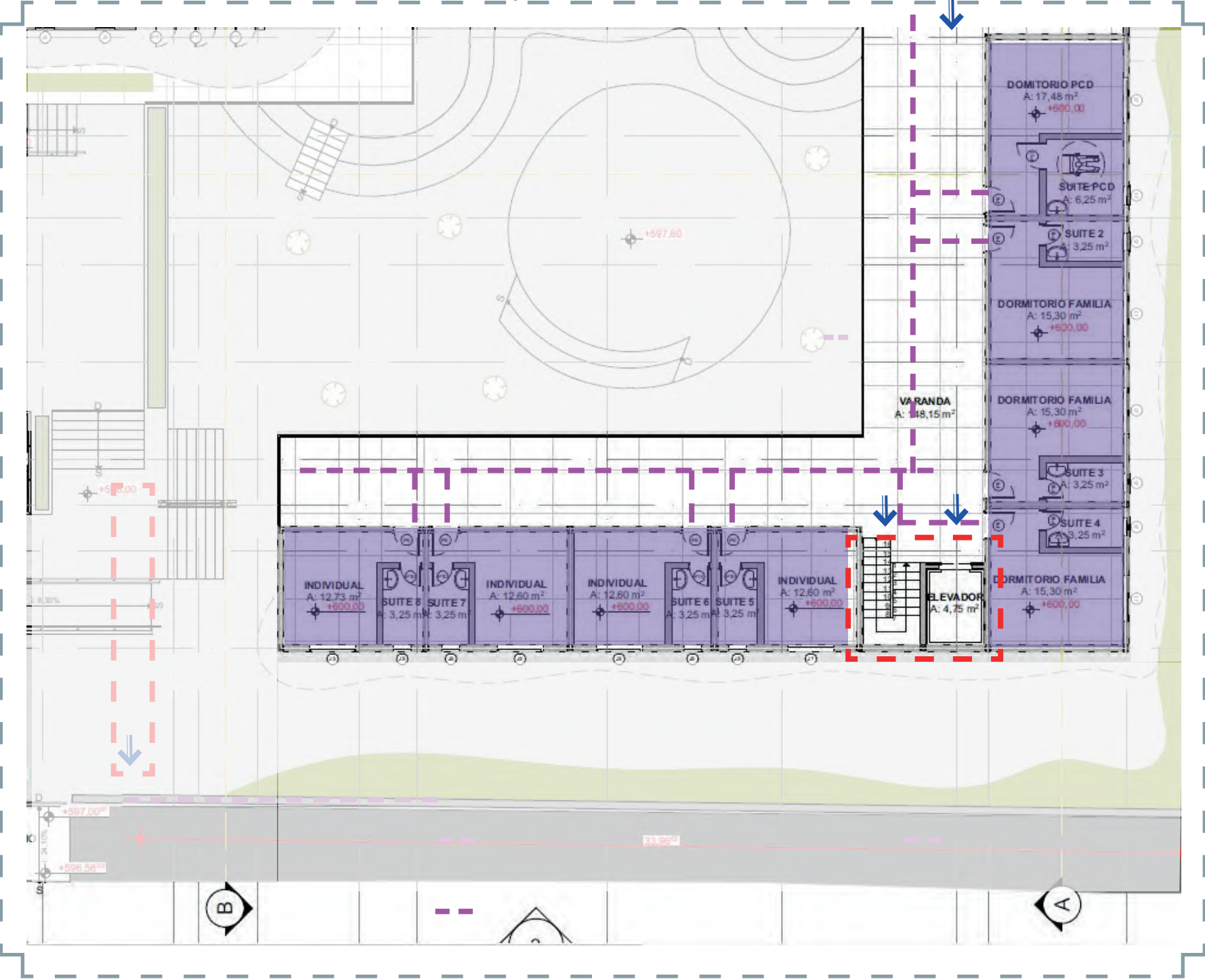
5.3.3 - Pavimento térreo - Bloco C

Área de descanso.

O setor habitacional reflete um cuidadoso planejamento que integra funcionalidade, segurança e conforto, com a disposição de ambientes que facilita a circulação, a privacidade e o atendimento às necessidades de Wdescanso diário das internas. A organização espacial bem definida e o uso de espaços de apoio próximos aos dormitórios indicam um enfoque em atender de forma eficiente tanto o público que fará uso dos dormitórios quanto os profissionais responsáveis pela manutenção.

Figura 115 - Planta baixa Pav. Térreo - bloco C

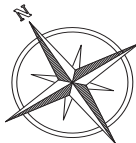
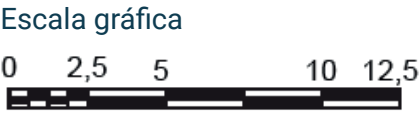
Figura 116 - Perspectiva pátio



LEGENDA

- ➡ Acessos
- Setor Habitacional
- Eixo de circulação horizontal
- Eixo de circulação vertical

Térreo - Bloco C
Setorização e circulação



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.3.4 - 1º Pavimento - Bloco A

No pavimento superior do Bloco A, localiza-se o terraço, configurado como um espaço de convivência essencial para o edifício, promovendo integração e bem-estar. Este pavimento também abriga ambientes de caráter administrativo, projetados para suporte organizacional e funcionalidade, bem como dormitórios destinados ao staff. A disposição estratégica desses espaços visa otimizar a circulação e o uso do pavimento, proporcionando conforto e praticidade para os usuários, além de integrar funções distintas dentro de uma mesma planta de maneira eficiente.

Figura 117 - Planta baixa 1º Pav. - bloco A

Figura 118 - Perspectiva terraço



LEGENDA

- ➡ Acessos
- Setor Hospedagem Staff
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de serviços
- Eixo de circulação horizontal
- Eixo de circulação vertical

1º Pav. - Bloco A
Setorização e circulação

Escala gráfica



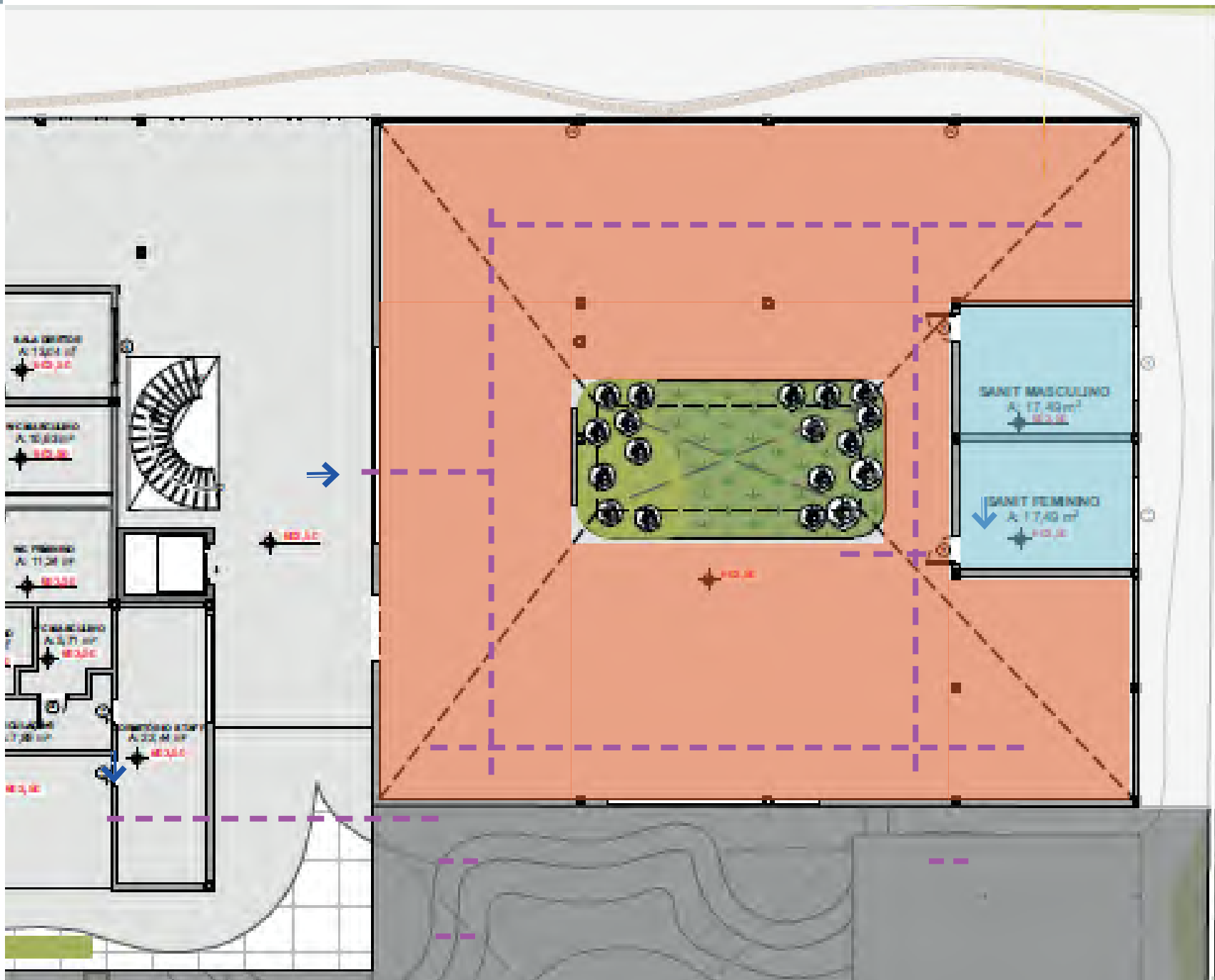
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.3.5 - 1º Pavimento - Bloco B

O pavimento superior do Bloco B é composto por um espaço central configurado como um espaço multifuncional de convivência e relaxamento. Esse termo reflete a flexibilidade do uso do espaço, destacando tanto a capacidade de acomodar diferentes tipos de eventos quanto a integração ao bem-estar dos usuários, atua como um núcleo de convivência e integração entre os blocos. A circulação horizontal está bem distribuída, permitindo acesso eficiente às diferentes áreas do pavimento e integrando o espaço central com os setores periféricos. A organização espacial e a funcionalidade são complementadas pela simplicidade das divisões internas e pelo fácil acesso às escadas, que conectam este pavimento aos demais níveis do edifício.

Figura 119 - Planta baixa 1º Pav. - bloco B

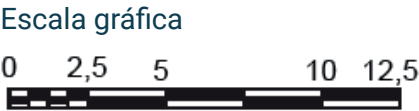
Figura 120 - Perspectiva 1º pav. bloco B



LEGENDA

- ➡ Acessos
- Setor Serviço
- Setor Convivência
- Eixo de circulação horizontal
- Eixo de circulação vertical

Térreo - Bloco C
Setorização e circulação



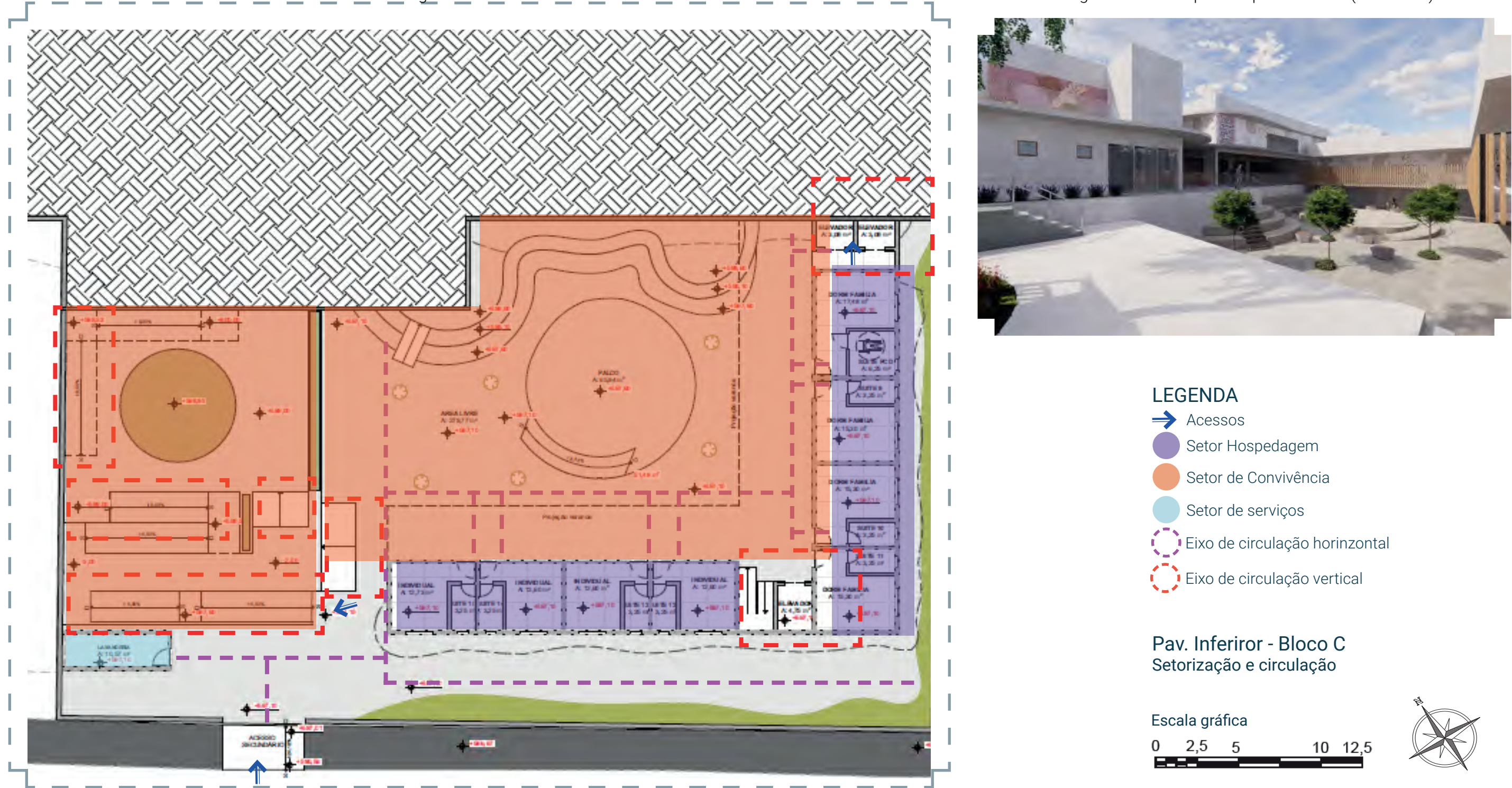
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.3.6 - Pavimento Inferior - Bloco C

O pavimento inferior do Bloco C apresenta uma organização espacial cuidadosamente planejada, evidenciando a integração entre diferentes setores e a fluidez na circulação. O Setor de Convivência, destacado em laranja, ocupa a porção central da planta e configura-se como um espaço multifuncional. Este ambiente é voltado para atividades coletivas, contando com um anfiteatro central que possibilita a realização de apresentações, eventos e encontros. Sua localização estratégica, cercada por eixos de circulação, promove acessibilidade e conexão direta com os demais ambientes do pavimento, onde encontra-se os dormitórios.

Figura 121 - Planta baixa térreo - bloco C

Figura 122 - Perspectiva pátio central (anfiteatro)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.4 - Tipologias de Domitórios

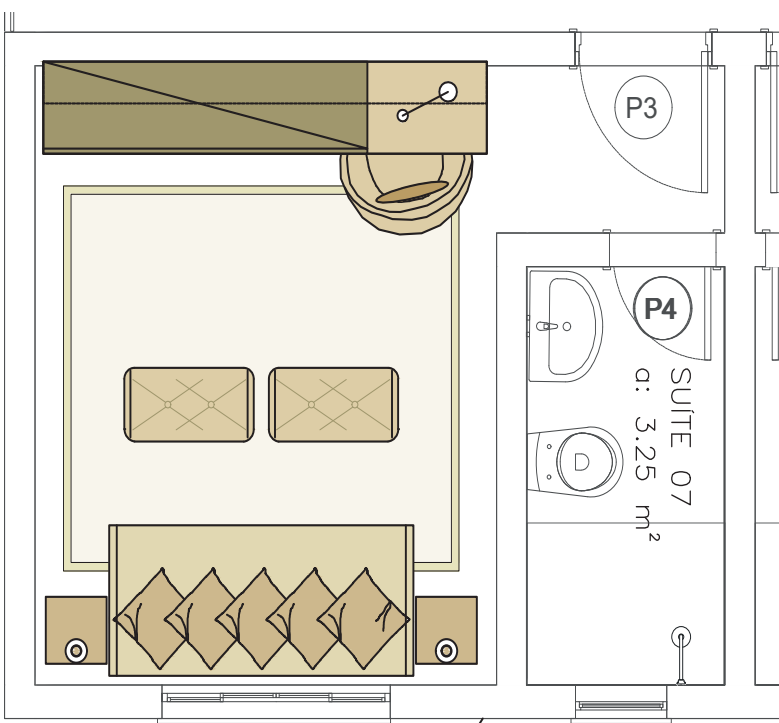
O layout das unidades habitacionais foi projetado conforme a NBR 9050, garantindo acessibilidade e autonomia para todos os usuários, incluindo pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A planta integra acessos e circulações adaptadas, assegurando áreas de manobra adequadas, especialmente em dormitórios PCD e banheiros acessíveis.

Dessa forma, seguir as diretrizes da NBR 9050 vai além de assegurar acessibilidade física, pois também contribui para a inclusão social ao incentivar a autonomia dos usuários e garantir acesso igualitário a todos os espaços e mobilidade física, pois também contribui para a inclusão social ao incentivar a autonomia dos usuários e garantir acesso igualitário a todos os espaços.

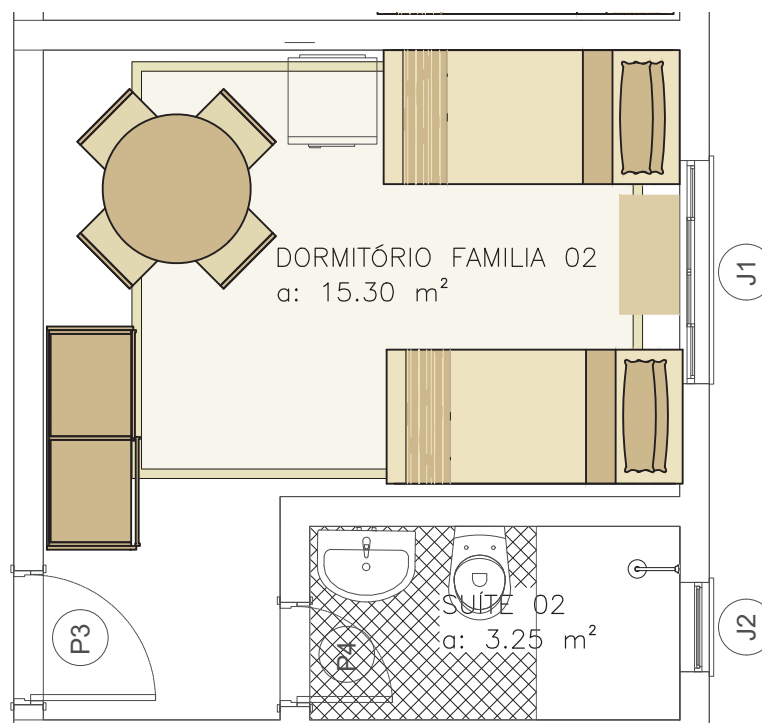
A planta baixa tipologia 01, de DORMITÓRIO INDIVIDUAL em conformidade com as normas de acessibilidade e funcionalidade, com elementos essenciais organizados para conforto e praticidade.

A planta baixa tipologia 02, de DORMITÓRIO FAMÍLIA inclui área de armazenamento, que pode ser integrada com armários ou prateleiras próximas à cama, otimizando o espaço sem comprometer a circulação. Essa organização visa garantir que o usuário tenha acesso facilitado aos itens de uso diário, promovendo maior funcionalidade no ambiente.

A planta baixa tipologia 03, de DORMITÓRIO ACESSÍVEL, onde o espaço apresenta áreas de manobra com diâmetro mínimo de 1,50 m, permitindo que cadeiras de rodas possam realizar giros de 360 graus. Estas áreas de manobra são pontos estratégicos onde o usuário pode girar a cadeira de rodas sem obstruções. A cama está posicionada de modo a permitir acesso lateral, essencial para o usuário se transferir da cadeira de rodas para a cama de forma autônoma. Essa disposição também facilita o trabalho de cuidadores, caso necessário.



● Planta baixa - tipologia 01



● Planta baixa - tipologia 02

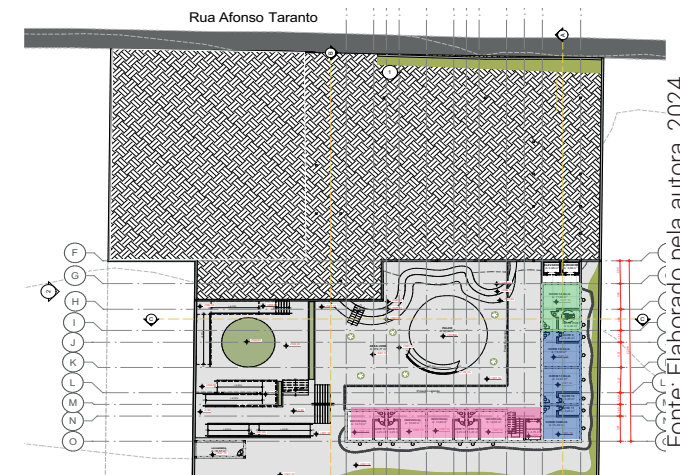
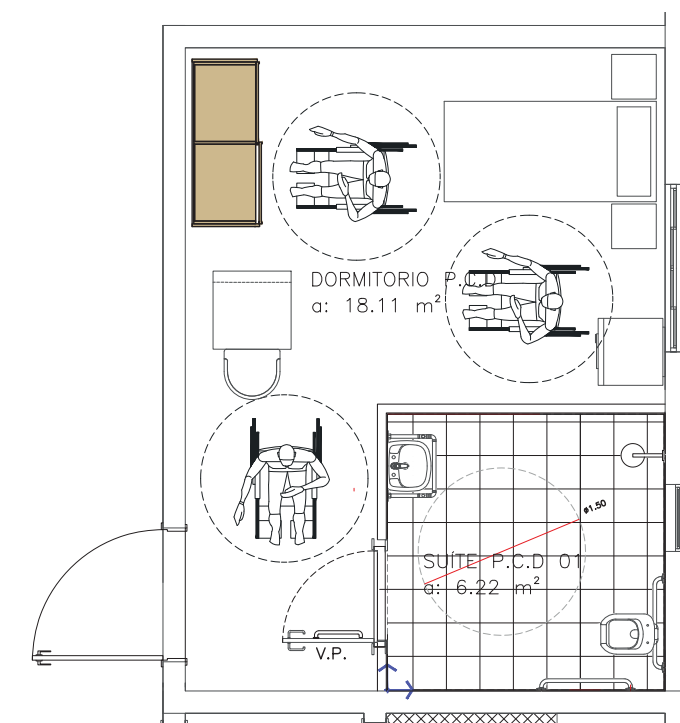


Figura 112 - Planta de localização das tipologias no pav. inferior

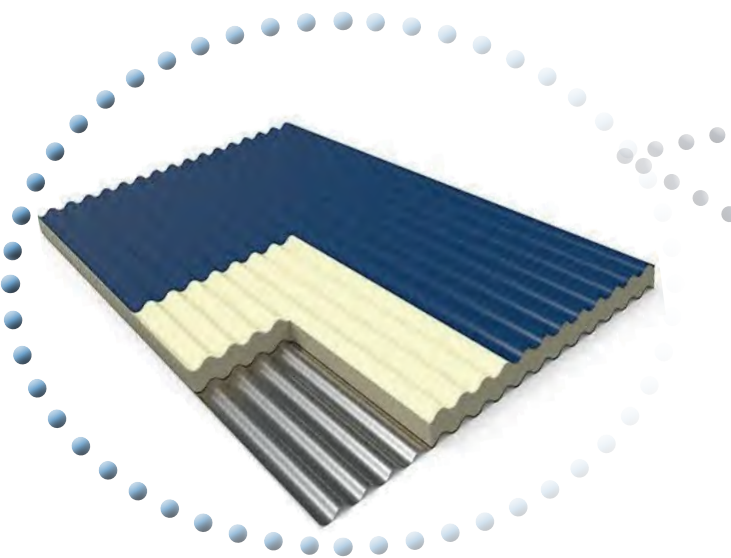


● Planta baixa - tipologia 03

5.5 - Cobertura

A utilização de telhas termoacústicas de Poli-isocianurato (PIR) na cobertura do edifício proporciona isolamento acústico e térmico de alta eficiência, garantindo um ambiente interno confortável e adequado às exigências de desempenho ambiental. Esse material foi escolhido para promover conforto e controle climático interno, atenuando ruídos e minimizando variações de temperatura, fatores essenciais para o bem-estar dos usuários.

Telha termoacustica com isolamento em PIR



Fonte: Thermo-Iso, 2024.

Planta baixa - cobertura
Escala 1:200

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Figura 123 - Planta cobertura



Figura 124 - Cobertura 3D



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

A Telha Termoacústica de Poliisocianurato (PIR) da Thermo-Iso é própria para obras comerciais, residenciais ou industriais. É produzida com aço galvalume ou galvanizado e pode ser pré ou pós-pintada. Destaca-se por ser isolante termoacústico, antimofo e apresentar ótima resistência mecânica. Selo Green Building Council Brasil.

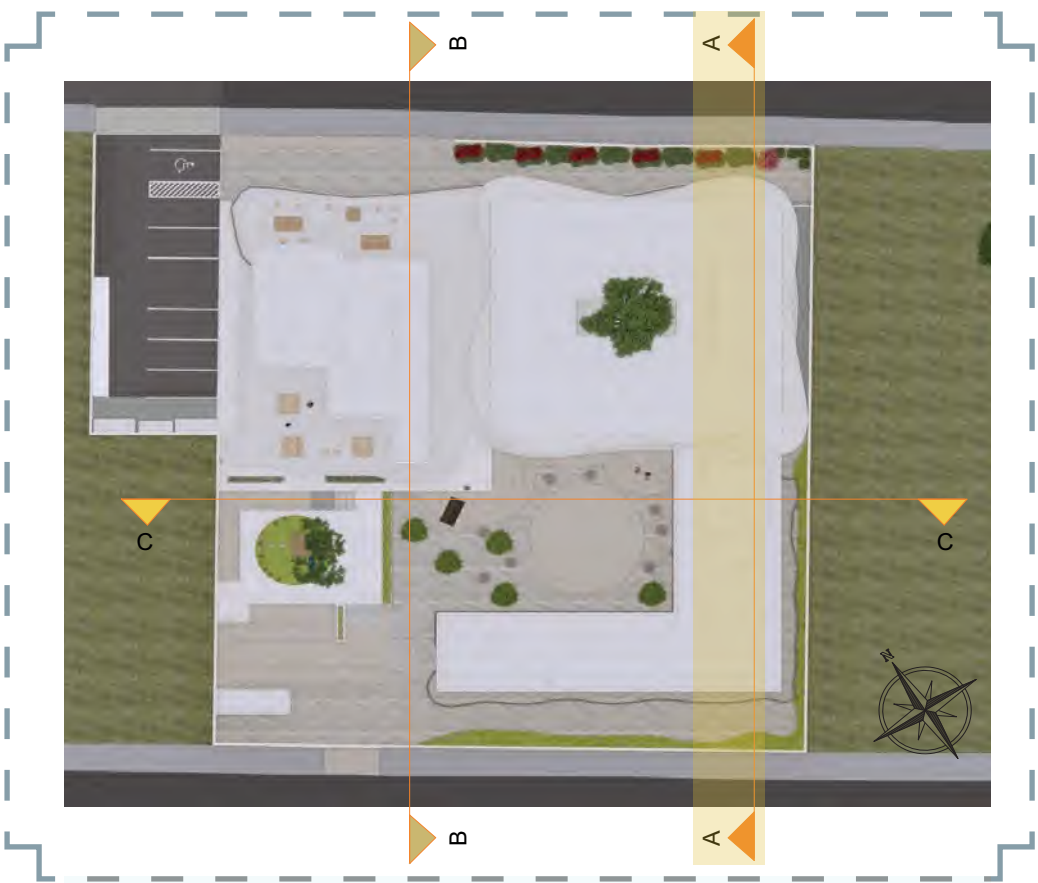
5.6 - Cortes

5.6.1 - Localização - Corte AA

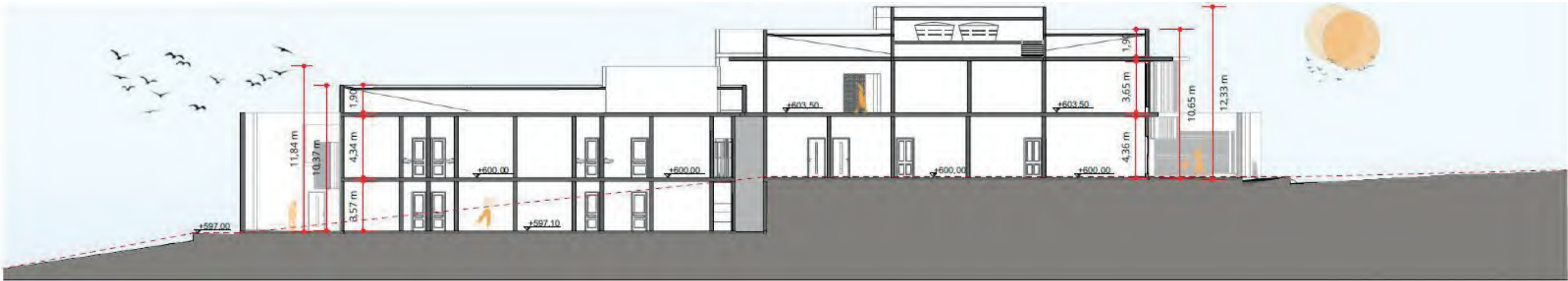
Os cortes desempenham um papel fundamental na visualização e compreensão da proposta arquitetônica, permitindo uma análise detalhada dos espaços e suas interligações.

O corte AA atravessa o bloco B e C e apresenta a visão vertical completa da distribuição desses espaços, desde a entrada principal até dormitórios . Esse corte revela a continuidade dos espaços, destacando uma transição harmônica entre as áreas de convivência, apoio e habitacional.

Figura 125 - Implantação - demarcação dos cortes



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.



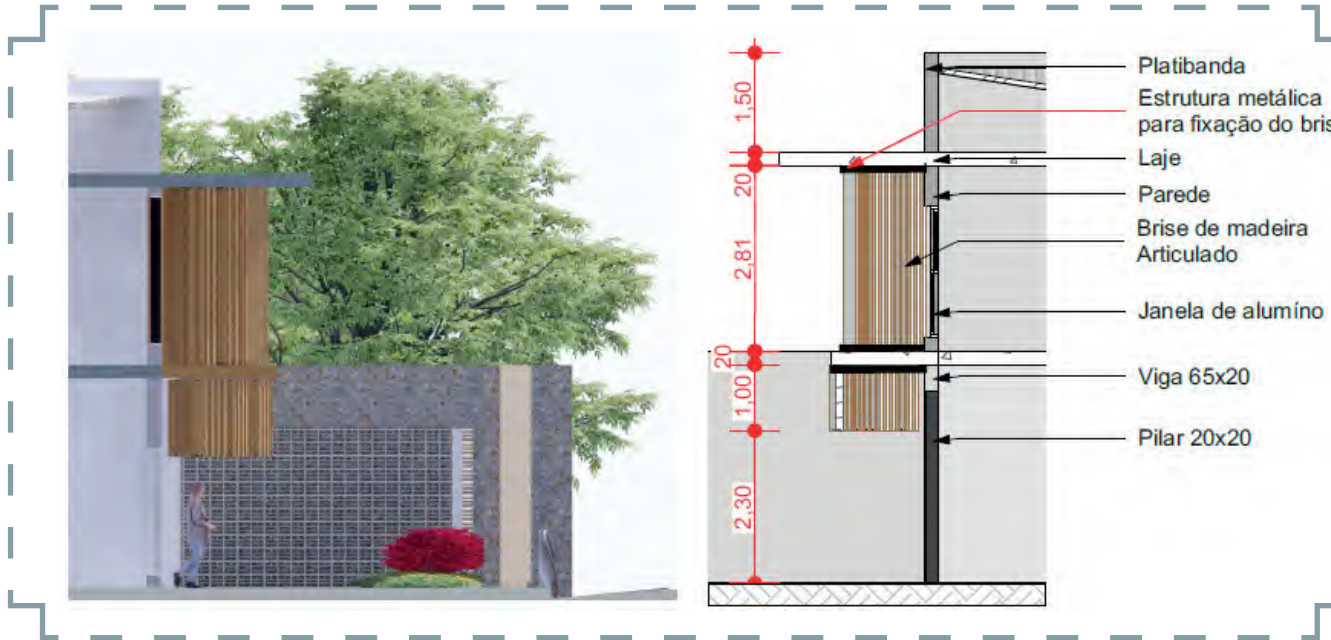
Corte AA
Escala 1:200

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.6.2 - Corte AA - Setorização

- Convivência
- Dormitórios - Tipologia 2 - Família
- Suite dormitórios - Tipologia 2 - Família
- Sanitários coletivos
- Eixo de circulação vertical

Figura 126 - Detalhe 01- Brise de Madeira



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.



Corte AA
Escala 1:200

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.6.3 - Localização - Corte BB

O corte BB demonstra os setores administrativos e de convivência, proporcionando uma visão detalhada da configuração interna desses ambientes. Este corte também apresenta circulação vertical que faz acesso do piso térreo dos blocos A e B ao piso superior.

Figura 127 - Implantação - demarcação dos cortes



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.



Corte BB
Escala 1:200

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

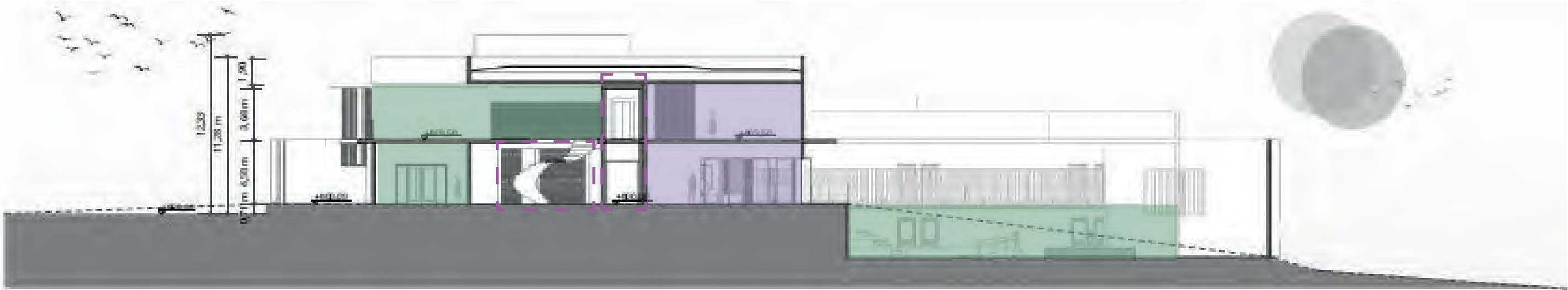
5.6.4 - Corte BB - Setorização

- Convivência
- Dormitórios - Staff
- Refeitório
- Eixo de circulação vertical

Figura 128 - Setor de convivencia - pav térreo bloco A e B



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.



Corte BB
Escala 1:200

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.6.5 - Localização - Corte CC

O corte CC demonstra os setores de convivência onde encontra-se o patio central e circulação vertical que liga os pavimento térreo ao pavimento inferior, . Este corte também apresenta setor dos dormitórios e acesso secundário de serviço, acessível pela rua Aureliano Garcia de Oliveira.

Figura 129 - Implantação - demarcação dos cortes



Corte CC
Escala 1:200

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.6.4 - Corte CC - Setorização

- Convivência
- Dormitórios - Tipologia P.C.D e Família
- Suite dormitórios - Tipologia P.C.D e Família
- Sanitários coletivos
- Eixo de circulação horizontal
- Eixo de circulação vertical



Corte CC
Escala 1:200

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.7 - Fachadas e Aberturas

5.7.1 - Fachadas

As fachadas do edifício possuem uma identidade marcante, com elementos como brises articulados de madeira e acabamentos de cimento queimado, que conferem uma estética moderna e acolhedora ao projeto. Esses brises articulados servem tanto para controle solar quanto para adicionar uma camada visual que se integra ao contexto arquitetônico, promovendo proteção e conforto térmico para os ambientes internos. Os muros externos, revestidos com pedra natural, reforçam a sensação de solidez e conexão com o entorno natural, enquanto proporcionam durabilidade e baixo custo de manutenção. A escolha desses materiais agrega uma textura visual que

Figura 131 - Vista 01

dialoga com o conceito de acolhimento e segurança, valores centrais ao projeto.

Outro destaque das fachadas é a presença de arte com mensagens motivacionais, que além de agregar valor estético, reflete a missão do edifício como um espaço de apoio e refúgio. Essas intervenções artísticas promovem um ambiente positivo e inspirador, favorecendo o bem-estar dos usuários.

As aberturas, seguem um padrão que traz uniformidade e continuidade visual ao edifício. Esse alinhamento, junto aos brises de madeira, possibilita uma distribuição equilibrada de luz natural e ventilação, promovendo conforto ambiental em todas as áreas do prédio

Figura 130 - Fachada acesso Rua Afonso Taranto



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.



Vista 01 - fachada frontal - Rua Afonso Taranto
Escala 1:250

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 132 - Vista 02



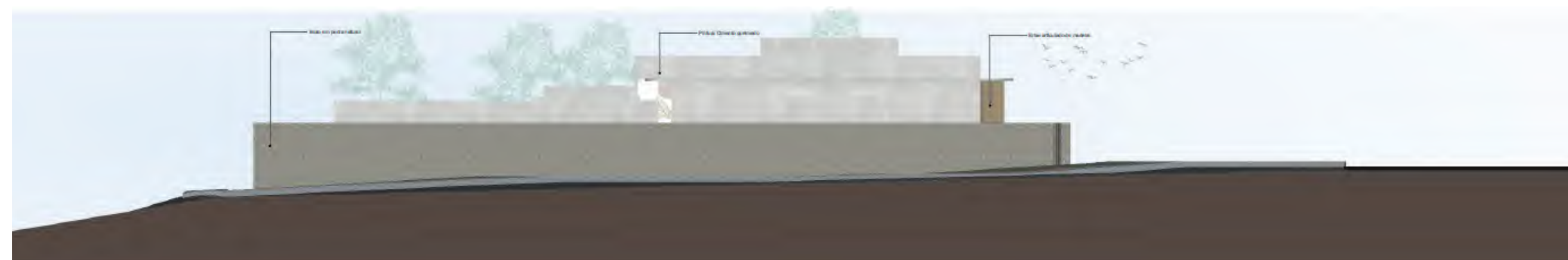
Vista 02 - fachada lateral direita
Escala 1:250

Figura 133 - Vista 03



Vista 03 - fachada posterior - Rua Aureliano Garcia de Oliveira
Escala 1:250

Figura 134 - Vista 04



Vista 04 - fachada lateral esquerda
Escala 1:250

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

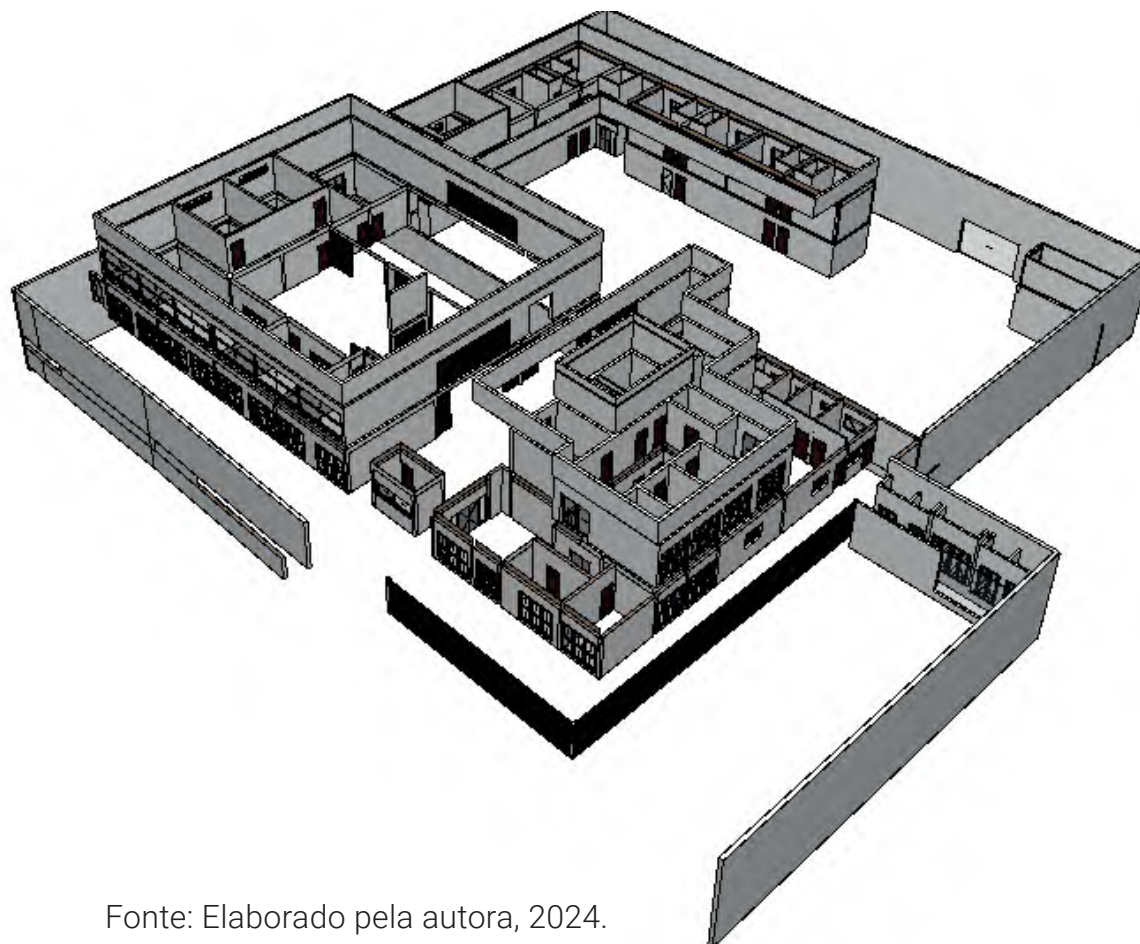
Figura 135 - Esquema estrutural
sem escala

5.8 - Estrutura

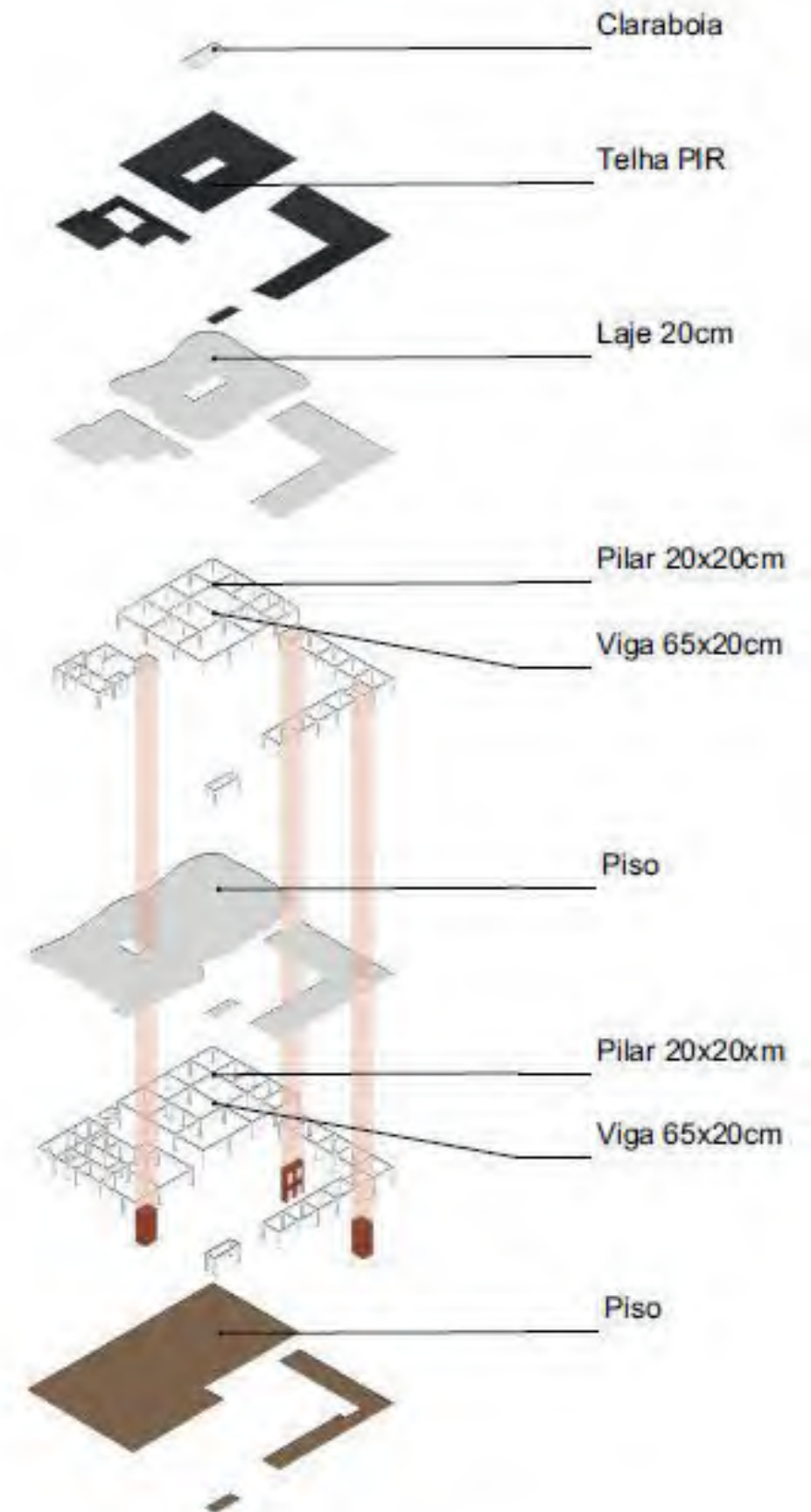
A solução estrutural adotada no projeto utiliza vigas e pilares de concreto armado combinados com paredes de vedação em alvenaria cerâmica e uma camada de poliestireno expandido (EPS), um material amplamente reconhecido pelo seu desempenho termoacústico superior. Segundo fontes como o estudo de Silva e Almeida (2021), o EPS é um material leve e de fácil aplicação, que melhora o isolamento térmico e acústico nas construções, criando uma barreira eficiente contra oscilações de temperatura e sons externos. Além disso, de acordo com a NBR 15575 (Norma de Desempenho), o uso de EPS como material isolante atende aos requisitos de conforto ambiental em edificações habitacionais, ajudando a manter a temperatura interna estável e a reduzir a troca de calor com o ambiente.

A aplicação desse material na alvenaria de vedação aumenta a eficiência energética do edifício, reduzindo a necessidade de sistemas artificiais de climatização e, assim, contribuindo para uma construção mais sustentável (Ferreira e Costa, 2020).

Figura 136 - Estrutural 3D



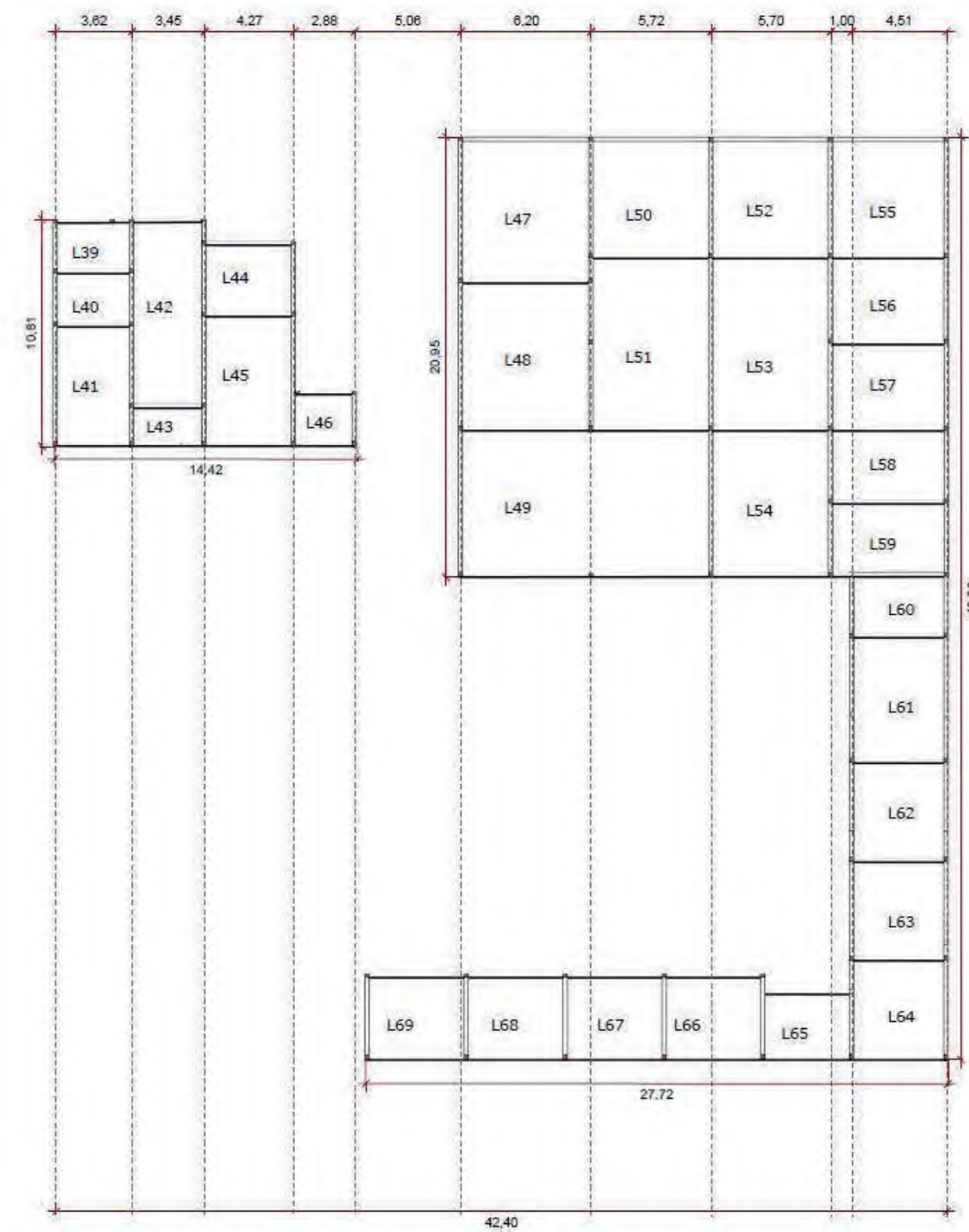
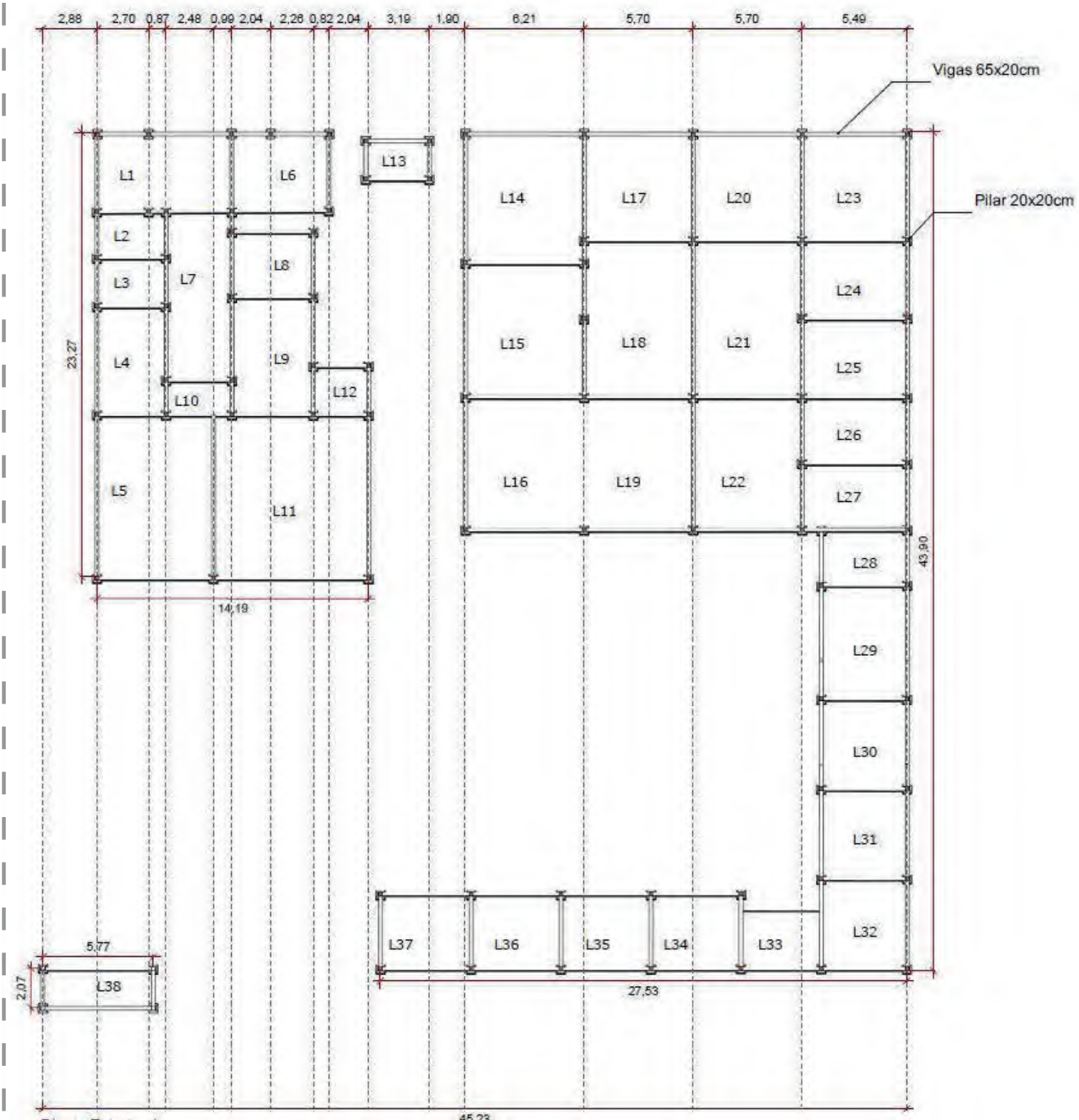
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 136 - Planta estrutural

RUA AFONSO TARANTO



RUA ÁURELIANO GARCIA DE OLIVEIRA

5.9 - Perspectivas Maquete Digital

Figura 137 - Perspectiva terraço bloco A



Figura 138 - Perspectiva fachada - brises



Figura 139 - Perspectiva pátio



Figura 140 - Perspectiva anfiteatro



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.10 - Maquete física

Figura 141 - maquete 1ª versão



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

O conceito do pátio central, no contexto deste projeto é fundamentalmente projetado como um núcleo acolhedor, simbolizando um abraço protetor às vítimas.

O pátio é circundado por setores distribuídos, permitindo que cada área funcione de forma integrada, mantendo a privacidade necessária. A disposição dos edifícios em torno do pátio cria um eixo dinâmico de fluxo que facilita o acesso e a interconexão entre as diferentes funções do abrigo, enquanto conecta as entradas situadas em ruas opostas.

Figura 142 - maquete física 2ª versão



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Após atendimentos, blocos foram estrategicamente realocados para as extremidades do terreno. Esta reorganização liberou o espaço central para áreas de uso comum, pátio central, promovendo uma melhor integração das funções e ponto estratégico de acolhimento.

Essa disposição assegura a preservação do eixo principal de circulação, facilitando o acesso contínuo através do projeto, mantendo a conectividade entre as diversas áreas.

A redistribuição dos blocos também fortalece a lógica de fluxo dentro do projeto, garantindo uma transição suave e coerente entre as zonas privadas e os espaços comuns.

Figura 142 - maquete eletrônica 2ª versão



Figura143 - Perspectiva pátio central



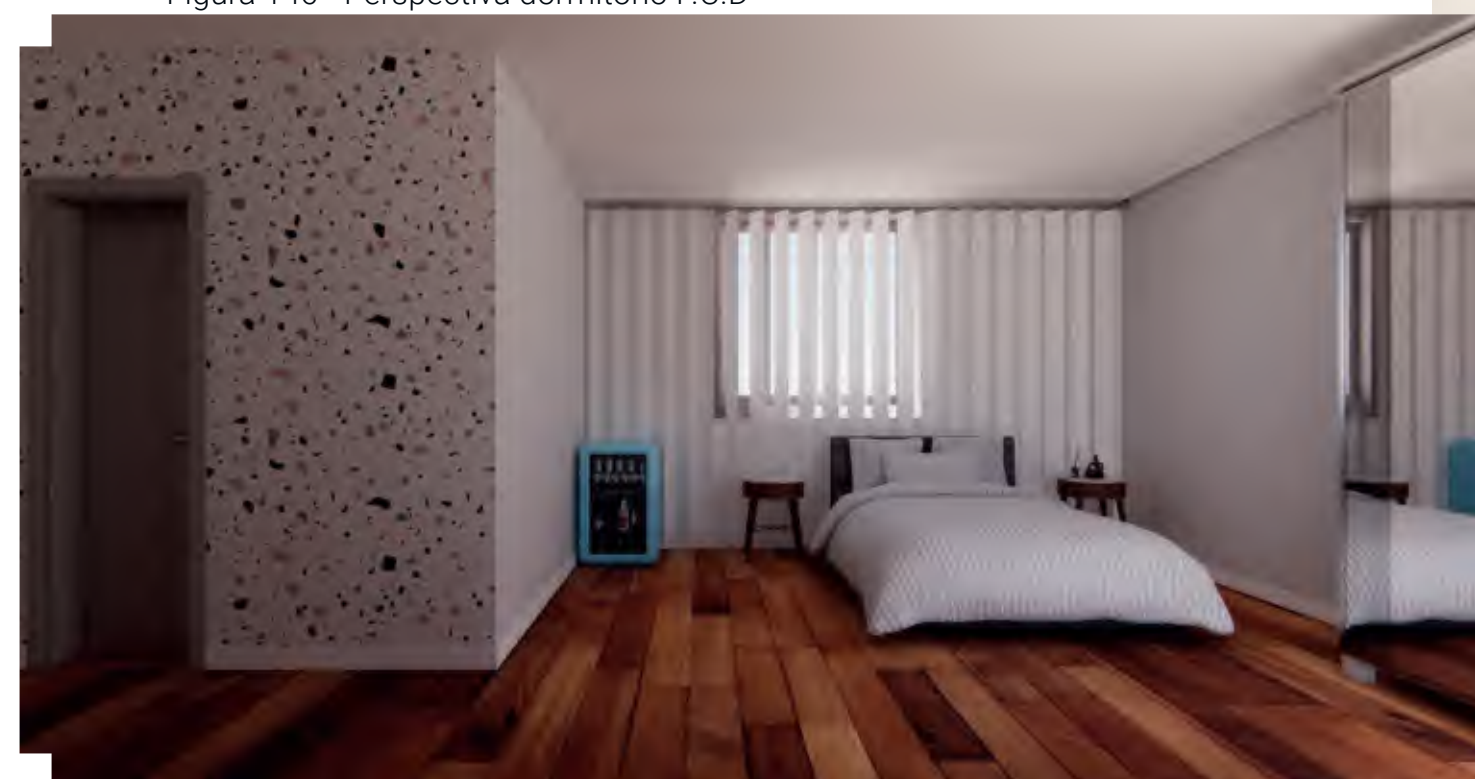
Figura 144 - Perspectiva dormitório família



Figura 145 - Perspectiva área playground



Figura 146 - Perspectiva dormitório P.C.D



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.11 - Considerações Finais

O projeto "Casa Fênix" foi desenvolvido com o propósito de abordar as questões sociais e arquitetônicas relacionadas ao acolhimento de mulheres em situação de violência, considerando aspectos de segurança, privacidade e bem-estar. A proposta não se limita à concepção de um espaço arquitetônico funcional, mas busca transcender para a criação de um ambiente que acolha, empodere e promova a reintegração social das usuárias.

A essência do projeto reside na integração do espaço físico com as necessidades emocionais e práticas das mulheres acolhidas. Por meio de uma abordagem humanizada, foram adotados princípios arquitetônicos que consideram a privacidade, o acolhimento e a segurança como pilares centrais. O uso de materiais resistentes, a setorização cuidadosa dos espaços e a separação entre áreas de uso coletivo e privado refletem a preocupação em oferecer um ambiente seguro e acolhedor.

O projeto destacou-se pela atenção dada à funcionalidade dos espaços internos, com fluxo organizado para evitar conflitos e proporcionar conforto às usuárias. Além disso, a incorporação de elementos naturais, como áreas verdes e iluminação natural, contribui para a promoção de um clima de serenidade e reconexão emocional. A escolha de materiais sustentáveis e o uso de recursos locais reforçam o compromisso com a sustentabilidade e a valorização do contexto regional.

Um dos diferenciais do projeto foi a inclusão de um programa multidisciplinar de atendimento, com suporte psicológico, jurídico e social. Esse programa complementa os aspectos arquitetônicos, reforçando o papel da "Casa Fênix" como um espaço de transformação e resgate da autonomia. As usuárias têm à disposição não apenas um abrigo seguro, mas também oportunidades para o fortalecimento de suas capacidades pessoais e profissionais, promovendo o empoderamento feminino.

A inserção da Casa Fênix em um contexto urbano sigiloso, com acesso a redes de apoio e proximidade de equipamentos sociais, foi fundamental para garantir a eficiência do serviço. Essa localização estratégica facilita a integração das usuárias à comunidade, ao mesmo tempo em que assegura o anonimato e a proteção necessárias.

Por fim, o projeto reafirma o papel da arquitetura como ferramenta de transformação social. A "Casa Fênix" transcende o simples abrigo físico, promovendo um espaço de acolhimento, empoderamento e reconstrução de vidas. Com isso, o projeto não apenas responde a uma demanda emergente, mas também contribui para o fortalecimento da rede de proteção à mulher e para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

6 - Referências bibliográficas

ACOLHIMENTO MUNICIPAL. Unidade de Acolhimento Casa Abrigo Nilda Rocha Simões – Ribeirão Preto (SP). Disponível em: <https://acolhimento.municipal.com.br/acolhimento-unidade-de-acolhimento-casa-abrigo-nilda-rocha-simoes-ribeirao-preto-sp/>. Acesso em: 21 maio 2024.

AGÊNCIA BRASIL. Casa da Mulher Brasileira: conheça e saiba como funciona. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/casa-da-mulher-brasileira-conheca-e-saiba-como-funciona-1>. Acesso em: 09 abr. 2024.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Casa da Mulher Brasileira abre as portas nesta terça. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2015/06/01/casa-da-mulher-brasileira-abre-as-portas-nesta-terca-2-na-601-norte/>. Acessado em: 14 abr. 2024, às 21h09.

AMARAL, Ana Luiza Lacerda. A condição da mulher brasileira sob a perspectiva dos preceitos constitucionais. *Revista de Direito - Trabalho, Sociedade e Cidadania*, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 4–19, 2017. Disponível em: <https://revista.iesb.br/revista/index.php/ojsiesb/article/view/38>. Acesso em: 30 maio. 2024.

AMARAL, Ana Luiza Lacerda. A condição da mulher brasileira sob a perspectiva dos preceitos constitucionais. *Revista de Direito - Trabalho, Sociedade e Cidadania*, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 4–19, 2017. Disponível em: <https://revista.iesb.br/revista/index.php/ojsiesb/article/view/38>. Acesso em: 30 maio. 2024.

AMARAL, Ana Luiza Lacerda. A condição da mulher brasileira sob a perspectiva dos preceitos constitucionais. *Revista de Direito - Trabalho, Sociedade e Cidadania*, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 4–19, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10183/29/103.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

AMOSGOLDREICH ARCHITECTURE; JACOBSYANIV ARCHITECTS. Projeto de abrigo para vítimas de violência doméstica. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ANIMA EDUCAÇÃO. Direitos das mulheres. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/82874b-25-04a8-456a-b576-0268c37b1776>. Acesso em: 23 jun. 2024.

ANIMA EDUCAÇÃO. TCC sobre violência contra a mulher. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/c822fb-86-e387-4337-97bb-af22ce908e4b/download>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ARAÚJO, Maria. A violência doméstica e a dependência econômica das mulheres. São Paulo: Editora Exemplo, 2008. ARCHITIZER. Women's Opportunity Center, Rwanda. Disponível em: <https://architizer.com/projects/womens-opportunity-center-rwanda/>. Acessado em: 29 mar. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2021/lei-17431-14.10.2021.html>. Acesso em: 13 abr. 2024. BONFIM, José; BRITO, Maria. A evolução do papel da mulher na sociedade: avanços e desafios. *Revista Brasileira de Estudos Sociais*, v. 15, n. 3, p. 45-60, 2012.

BORGES, José Carlos; LAPOLLI, Édis Mafrá; AMARAL, Melissa Ribeiro do. A mulher e suas concepções históricas. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 05, ed. 06, vol. 09, pp. 05-21, junho de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/concepcoes-historicas>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 11 fev. 2024.

BRASIL. Lei No 11.340. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 15 maio. 2024.

BRASIL. Mapa de Segurança Pública 2024. Ministério da Justiça. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/dados-nacionais-de-seguranca-publica-mapa/mapa-de-seguranca-publica-2024.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Casa da Mulher Brasileira. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/mulher-viver-sem-violencia/casa-da-mulher-brasileira-1/casa_da_mulher. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Retomada das políticas para mulheres no Brasil. Ministério das Mulheres. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/janeiro/2023-marca-retomada-das-politicas-para-mulheres-no-brasil>. Acesso em: 15 maio. 2024.

CAROLLI, A. Dados relativos à violência contra a mulher na região de Ribeirão Preto. [S.l.], 2021.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Sergio. A violência letal contra mulheres no Brasil: análise dos feminicídios entre 2011 e 2021. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2023.

CISNE, Mirla; SANTOS, Fernando. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

CLIMATE-DATA. Ribeirão Preto, SP, Brasil. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/sao-paulo/ribeirao-preto-3193/>. Acessado em: 22 mar. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). O que são e como funcionam as casas-abrigo. Conselho Nacional de Justiça, Brasília, 09 fev. 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-sao-e-como-funcionam-as-casas-abrigo/>. Acesso em: 09 fev. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. A importância das casas abrigo para a proteção de mulheres vulneráveis. Brasília: CNJ, 2018.

DAVIS, Sharon. Projeto de abrigo para mulheres. ArchDaily Brasil, 2008.

DOMINGUES, Maria; MECENEIRO, João; QUINTANA, Carla. A violência doméstica no Brasil: uma análise além das classes sociais e grupos demográficos. São Paulo: Editora XYZ, 2020.

FACULDADE ASSIS GURGACZ. A proteção da mulher em cenários de violência. Disponível em: <https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/>

FELICELLA, Elizabeth; DAVIS, Sharon. Projeto de abrigo para vítimas de violência doméstica. ArchDaily Brasil, 2013, p. 34.

FONSECA, Rosângela; RIBEIRO, Marta; LEAL, Ana. Violência doméstica contra mulheres no Brasil: a urgência de políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Relatório Visível e Invisível 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2024.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Conquistas das mulheres ao longo da história. Disponível em: <https://futura.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/noticia/conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia>. Acesso em: 02 jun. 2024.

RIBEIRÃO Preto e Franca. Veja onde mulheres vítimas de violência podem buscar auxílio em Ribeirão Preto, SP. G1, 27 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2024/02/27/veja-onde-mulheres-vitimas-de-violencia-podem-buscar-auxilio-em-ribeirao-preto-sp.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ESTADO de SP registra em 2023 o maior número de crimes de feminicídio desde 2018. G1, 30 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/01/30/estado-de-sp-registra-em-2023-o-maior-numero-de-crimes-de-feminicidio-desde-2018-apontam-dados-da-sp.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2024.

ESTUPROS sobem 49% e atingem maior marca em 22 anos na região de Ribeirão Preto. G1, 6 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2023/02/06/estupros-sobem-49percent-e-atingem-maior-marca-em-22-anos-na-regiao-de-ribeirao-preto-entenda-os-numeros.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2024.

VIOLÊNCIA contra a mulher cresce 31% em Ribeirão Preto. G1, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2021/08/31/violencia-contr-a-mulher-cresce-31percent-em-ribeirao-preto-aponta-naem-vitimas-tambem-citam-humilhacao-e-perseguiacao.ghtml>. Acesso em: 5 maio 2024

GERON, Amit; GOLDREICH, Amos. Projeto de abrigo para vítimas de violência doméstica. ArchDaily Brasil, 2018.

GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. Leis nacionais e marcos legais. Não se Cale. Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/leis-nacionais-e-marcos-legais/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Casa da Mulher Brasileira. Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/casa-da-mulher-brasileira/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Projeto Não Se Cale. 2021.

GUIMARÃES, Fulano; PEDROSA, Sicrano. A violência contra a mulher: um problema social persistente. São Paulo: Editora Exemplo, 2015.

IBGE NOTÍCIAS. Mesmo com Lei Maria da Penha, somente 2,4% dos municípios oferecem casas-abrigo. Perfil dos Estados e Municípios. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25518-mesmo-com-lei-maria-da-penha-somente-2-4-dos-municipios-oferecem-casas-abrigo>. Acesso em: 12 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados: Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 mar. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Violência 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Evolução da taxa de homicídios de mulheres por 100 mil/hab. do sexo feminino nas três unidades federativas com as menores taxas em 2021 - Brasil (2011–2021). In: GEAD/COPIS/DPE/IBGE e SIM/CGIAE/SVSA/MS. Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

JUSBASIL. Linha do tempo dos direitos das mulheres na legislação brasileira. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/linha-do-tempo-direitos-das-mulheres-na-legislacao-brasileira/1776438470>. Acesso em: 24 maio. 2024.

JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cartilha violência contra a mulher. Disponível em: <https://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Cartilha-violencia-contr-a-mulher.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2024.

KRENKEL, S.; LEONTINA, C. Violência contra a Mulher, Casas-Abrigo e Redes Sociais: Revisão Sistemática da Literatura. Psicologia Ciência e Profissão, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 770–783, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/z8qpqWpZgpxTpP8Wsfh6ftd/>. Acesso em: 9 mafr. 2024.

MARQUES, Márcia Cristina da Silva. O voto feminino no Brasil. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

MARSH, Andrew. Sun Path Diagram. Disponível em: <https://andrewmarsh.com/apps/staging/sunpath3d.html>. Acessado em: 01 abr. 2024.

MINISTÉRIOPÚBLICODOESTADODEMINASGERAIS.Texto-basedaPolíticaNacional de Abrigamento de Mulheres em Situação de Violência. Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/data/files/2E/A0/D4/B6/DA44A7109CEB34A7760849A8/Texto-base%20da%20Politica%20Nacional%20de%20Abrigamento%20de%20Mulheres%20em%20Situa_ao%20de%20Violencia.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

NUNES, Carla. Violência contra a mulher: um desafio à saúde pública. Psicologia e Sociedade. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Dr-7bvbKMvcYSTwdHDpdYhfn/?format=pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

NUNES, Fabiane Helena Franco; SILVA, Camila Santos. A violência contra a mulher no Brasil: impactos psicológicos. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 36, n. 4, p. 28-44, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/z8qpqWpZgpxTpP8Wsfh6ftd/>. Acesso em: 09 maio. 2024.

OLIVEIRA, Maria. A mulher brasileira no século XIX: da sacralização à luta por direitos. São Paulo: Editora História e Cultura,

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Violência contra mulher é violação de direitos humanos mais tolerada no mundo, afirma ONU. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/71514-violencia-contra-mulher-e-violacao-de-direitos-humanos-mais-tolerada-no-mundo-afirma-onu>. Acesso em: 17 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Consequências da violência sexual para a saúde das mulheres. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/80616-oms-aborda-consequencias-da-violencia-sexual-para-saude-das-mulheres>. Acesso em: 07 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. A violência contra mulheres no ambiente doméstico: uma violação persistente dos direitos humanos. Brasília: OPAS, 2021.

PORTUGAL. Ministério Público. Declaração sobre a violência contra as mulheres. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracaoviolenciamulheres.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO. Lei Ordinária n.º 12.786, de 17 de maio de 2012. Autoriza o Poder Executivo a instituir o projeto “Casa Abrigo Nil da Rocha Simões” para mulheres vítimas de violência doméstica no município de Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal/pesquisa/lei/34177>. Acesso em: 21 maio 2024.

PRIORE, Mary del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora XYZ, 2004.

REDE DIVERSIDADE. Conquistas femininas ao longo da história do Brasil. Disponível em: <https://treediversidade.com.br/conquistas-femininas-ao-longo-da-historia-do-brasil/>. Acesso em: 06 abr. 2024.

REVIDE. Número de casos de violência doméstica em Ribeirão Preto ainda é alto. Disponível em: <https://www.revide.com.br/noticias/violencia-contra-mulher/numero-de-casos-de-violencia-domestica-em-ribeirao-preto-ainda-e-alto/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

REVISTA PROJETO. Casas de acolhimento para mulheres vítimas de violência. Disponível em: <https://www.revistaprojeto.com.br/acervo/casas-acolhimento-mulheres-vitimas-violencia/>. Acesso em: 18 maio. 2024.

RIBEIRÃO PRETO, Prefeitura Municipal. Programa de necessidades. 2024, p. 90. RIBEIRÃO PRETO, Prefeitura Municipal. Ribeirão Preto lança programa de enfrentamento à violência contra a mulher. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J332/noticia/42182>. Acesso em: 02 maio. 2024.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES (SPM). Diretrizes Programáticas para a Implementação da Casa da Mulher Brasileira. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas-1/casa-da-mulher-brasileira#:~:text=A%20Casa%20facilita%20o%20acesso,as%20mulheres%20viverem%20sem%20viol%C3%Aancia>. Acesso em: 09 abr. 2024.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO. Violência contra a mulher. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SENADO FEDERAL. Observatório da Mulher contra a Violência. [S.l.:s.n.], 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv>. Acesso em: 8 abr. 2024.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. Revista SBPH, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-76, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 maio 2024.

SILVA, João. Projeto Executivo Implantação. Prefeitura Municipal de Vila Velha. Vila Velha: 2022. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/secretaria/administracao/licitacoes>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TAVARES, João; PEREIRA, Maria. Acolhimento e proteção: o papel das casas de abrigo na assistência a mulheres vítimas de violência. Rio de Janeiro: Editora Social, 2007.

TEIXEIRA, Luís Carlos. A violência contra a mulher: causas e impactos. Psicologia e Sociedade, v. 16, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/bJqkynFqC6F8NTVz7BHnt9s/?format=pdf>. Acesso em: 30 maio. 2024.

07

APÊNDICE



